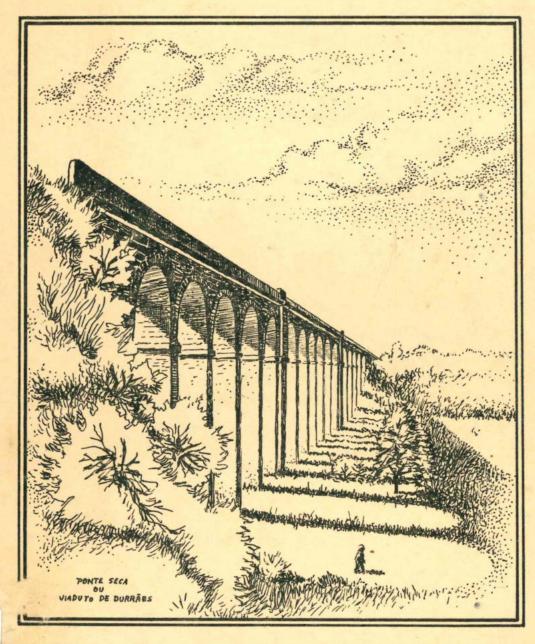
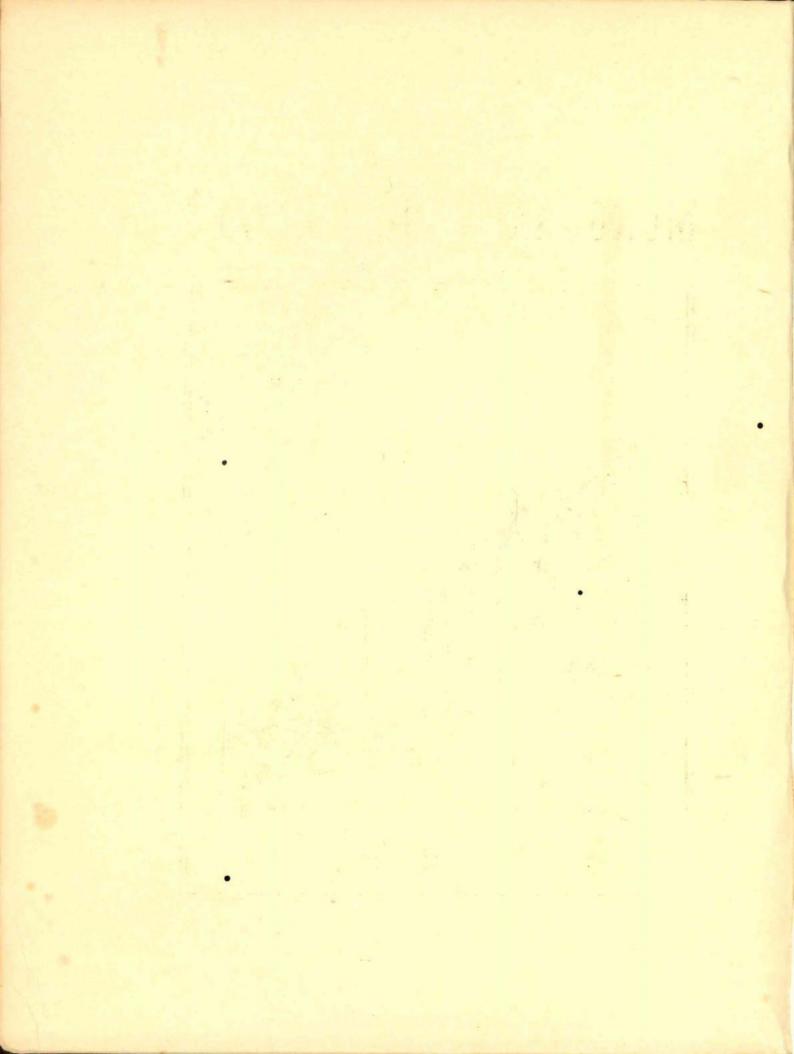
MANUEL JUSTINO PINHEIRO MACIEL

Licenciado em Antropologia e Etnologia

MONOGRAFIA DE DURRÃES







MONOGRAFIA DE DURRÃES



MANUEL JUSTINO PINHEIRO MACIEL

Licenciado em Antropologia e Etnologia

MONOGRAFIA DE DURRÃES

Biblioteca



BRAGA-1979

Durrães ou a emigração como alternativa

INTRODUÇÃO

Durrães é uma freguesia situada no coração do Minho, sobre a qual não existe nenhum estudo de fundo publicado (¹). A análise que se segue é, o ponto de vista histórico, o resultado de anos de paciente e esgotante procura de documentação, embora presentemente apenas exploremos a história desta localidade numa perspectiva de compreensão do «statu quo» actual.

Sob o ponto de vista económico, a análise procurará ser objectiva, quer no passado, quer no presente. Aparece-nos desde logo uma pequena terra que vive da agricultura de subsistência, com algumas indústrias subsidiárias.

No que respeita à parte social, estamos perante uma comunidade em rápida transformação e, portanto, limitar-nos-emos, por agora, a constatar alguns aspectos deste estado de mudança, deixando para outra oportunidade uma análise profunda destas transformações, que agora nos parece dificílima e com risco de uma visão errada do sistema.

Na linha de antropólogos actuais que se têm debruçado sobre as comunidades rurais, como Robert Redfield, esta análise também em Durrães

⁽¹⁾ O que existe publicado sobre Durrães, além, evidentemente, das referências corográficas em Dicionários e Enciclopédias, é apenas o seguinte:

T. da Fonseca, O Concelho de Barcelos Aquém e Além-Cávado, I, Barcelos, 1948, pp. 223-227.

J. Leite de Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa*, V, Lisboa, 1967, pp. 10, 17, 268, 408, 439, 459, 525, 606, 625 e 626. Leite de Vasconcelos, que passou alguns dias em Durrães, refere-se a pormenores de ordem linguística e etnográfica.

L. Pinheiro, Alguns aspectos etnográficos da Ribeira do Neiva, Sep. das Actas do Colóquio de Estudos Etnográficos «Dr. José Leite de Vasconcelos», II, Porto, 1960, 9 pgs. Trata de crendices populares em Durrães.

M. J. Pinheiro Maciel, Para uma visão histórica do Vale do Neiva, Sep. de O Rio Neiva — Monografia, Porto, 1978, cita pormenores históricos de Durrães nãs pp. 112, 115, 119, 120, 130 e 134. Existe também um artigo sobre a história de Durrães publicado pelo mesmo autor em O Comércio do Porto de 21 de Outubro de 1970, p. 14, intitulado S. Lourenço de Durrães — Terra sem História no presente.

pretenderia estudar a mudança social, não indo, porém, tão longe como Robert Cresswell, cujo tipo de análise esgotante só levará à conclusão de que estaríamos perante uma comunidade em desintegração. É que, de facto, a situação de uma sociedade rural minhota não varia em substância da de tantas outras em outros países onde a industrialização e a fuga para as cidades vai transformando radicalmente os aglomerados campesinos.

Por outro lado, este estudo não abarcará todos os pormenores da vida socio-económica e cultural para evitar a dispersão que daí resultaria, ao mesmo tempo que afirmamos a nossa convicção de que não há monografias totais.

A nossa análise vai procurar ser simples e objectiva para que possa ser entendida pelo próprio povo rural de Durrães. Quer ser uma leitura que o faça debruçar-se sobre a sua própria realidade e não apenas uma «Monografia» para entendidos guardarem nas suas bibliotecas. Não quer ser uma opinião única e autoritária, mas um instrumento de trabalho, mesmo criticável, para a compreensão da realidade rural do Minho. Com efeito, não vamos estudar uma comunidade «dita primitiva» ou isolada num vale ou numa serra, com costumes individualizados. Vamos debruçar-nos sobre uma entre muitas aldeias minhotas, com paralelos evidentes, mas também com características que a individualizam marcadamente, entre as quais citamos as que lhe advêm da sua evolução socio-económica a partir da Idade Média.

Iniciaremos o nosso estudo por uma localização de Durrães no espaço e no tempo, seguido de uma descrição da sua economia no passado e no presente. Por último, tentaremos uma análise do evoluir da sociedade local; será uma visão de fora, que sirva de premissa a futuras conclusões sobre a transformação que Durrães está sofrendo no presente.

Agradecemos ao nosso tio Joaquim Neiva de Oliveira Maciel o ter posto à nossa disposição os seus apontamentos genealógicos e corográficos. Agradecemos igualmente ao Rev. P. José Martins Mendes, Digníssimo Pároco de Durrães, os elementos estatísticos que fez o favor de nos mandar. A nossa gratidão vai, finalmente, para os nossos progenitores, a quem devemos ter nascido nesta maravilhosa Terra e que nos permitiram uma percepção mais profunda de um passado ainda não muito distante.

T

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO

A — Situação Geográfica

Para o viajante que utiliza o comboio, Durrães é um apeadeiro da linha do Minho, localizado sensivelmente a meio caminho entre as cidades de Barcelos, a cujo concelho pertence, e Viana do Castelo, de cujo distrito e concelho é separado apenas pelo Rio Neiva, que corre em todo o lado Norte da freguesia.

Do lado Sul, a povoação é protegida pelo Monte de Durrães, cuja ele-

vação maior, o Alto de Arêfe, atinge 406 metros. Do lado Norte, para lá do Rio Neiva, a povoação é protegida pela Serra da Padela, cujos pontos mais elevados atigem 487 metros (Bouça) e 463 metros (Capela de Santa Justa).

Situada na encosta do Monte de Durrães e tendo em frente, paralelamente, a referida Serra da Padela, esta freguesia situa-se, deste modo, face a um vale abundante de águas e de óptimos espaços cultivados.

Administrativamente, a povoação confina do lado Norte com a freguesia de Carvoeiro, sede do antigo convento beneditino cujo Couto englobava as duas freguesias, e do lado Sul com a freguesia de Fragoso. A Nascente, situa-se a freguesia de S. Lucrécia de Aguiar e a Poente, a de Tregosa.

Seguindo a classificação geográfica de J. Campos Pereira, que divide o Distrito de Braga em quatro regiões, Durrães fica na Sub-Região Central, caracterizada por um clima temperado e húmido, tendo por culturas dominantes a vinha e o milho e por vegetação florestal, essencialmente, o pinheiro marítimo e o carvalho comum (2).

A primeira delimitação da freguesia de Durrães surge-nos com a Carta de Couto outorgada por D. Afonso Henriques, em 1129, ao Mosteiro de Carvoeiro, posteriormente confirmada em vários reinados. Na referida Carta de Couto refere-se «como se divide Dorranes e Villar e daí por Vermuim até por entre Arefi e Fragoso e daí por onde se divide Santa Logrícia e Dorranes» (3).

Todavia, só em 13 de Outubro de 1803 foi efectuada a declaração de confrontação dos limites da povoação (4), que correspondem aos do Couto de Carvoeiro na parte a Sul do Rio Neiva, com marcos no terreno datando de 1666.

No que respeita à contextura do solo, estamos perante uma região granítica com afloramentos aqui e ali. O terreno tem todo a mesma natureza e pode considerar-se bastante fértil, mercê da relativa abundância de água. No fundo do vale são bons os terrenos de aluvião que permitiram desde sempre uma proveitosa cultura do milho. A medida que se sobe do vale para o monte, o terreno é aproveitado em socalcos mais ou menos extensos, retalhados por muros que isolam os lugares (5) que envolvem as habitações. Estas, normalmente, enquadram-se em quintais mais ou menos ampliados, em que se faz o cultivo da vinha e se exploram hortas e outras culturas acentuadamente de inverno. É também nestes quintais que se faz a cultura de árvores de fruto, oliveiras e castanheiros. O vale, junto ao rio, é também aproveitado no cultivo da vinha, mas as culturas nele efectuadas são mais abertas e extensivas.

⁽²⁾ J. Campos Pereira, A propriedade rústica em Portugal, Lisboa, 1915, p. 21.

⁽³⁾ Ver a Carta de Couto do Mosteiro de Carvoeiro, em Apêndice X.

⁽⁴⁾ Ver a Declaração e Confrontação dos limites da Freguesia de S. Lourenço de Durrães, em Apêndice XII.

⁽⁵⁾ Por «lugar», entende-se, na localidade, em sentido restrito, o quintal que envolve a casa de habitação.

Quanto mais se aproximam do monte, tanto mais raros e pobres vão sendo os lugares arroteados, até desaparecerem para darem lugar ao monte propriamente dito. Este, até há relativamente poucos anos, era um baldio aproveitado para pastos, com raríssima florestação, salvo alguns carvalhais e soutos de castanheiros nas encostas. Com a partilha do baldio, a florestação tornou-se total.

Sobre a forma de povoamento, constata-se uma evidente dispersão, de acordo com a forma de terreno e a abundância das águas. Como diz Alberto Sampaio, «não é fundamentalmente o estilo de vida teutónico, mas a geologia que vai permitir este povoamento disperso. A abundância de nascentes vai permitir a disseminação das habitações e dos casais» (6). E, de facto, assim se verifica em Durrães. As casas e lugares mais antigos têm nascentes próprias.

Como vemos, a contextura granítica do solo, o retalhado de monte e vale em que a povoação está inserida e a abundância de água dispõem naturalmente para a pequena cultura intensiva, para a agricultura de subsistência, para a grande densidade populacional e para o minifúndio. É neste contexto geográfico que nos aparece Durrães.

B — Situação histórica

Seguindo uma pesquisa linear, esta terra só nos aparece historicamente individualizada nos finais do séc. XI. Todavia, há indícios de povoamento bem mais antigo, embora nos faltem elementos para reconstituir o que teria sido a vida económico-social do homem ozoranense (7) antes da Reconquista.

Esta localidade tem sido considerada o ponto mais interior do Vale do Neiva em que apareceram testemunhos do Homem Paleolítico que produziu a indústria ancorense (§). Nas nossas pesquisas temos encontrado também pedra lascada do tipo da indústria citada, seja junto a linhas de água com terreno escavado pelas enxurradas de inverno, seja dispersos aqui e ali em terrenos altos que a erosão deixa a descoberto. Daqui o podermos concluir sem qualquer dúvida que esta povoação era já habitada ou, pelo menos, era ponto de passagem obrigatória entre o interior e a orla marítima, por parte de hordas ou grupos de caçadores do Paleolítico.

O Neolítico também deixou sinais da sua passagem, nomeadamente no planalto do monte, mais conhecido por Chã de Arêfe. Hoje revestido de pinhal, este planalto conserva ainda, na sua orla, vestígios de construções castrejas, que em camadas inferiores revelam testemunhos autênticos da Idade da Pedra Polida, segundo nos foi dado verificar recentemente. Verifica-se ainda na orla da Chã de Arêfe a existência de monumentos

⁽⁶⁾ A. Sampaio, Estudos de economia rural do Minho, in Estudos Históricos e Económicos, II, Porto, 1923, Apêndice, p. 173.

⁽⁷⁾ Ver em Apêndice XX o nosso estudo sobre o topónimo Durrães, oriundo do possessor do Couto de Carvoeiro, e daí nós chamamos Ozoranenses aos habitantes de Durrães.

⁽⁸⁾ E. Jalhay e A. do Paço, Páleo e Mesolítico Português, in Anais da Academia Portuguesa de História (Lisboa) 4 (1941) 81.

megalíticos bastante significativos sobre o povoamento pré-histórico do planalto. Prospecções ultimamente feitas atestam o carácter funerário destes monumentos, bem como os alvores da Idade do Bronze.

Tudo leva a crer que o planalto de Arêfe passou a ser cultivado na Idade do Ferro, dada a sua regular extensão e o seu isolamento em pleno monte, junto aos castros fortificados que a circundavam. Hoje, pouco resta destas primitivas habitações da Idade do Ferro, mas ainda se encontram mós castrejas, soleiras de portas e muita cerâmica. Há anos foi lá encontrado um denário, o que revela uma certa romanização, como sucedeu com o vizinho castro de Carmona (9).

Com a romanização deu-se a descida para o vale e seu arroteamento. O rio Neiva era, com efeito, apesar da sua pequenez, conhecido dos Romanos, sendo citado por Estrabão, no séc. I a. C. na sua Geographia (10), bem como por Ptolomeu (11) e por Pompónio Mela (12). Por outro lado, um marco dedicado a Vespasiano (séc.I d. C.), conservado na ponte romana de Chaves, nomeia vários povos do Noroeste Peninsular, entre os quais os Nebisoci, ou seja, os povos do Neiva (13). Desta época pouco ou nada nos resta em Durrães, a não ser alguma toponímia. Os lugares administrativos de Vilar e Subvilar, Souto de Vilar e uma nascente conhecida por Fonte da Vila farão referência, possivelmente, a casas agrícolas romanas exploradas neste verdejante vale.

Não restando vestígios das épocas suévica e visigótica, Durrães vai aparecer-nos como paróquia da Diocese de Braga, logo opós a Reconquista. E só aqui começará a sua história propriamente dita, com a integração da posse da terra no direito feudal, a partir do direito de «presúria».

Não virá para aqui a discussão acerca do despovoamento do séc. VIII causado pela invasão árabe no Noroeste Peninsular. Alberto Sampaio era de opinião de que não houve despovoamento, invocando certos documentos da Catedral de Lugo (14). Todavia, a maior parte dos historiadores afirmam que esse despovoamento existiu (15). O ermamento não foi, porém, total, pois só as terras mais próximas das vias de comunicação ficaram desertas, com receio da aproximação dos árabes (16). O Vale do Neiva era

⁽⁹⁾ M. Cardozo, Correspondência epistolar entre Emîlio Hübner e Martins Sarmento (Arqueologia e Epigrafia), 1879-1899, Guimarães, 1947. pp. 44 e 151.

⁽¹⁰⁾ Strabonis Rerum Geographicarum Libri XVII, Liber Tertius, Amstelaedami, 1707, p. 230. Refere Baenis, mas é evidente a confusão com Naegis.

⁽¹¹⁾ Claudii Ptolemaei... De Geographia libri octo, Basileae, 1532, p. 90. Texto em grego.

⁽¹²⁾ Pomponii Melae de Situ Orbis Libri Tres, Salmanticae, 1574, p. 41.

⁽¹³⁾ J. Leite de Vasconcelos, Religiões da Lusitânia, II, Lisboa, 1905, p. 77.

Num dos contrafortes do Monte de Durrães, já sobre o Vale, ainda hoje subsistem construções circulares que marcam a progressiva descida dos «castrejos». O nome que hoje tem — lugar dos Castelos — é significativo e pede escavações arqueológicas por técnicos qualificados.

⁽¹⁴⁾ A. Sampaio, As villas do Norte de Portugal, Porto, 1903.

⁽¹⁵⁾ T. de Sousa Soares, O repovoamento do Norte de Portugal no séc. IX, in Biblos (Coimbra) XVIII (1942) 187-208.

⁽¹⁶⁾ R. de Azevedo, História da Expansão Portuguesa no Mundo, I, Introdução, Cap. I, Lisboa, 1937, p. 9.

já nessa época percorrido por uma estrada que ainda hoje conserva determinados troços conhecidos por Estrada Velha, passando exactamente a Norte de Durrães, mesmo junto ao rio. Tudo leva a crer que Durrães, bem como Carvoeiro, sofreram um ermamento nessa época. Apenas há ligeiras referências históricas a uma família que preferiu os recônditos da Serra da Padela, os irmãos Gandarinhos, que viriam mais tarde a garantir o primeiro repovoamento do vale (17).

O facto de estas duas freguesias aparecerem como possessão de um fidalgo de origem galega, a instituição de um padroado entre este e o Mosteiro Beneditino de Carvoeiro, a concessão do Couto e o facto de se ter conservado vigente, até ao séc. XIX, o regime do colonato, revelam perfeitamente que houve um repovoamento do vale do Neiva nos sécs. IX-XII (18).

A integração de Durrães no Couto de Carvoeiro, com a distribuição das terras a rendeiros e colonos que nunca seriam proprietários no pleno sentido da palavra e que tinham de pagar os «foros» ou «prazos» anuais ao Mosteiro, vai condicionar toda a vida económica e social de Durrães. Como diz Alberto Sampaio, face à escassez de braços para cultivarem as suas terras, os grandes donatários e conventos só encontraram uma solução para que as suas terras fossem arroteadas. Adoptaram a enfiteuse romana ou aforamento, com o domínio útil da terra por parte dos colonos, mediante o pagamento de um foro ou prazo. O arrendamento seria por três vidas e depois tornou-se perpétuo (19). E deste modo, no caso de Carvoeiro e Durrães, os donatários do Convento e, mais tarde, também este, conseguiram fixar no vale alguns colonos, uns trazidos da Serra da Padela e, quem sabe, do planalto de Arêfe, e outros de outras zonas, provavelmente da Galiza.

Todavia, se administrativa e economicamente Durrães vai depender do Mosteiro de Carvoeiro, vai também aparecer individualizada como paróquia no Censual do Bispo D. Pedro, nos finais do séc. XI. Nele se faz referência à povoação como paróquia, ao citar: «De Sancto Laurenti de Zloranes» (20).

Outras referências históricas a Durrães verificar-se-ão nas Inquirições Régias e documentos eclesiásticos em 1220, 1258, 1320 e 1520 (21).

Em 21 de Dezembro de 1440, a paróquia é anexada à de S. Fins de Tamel pelo Arcebispo D. Fernando da Guerra, por ser pequena e não ter o suficiente para manter o pároco, além de estar já vaga há anos. O mesmo arcebispo ordena que «a sirvam no espritual de missas e sacramentos e

⁽¹⁷⁾ Frei Leão de S. Tomás, *Benedictina Lusitana*, II, Coimbra, 1651, p. 109. Veja-se a transcrição do texto em Apêndice VIII.

⁽¹⁸⁾ Consulte-se a Carta de Couto, em Apêndice X.

⁽¹⁹⁾ A. Sampaio, Estudos de Economia Rural do Minho, in op. cit., p. 172-173.

⁽²⁰⁾ A. de J. da Costa, O Bispo D. Pedro e a Reorganização da Diocese de Braga, I, Coimbra, 1959, p. 292.

⁽²¹⁾ M. J. Pinheiro Maciel, Para uma visão histórica do Vale do Neiva, Sep. de O Rio Neiva — Monografia, Porto, 1978, p. 134, n. 53.

reparem no temporall per caseiro que em ella moore e fumegue as casas, lavre e aproveite as vinhas e searas della» (22).

Passados anos, a freguesia recuperou a independência religiosa, pois em 1548 era feito o tombo dos bens e propriedades da Igreja Ozoranense, por ordem do Arcebispo D. Manuel de Sousa, sendo Mestre João abade de Durrães (23).

Do Séc. XVI para cá as referências históricas passam a ser mais frequentes. É instituído o Morgadio de Malta pelo Abade João Pires, Morgadio esse que teve bastante importância na vida social de Durrães até ao liberalismo, nomeadamente pela luta que manteve contra a influência do Mosteiro de Carvoeiro (24).

Com o aparecimento do liberalismo e a extinção das ordens religiosas, dos morgadios, dos foros e outras instituições feudais, pode dizer-se que a vida sócio-económica na freguesia sofreu grandes transformações, se bem que sem grande perturbação aparente do «statu quo» social. De facto, as terras foreiras ao Convento eram já transmitidas de família em família e o sentimento de propriedade consolidou-se com a abolição dos prazos. Todavia, ao consolidar-se este sentimento de propriedade, verificou-se um crescimento do individualismo local, pois deixaram de existir os factores que até então levavam à unidade no sentimento de exploração feudal a que todos estavam sujeitos. Esta realidade, ligada à correspondente subida dos índices populacionais, veio contribuir para um agravamento das condições de emigração.

A abolição dos foros aplicou-se também aos bens da Igreja paroquial, que em parte tinham sido vendidos, arrendados ou aforados em data que não conseguimos apurar. O antigo arrendamento de grande parte dos bens da igreja obrigava os seus novos proprietários a considerarem-nos como «dízima a Deus», sinal de que pagavam por eles à Igreja os respectivos prazos. Assim vemos nos testamentos do Doutor Manuel Cardoso Soares, de 1749, e do Capitão António Bernardino, de 1813 (25). Isto vem confirmar a tese de Alberto Sampaio: «As famílias abastadas actuais possuem na generalidade as suas terras por emprazamentos, quer às extintas comendas e corporações religiosas, quer aos donatários seculares... Os terrenos alodiais eram raros, e onde apareciam alguns retalhos nestas condições chamavam-se em sítios dízimos a Deus, como indicando que não tinham outro senhorio, nem estavam sujeitos a mais encargos senão àquele imposto eclesiástico abolido em 1833» (26).

E cremos ter referido o fundamental para uma compreensão histórica da vida actual de Durrães.

⁽²²⁾ Arquivo Distrital de Braga, Cx. 26, Col. Cronológica, Documento sem número.

⁽²³⁾ Veja-se o Tombo de Durrães, transcrito em Apêndice VII.

⁽²⁴⁾ Existem documentos, em Durrães, sobre a criação do Vínculo de Malta, que não publicamos por terem pouco interese.

⁽²⁵⁾ Referência a estes testamentos em Apêndice IX.

⁽²⁶⁾ A. Sampaio, Estudos d'Economia Rural do Minho, in op. cit., p. 216. Segundo informação que colhemos junto do Rev.^{mo} Pároco da Freguesia, ainda hoje

ECONOMIA OZORANENSE

A — No passado

A economia desta freguesia foi, durante séculos, a economia do tipo feudal. As terras pertenciam ou ao Convento de Carvoeiro, ou à Igreja de Durrães. Eram trabalhadas e aproveitadas de modo a satisfazer a todas as necessidades e ao pagamento dos dízimos e dos foros.

A primitiva situação da economia ozoranense está de acordo com o seu povoamento e é comum à vizinha freguesia de Carvoeiro. Se lermos o relato que Frei Leão de São Tomás faz sobre o Mosteiro local (27), não teremos a menor dúvida de que o tipo de economia existente em Durrães e Carvoeiro até 1833 era totalmente feudal, pesem embora as discussões que conhecemos sobre se houve ou não feudalismo em Portugal. Quem conhece a fundo a questão, bem como a problemática dos concelhos, é levado a crer, e a nosso ver com razão, que a nível institucional geral não houve feudalismo em Portugal. Todavia, pequenos enclaves houve em que esse sistema imperou, sem dar nas vistas, mercê nomeadamente da importância e influência de certas ordens religiosas, como foram os Beneditinos, e da complacência dos nossos reis. Assim aconteceu, efectivamente, no Couto de Carvoeiro.

De facto, neste couto, a actividade económica era unicamente a agricultura. As terras pertenciam ao Mosteiro e eram tratadas por colonos que, com o tempo, ficavam ocupantes efectivos dos terrenos mas sem a posse plena deles, uma vez que não podiam dispor da sua propriedade sem licença do D. Abade e pagavam anualmente os respectivos foros. Por outro lado, as próprias pessoas não eram livres, dado ser necessário obter licença para casar e todos os problemas judiciais terem de ser resolvidos pelo Abade Conventual.

Tudo isto nos permite classificar de feudal a sociedade existente em Durrães até 1833, pois nela estavam subjacentes os caracteres gerais do feudalismo (28).

a Casa da Quinta paga à Igreja a quantia simbólica de trinta escudos e duas galinhas, todos os anos, o que revela o antigo emprazamento de terras da Igreja Paroquial. Extinto civilmente em 1833, este foro tem sido mantido unicamente por deferência para com a Igreja, segundo cremos.

⁽²⁷⁾ Frei Leão de S. Tomás, op. cit., p. 109-114. Veja-se a transcrição em Apêndice VIII.

⁽²⁸⁾ C. Parain, C. E. R. M. — Sobre o Feudalismo, Trad. de Maria de Fátima Martins Pereira, Lisboa, 1973, pp. 17-18.

Segundo o autor, os caracteres gerais do feudalismo serão:

^{1.} É em torno da terra que se estabelecem as relações sociais de produção (a agricultura).

^{2.} Os camponeses trabalham a terra com base num direito de utilização e ocupação, mas a sua propriedade não lhes pertence, mas sim ao Senhor ou Senhores.

^{3.} Os trabalhadores, não sendo escravos, não têm inteira liberdade pessoal. Dependem do Senhor, não podem abandonar a terra sem licença, nem dispôr dela.

Evidentemente que a comunidade mantinha a sua individualidade e coesão face à autoridade senhorial do Convento. Essa individualidade vinha-lhe da independência religiosa que, em regime feudal, contava muito. A Igreja Paroquial serviu de base a esta independência. Todavia, se esta individualidade e coesão está mais ligada ao problema das relações sociais, também encontramos nas relações económicas sinais de práticas muito anteriores à dominação senhorial ou dela totalmente distintas, particularmente as de cunho comunitário, que davam aos trabalhadores da terra direitos de utilização colectiva de águas, pastos, zonas florestais e logradouros. Muitos deles subsistiram até princípios deste século, como seja a utilização comum do monte para colheita de matos, plantio de árvores e pastagem, o uso de forno público, a conservação colectiva de capelas e caminhos e a divisão das águas de rega, como veremos mais adiante.

Como refere Charles Parain, esta exploração de recursos comuns permitia aos camponeses encontrar uma certa independência face à autoridade senhorial, independência essa que lhes permitia resistir melhor à exploração e dispor de recursos extra (29).

Tudo isto permitiu o progressivo enriquecimento das pessoas, quer pelo trabalho da terra, quer pelas funções complementares dos artífices, das técnicas de fiação e tecelagem, etc., fazendo com que através dos anos todos constituíssem o seu património, estando aqui uma das razões por que em Durrães ainda hoje todos são proprietários, mesmo aqueles que trabalham como assalariados.

* *

A economia agrícola era, com efeito, determinante em Durrães. Os mais antigos testemunhos falam-nos em «lavrar e aproveitar as vinhas e searas» (30). O Tombo de 1548 refere como pertencente à Igreja um eido de gado (31), um lagar, algumas casas telhadas e um palheiro

^{4.} A autoridade é exercida de pessoa para pessoa. A justiça é administrada directamente pelo Senhor aos seus vassalos.

Ora tudo isto foi uma realidade em Durrães e Carvoeiro. Leia-se o que diz Frei Leão de São Tomás, conforme transcrevemos em Apêndice VIII e não restarão dúvidas de que o sistema feudal existiu realmente no Couto de Carvoeiro.

⁽²⁹⁾ C. Parain, op, cit., p. 26.

⁽³⁰⁾ Arquivo Distrital de Braga, Cx. 26, Col. Cronológica, Documento sem número.

⁽³¹⁾ Do latim aditum. Termo que tanto pode significar o lugar de habitação, como quinteiro ou curral onde pernoita o gado. Jorge Dias, in Vilarinho da Furna, uma aldeia comunitária, Porto, 1948, refere várias vezes que lá chamavam eido à própria povoação, realidade por nós constatada quando lá estivemos em 1968, nas vésperas da diáspora causada pela construção da albufeira que viria a submergir as suas casas e os seus campos. Publicámos, então, um artigo intitulado Vilarinho da Furna, uma Aldeia Comunitária sob as águas do Rio Homem, no Caderno LETRAS E ARTES de NOVIDADES, em 28 de Outubro de 1968, em que referimos o vocábulo eido.

velho. Cita ainda o cultivo do trigo, do centeio e da vinha em terras regadas com água própria ou partilhada.

Mas debrucemo-nos sobre o património de um grupo doméstico dos princípios do Séc. XVIII. Num inventário datado de 1730, declara-se que o defunto era possuidor de metade do assento e casas onde vivia, com a respectiva casa e quinteiro e metade de cinco moinhos que estavam dentro do mesmo assento, foreiros ao Mosteiro de Carvoeiro. Mais possuía as seguintes propriedades consideradas por ele como «dízimas a Deus»: duas azenhas, uma alveira e outra negreira, uma pequena terra lavradia com vinha e mato, no lugar do Rio, uma leira de terra nas Lamas, que levava de semeadura três quartos de centeio e duas leiras de terra lavradia que levavam de semeadura dois alqueires. A tudo isto acrescentava a posse de uma devesa, bem como oitenta e nove carvalhos e catorze castanheiros dispersos por várias partes da freguesia, entre o monte e o rio Neiva (32).

Este inventário revela de certo modo a estrutura económica da família ozoranense antiga. Aliás, é um legado que define o tipo de infra-estrutura económica neste género de vida rural que sobreviveu até aos nossos dias: a casa de habitação com um quinteiro (33) e um assento que tudo envolve e que vai permitir o cultivo da vinha e de hortas para satisfação das maiores necessidades do agregado familiar. Neste assento, normalmente murado, se vão construir os «cobertos» necessários ao abrigo das alfaias agrícolas, dos cereais, dos fenos e outras colheitas, além de permitirem as instalações de palheiros, espigueiros, medas e moreias (34).

Além da casa, seu assento e quinteiro, que são a base de operações da família agrícola, encontramos no protótipo testamentário citado os seguintes constituintes básicos para a economia de Durrães: terras de semeadura para produção de cereais. Moinhos e azenhas (35) para a transformação destes em farinha. Um stock de carvalhos e castanheiros suficiente para qualquer obra nova, restauro das casas e moinhos ou fabrico de móveis e alfaias agrícolas.

⁽³²⁾ Poder-se-á ver o Inventário dos bens de António Peixoto (1730) em Apêndice IX.

⁽³³⁾ Recinto para onde dão as cortes dos animais. Tem equivalência ao eido, como já referimos atrás.

⁽³⁴⁾ A meda e a moreia são, normal e vulgarmente, sinónimos, significando o acastelamento da palha de cereais em torno de uma vara, permitindo que a água das chuvas escorra sem penetrar no seu interior. Na localidade, meda é termo aplicado apenas quando se trata de palha de centeio ou de simples erva seca e moreia utiliza-se quando se trata de palha de milho. A moreia é sempre mais alta que a meda, estando normalmente encostada a ramos de árvores, principalmente oliveiras e carvalheiras.

⁽³⁵⁾ O moinho distingue-se da azenha por ter rodízio interno, na vertical — a água passa por baixo. A azenha tem roda árabe com eixo horizontal — a água passa ao lado. O moinho é antiquíssimo no Noroeste, remontando à ocupação romana. Anteriormente a esta, a moagem era manual, como o revelam as mós dos povoados castrejos. A azenha foi difundida pelos árabes (do árabe as-sāniya). No Rio Neiva predominam as azenhas. Nos ribeiros afluentes, os moinhos.

Falta apenas, neste testamento, a indicação de lagares e fornos de cozer pão. No que respeita àqueles, existiam em propriedades que os justificassem, servindo os demais que deles necessitassem. Já citámos que, em 1548, a Igreja possuía um lagar. No que respeita aos fornos de cozer pão, Durrães tinha um forno público, certamente pertencente ao Mosteiro de Carvoeiro, e que existiu no largo ainda hoje conhecido por Campo do Forno. Todavia, todas as casas antigas da povoação têm forno próprio, o que pressupõe o facto de os vários núcleos domésticos se bastarem a si neste domínio há muito tempo.

di wi

A economia ozoranense no passado estava, pois, limitada à agricultura. Todavia, era uma agricultura fechada, sem comercialização de excedentes nem trocas de vulto. Como vimos, há uma infra-estrutura essencial na família ozoranense, constituída por casa, quintal, terras dispersas e respectivas co-estruturas instrumentais de trabalho. No entanto, o grupo doméstico que aproveitava todo este conjunto limitava-se a explorar a terra de acordo com as necessidades de sobrevivência e manutenção do património familiar, como unidade de produção e de consumo.

B - No presente

Actualmente, a vida económica da freguesia continua a ter como base a agricultura. Porém, a emigração, o emprego na cidade (escritório ou fábrica), o desenvolvimento de certas explorações, tais como aviários e indústria de madeiras, fazem com que, em grande parte das famílias, a agricultura seja feita por assalariados ou rendeiros pequenos proprietários ou então pelos próprios nos momentos vagos das suas outras ocupações. Os campos continuam a ser cultivados, embora sem aquela azáfama e movimentação que se constatava há uns vinte anos a esta parte, porque a população activa escasseou com a emigração e também porque certos trabalhos, como as lavradas, são já efectuados mecanicamente. A diferença é que se vive hoje melhor, porque a agricultura já não é o único recurso para a maioria das famílias. Mas, para que se possa ter uma compreensão mais perfeita da realidade, comecemos por descrever o calendário agrícola, que se mantém mais ou menos nos moldes seguidos desde o século passado, altura até onde pudemos remontar com base em testemunhos orais. As técnicas utilizadas têm variado, naturalmente. Mas o produto procurado, as datas e altura da sua produção e a situação geral dos preparativos agrícolas não mudaram em substância.

1. Calendário agrícola

Depois da arrumação dos cereais e dos vinhos, o ano agrícola, praticamente, começa no Outono. Antes que venham as chuvas, há primeiramente a preocupação de roçar no monte mato suficiente para recamar as cortes do gado e fazer as rumas ou estrumeiras nos quinteiros para curtirem durante o inverno. Se o stock de mato roçado não chegar, volta-se a roçar em Maio, tenro e verde, sendo então junto a algum estrume para adubar as terras mais húmidas.

Antes da partilha do monte, cada lavrador recolhia nele o mato necessário, se bem que os mais abastados recolhessem sempre a melhor parte. Hoje, feita a apropriação individual do baldio, cada grupo doméstico roça nas bouças que lhe couberam em sorte, comprando ou vendendo quando tem a menos ou em demasia. Normalmente, as roçadas terminam com o mês de Outubro.

No mês de Novembro, limpam-se as terras em vista ao novo ano agrícola; corte de silvados, preparação e cava do terreno das vinhas, dando-se, no fim do mês, o começo das podas. Entretanto, semeia-se erva para os gados, preparam-se os terrenos dos quintais para a plantação de hortas e inicia-se a sementeira das favas e das ervilhas.

Dezembro regista a apanha da azeitona, que se prolonga até Fevereiro quando o inverno se apresenta rigoroso. A safra da azeitona costuma demorar, em virtude de permitirem que as oliveiras atinjam grande porte, o que torna demorada e perigosa a ripagem, principalmente quando os troncos das árvores estão húmidos com as chuvas. Entretanto, continuam as podas até Fevereiro, além de outros trabalhos de inverno. Começa a cava ou lavra dos terrenos para a sementeira do centeio, tanto nas terras de sequeiro como nas de regadio, embora de preferência nestas. E, por altura do Natal, a matança dos porcos, os dias pequenos e a festa da família não permitem grandes trabalhos agrícolas, que serão apenas retomados no princípio de Janeiro.

Então, com os prados já viçosos, assistia-se e ainda hoje se assiste um pouco ao pilha-pilha das águas de lima. Em Janeiro continuam os trabalhos de inverno iniciados em Novembro e Dezembro.

Em Fevereiro ultimam-se os trabalhos atrás referidos. Planta-se o cebolo e o alho e inicia-se a sementeira da batata temporã em terrenos de sequeiro («batata do cedo»). Terminada a poda, procede-se ao arjoamento das vides mais novas, põe-se varas ou caibros nos lateiros e escoram-se os vinhedos e latadas (36). Também neste mês se inicia a enxertia das videiras bravas, que continua por Março fora e procede-se ao plantio do bacelo que se destina à venda ou à enxertia no ano seguinte, também nesta época. De facto, Durrães ainda hoje é um dos centros mais importantes de produção viveirista de videiras no Minho. As vides são vendidas em bravo nos meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro e vendidas enxer-

⁽³⁶⁾ Lateiros, latadas, vinhas e ramadas são, em geral, sinónimos, significando as armações sobre esteios e caibros para onde sobem as videiras. É interessante notar que ramada quer dizer no Minho vinha e, no Algarve, na zona serrana do Sotavento, a mesma palavra é utilizada para nomear a corte do gado, conforme pudemos já constatar pessoalmente. Leia-se, a propósito, J. Leite de Vasconcelos, Etnografia Portuguesa, V, 1967, p. 625, n. 1, em que se fala de Durrães e do sentido que aqui se dava à palavra «lato», de onde vem lata, lateiro e latada.

tadas, passados dois anos, no mesmo período. As castas de bravo mais vendidas são: corriola, cordiofolia, morango de Pêrre e aramão. As castas enxertadas são principalmente o azal branco, o moscatel também branco, o vinhão, poeirinho, borraçal, espadeiro, etc., todas produtoras de vinho verde. Mas, se há produção viveirista para comércio, facilitada em grande parte pelo escoamento feito pelo caminho de ferro, também há produção mais limitada para as necessidades de cada agricultor.

Março é o grande período das lavradas. Antigamente, estas ocupavam o mês todo, uma vez que eram feitas com tracção animal. Hoje, usa-se já o tractor, próprio ou pago à hora. Ainda neste mês, continua-se a plantação da batata temporã.

Em Abril inicia-se a sementeira da batata «do tarde», em terrenos de regadio. Continuam as lavradas, seguidas das sementeiras do milho e do feijão, juntamente com a abóbora (cabaça), couve nabiça e nabiça que, uma vez colhidos o milho e o feijão, ficarão nas terras até ao inverno. O milho híbrido é pouco utilizado. Além do milho a que chamam mouro, há outras espécies que se vão introduzindo mas que o lavrador não distingue em substância. O feijão é de preferência o branco, catarino, manteiga e frade.

Em Maio terminam-se as lavradas em terras de regadio, dá-se início à primeira sulfatação das vinhas e corta-se a erva da semente, já seca ou em vias disso, para armazenamento em medas e para sementeira no Outono.

Com Junho aparecem as sachadas dos milheirais e feijoais, que irão até ao mês seguinte, com a respectiva rega. Faz-se a colheita do centeio e do trigo, este hoje muito raro. Continuam as sulfatações e colhe-se a batata «do cedo».

Em Julho malha-se o centeio (37). Continuam as sulfatações, colhe-se a batata «do tarde» e a cebola, ao mesmo tempo que continuam as regas. Agosto regista os mesmos trabalhos, com incidência nas regas dos milhos.

Setembro, o último mês do ano agrícola, é a época da colheita dos milhos de sequeiro e, no fim do mês, iniciam-se as vindimas. Com a chegada de Outubro, colhe-se o milho de regadio, ultimam-se as vindimas e correlativos trabalhos de adega. É o «São Miguel», a época das colheitas, altura em que as terras arrendadas são entregues aos seus donos pelos rendeiros e vice-versa e quando os «caseiros» pagam a renda, nomeadamente em rasas de milho e de feijão.

2. Recursos naturais comuns e sua apropriação individual-grupal

No calendário agrícola que acabámos de transcrever, pois quisemos respeitar, na medida do possível, a própria linguagem dos nossos informadores, imediatamente transparecem duas realidades em substracto que irão permitir a exploração agrícola dos campos: um verdadeiro «espaço

⁽³⁷⁾ Ver em Apêndice XVIII uma descrição das malhadas em Durrães.

vital» que vai permitir as pastagens quando os campos estão cultivados e vai fornecer a matéria-prima para a adubação das terras antes das lavradas, bem como a reserva de riqueza que consiste na madeira de pinheiro e eucalipto — o monte; e, por outro lado, o aproveitamento do caudal de Arêfe, que pode regar toda a área agrícola da freguesia, sendo considerado património comum.

Não perfilhamos a ideia de que o comunitarismo foi uma das formas de vida económico-social que dominou na Europa em épocas remotas e da qual existam últimos redutos, relíquias aqui e acolá, especialmente em zonas mais isoladas. O comunitarismo é baseado em razões de ordem natural, mais do que de ordem histórica (38). Effectivamente, o comunitarismo existe hoje ou existiu em sociedades fortemente dependentes da economia pastoril, mas que se apoiam igualmente na agricultura, necessitando de um aparelho próprio que lhe permita cultivar os campos com assiduidade, ao mesmo tempo que os seus rebanhos são pastoreados em perfeita vigilância.

Em Durrães não há propriamente vestígios de comunitarismo. A existirem esses vestígios, encontrá-los-íamos no uso comum do monte e na repartição das águas de rega. Referir-nos-emos primeiramente àquele, conhecido antes da partilha, na década de 1920, por «Monte Maninho» (39).

A posse do monte era comum, no sentido de que cada um tirava dele o que precisava. Todavia, a sua exploração era desigual, dada a necessidade de mão-de-obra, que poderia ser fornecida em maior abundância pelos proprietários mais abastados. Daí que os mais ricos estivessem interessados em manter o «statu quo» do baldio, que passava muito para lá do dobro da superfície cultivada e da área social da freguesia.

Qualquer pessoa podia plantar árvores no monte maninho, onde quisesse. A quando da partilha, as pessoas que as tinham mantiveram a sua posse e o direito sobre elas até serem cortadas. O mato era de quem o cortasse. Todavia, os melhores e mais bem situados talhões eram também, na prática, pertença dos mais ricos, a quem os pobres não ousavam fazer frente, tanto mais que, sendo embora pequenos proprietários, não raro trabalhavam como assalariados nas casas dos mais abastados.

No que respeita ao pastoreio no baldio, considerava-se toda a área disponível. Não existiam «extremas» com o monte pertencente às freguesias vizinhas e vice-versa, embora, evidentemente, os gados não fossem pastar para muito longe, por razões óbvias. Nessa altura, o gado regressava sem pastor ao povoado, ao cair da tarde, havendo cancelas nos caminhos que davam para o rio. Aí se iam buscar as reses que se haviam

⁽³⁸⁾ Jorge Dias, op. cit., p. 4.

⁽³⁹⁾ Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário*, II, Lisboa, 1798, p. 113, diz-nos que, na Idade Média, se chamavam maninhos aos bens que ficavam de alguém que, não tendo filhos, morria sem fazer testamento e não tinha herdeiros directos até ao 10.º grau. Nesse caso, os bens passavam para a Coroa. Ainda hoje, quando alguém, nesta povoação, quer fazer valer os seus direitos de propriedade, se costuma dizer: — «Pensam que é maninho»! Ou então: — «Isto não é maninho!».

transviado no regresso do monte. Com a partilha, foi proibido o pastoreio das cabras, que comiam os pinheiros semeados para florestação, o que, de facto, veio contribuir para a transformação do monte, de calvo descampado, em verdadeira floresta, como é actualmente.

Só o gado vacum continuou a pastar no baldio, depois da partilha individual deste, mas apenas desde o término das lavradas, em meados de Maio, quando as terras deixaram de ter pasto, até princípios de Setembro. Actualmente, o gado é cada vez mais raro nas casas agrícolas ozoranenses, mas ainda se vê uma ou outra cabeça pastando no monte, na altura que referimos. Como a maior parte das casas se limita a criar uma ou duas vacas (touras) para venda, o monte não se torna muito necessário, uma vez que as terras produzem sempre algum pasto nas orlas não cultivadas.

Em conclusão, sobre o Monte de Durrães: funcionou, e ainda funciona, como fazendo parte do património comum, estando hoje repartido por todas as famílias que têm actividade agrícola com património próprio. Há mesmo que prefira ter uma bouça no monte do que terreno de cultivo, pois, dizem, este necessita de trabalho e aquele, sem cuidado, produz madeira que tem boa saída no mercado. Todavia, a relacionação com a agricultura continua a ser fundamental, uma vez que o mato continua a ser essencial à revitalização periódica das terras. A partilha do baldio foi benéfica, dado que permitiu direitos iguais, à partida, sobre a posse do monte. Hoje, continua a funcionar, principalmente, como reserva de madeira, lenha, mato para estrume e, em último caso, pastoreio. A madeira é fonte de lucro, pois vende-se facilmente. Como é natural, após a partilha, alguns desfizeram-se dos talhões que lhes couberam em sorte e, a partir daí, outros acumularam. Mas isso já é outro assunto.

Abordemos agora a questão da divisão e usufruto das águas de rega, que esteve também sempre ligada à posse comunitária do monte. Com efeito, as principais nascentes efluem do Alto de Arêfe e daí o serem conhecidas por Água de Arêfe. É um manancial bastante grande que vai sendo represado em várias «poças», entre as quais se destacam a «poça velha» e a «poça nova».

A água de Arêfe entra em giro na véspera do dia 20 de Abril ao pôr-do-sol, e termina no dia 6 de Setembro (40), igualmente ao pôr-do-sol. Os dias de água são contados também de um pôr-do-sol a outro, dividindo-se geralmente em terços: noite, manhã e tarde. A noite acaba ao nascer do sol e a manhã ao meio dia solar. A sua repartição pelas várias terras, que é imemorial, faz-se apenas durante as semanas que intercalam o período de 20 de Abril a 6 de Setembro, acima referido. A água tem a sua última etapa de armazenamento na «Poça Nova», a meia encosta do

⁽⁴⁰⁾ Embora terminando o giro no dia 6, a água só poderá ser utilizada para lima a partir do dia 7 de Setembro, ao pôr-do-sol.

monte. O «consorte» (41) que a vai tapar só o poderá fazer depois de a poça se encontrar vazia, a não ser que o caudal das nascentes já tenha transbordado da «Poça Velha». Estas duas represas recebem, por sua vez, a água de três poças de Trás-de-Arêfe, excepto às quartas-feiras e sábados, dias em que pertencem, por tradição, às terras de Arêfe, enclave cultivado no meio do monte (42).

Fora deste período anual de rega, qualquer pessoa, consorte ou não, tinha direito a utilizar a água do monte, nome também dado às nascentes de Arêfe. Todavia, como os interessados eram sempre muitos, tornava-se necessário ir tomar a vez junto à «Poça Nova», uma ou duas vezes por dia. Nestas ocasiões, originavam-se mal-tentendidos e não raro os contendores eram lançados à água, a ponto de se perguntar em baixo, no povoado, nesses dias: — «Quem é que 'caiu' hoje à Poça?»

Estes desentendimentos e a necessidade de regar já na Primavera é que fizeram com que se chegasse à situação actual, de rega a partir de 20 de Abril, conforme decisão da Junta de Freguesia, lavrada em Acta em 15 de Abril de 1951. Até então, o giro da água de Arêfe começava apenas em 29 de Junho, dia de S. Pedro.

Esta água, que em tempos regava todo o terreno em declive até às margens do Neiva, está hoje mais limitada às encostas, devido à má conservação dos regos e à grande vegetação e arborização junto às nascentes e represas. Isto deve-se à incúria dos utentes, muitos dos quais não precisam desta água por disporem de outros recursos, nomeadamente no vale, onde possuem motor para arrancar a água, em abundância, do Rio Neiva.

A sua divisão, como referimos, é imemorial, devendo remontar à colonização da zona, após a Reconquista. Provavelmente, a sua distribuição fez-se sob a égide do Mosteiro de Carvoeiro (43) ou do seu patrono, quando se promoveu o repovoamnto.

Em 1548, o Tombo de Durrães faz-lhe referência ao afirmar que umas terras pertencentes à Igreja tinham água de Arêfe de sábado à noite a Domingo à noite (44). Efectivamente, ainda hoje as terras pertencentes ao Passal e à Quinta, bem como terras que outrora pertenceram também à Igreja, têm água aos domingos. Isto confirma que a divisão se transmitiu por via oral durante séculos até 1936, altura em

⁽⁴¹⁾ Consorte é o nome dado a todo aquele que tem direito à água de Arêfe ou a outra água qualquer que seja partilhada.

⁽⁴²⁾ A Poça Velha foi arranjada e ampliada há poucos anos, com pedra e cimento, sendo uma iniciativa digna de registo por mostrar que é possível um aproveitamento mais racional do caudal da água para melhor satisfazer as necessidades da rega em Durrães. Bom seria que não se ficasse por aqui, mas que se fosse pensando em aproveitar a quantidade e a qualidade desta água no saneamento básico da freguesia, cheia de carências neste sector.

⁽⁴³⁾ Nos Livros de Sentenças e de Audiências do Mosteiro de Carvoeiro aparecem por vezes referências a penas aplicadas a moradores em Durrães por não conservarem devidamente os regos e poças da água de Arêfe. Veja-se Apêndice XI.

⁽⁴⁴⁾ Cf. Tombo de Durrães, em Apêndice VII.

que foi passada a escrito (45), a fim de evitar problemas que sempre surgiam.

Naturalmente, com a divisão das terras por herança ou compra, tornou-se necessária, não raro, a divisão do tempo de consumo. Assim, assistimos aos seguintes factos: terras que têm ½ de água diária, como é o caso da Quinta, 1/3, 1/4, 2/8 e até 1/8 do tempo diário de rega.

A água dos Domingos tem uma divisão homogénea e constante, dado ser só para a Quinta, Passal e terras deste desmembradas no período da implantação da República.

A água das segundas-feiras, terças, quartas, quintas e sábados, segue divisão diferente nos anos pares e nos anos ímpares. Assim, se num ano a água pertence à terra de fulano, no ano seguinte já pertencerá, no mesmo dia, a outro consorte.

A água das sextas-feiras é a que desperta mais curiosidade, pois a sua divisão repete-se de seis em seis anos, havendo, portanto, seis grupos de rega que entram em giro em anos próprios. Por exemplo, o grupo A tem giro próprio, neste dia, nos anos de 1936, 1942, 1948, 1954, 1960, 1966, etc. O grupo B, em 1937, 1943, 1949, etc. (46).

Além da água de Arêfe (47), que regava, como dissemos, quase toda a freguesia, há outras nascentes que são represadas e que a sucessão de heranças e vendas tem transformado em águas partilhadas por vários consortes, fazendo igualmente parte activa da economia de Durrães. São elas a água da Fonte da Vila, com dez consortes (48), a água da Fonte de Egra, com seis consortes (49), a água da Fontaínha, com outros seis (50). Há ainda outras, como a água de Tirolorrio, do Poço da Loba, da Cotorela e de Subvilar (51). Além destas, que poderíamos chamar de águas públicas, há outras que estão ainda divididas apenas a nível de parentela, mas que com o tempo passarão à categoria das primeiras, como é óbvio.

⁽⁴⁵⁾ Veja-se o Rol das Aguas de Arêfe, fixado por escrito pelo Prof. José Maria Neiva de Oliveira Maciel e seu irmão Joaquim Neiva de Oliveira Maciel, em 1936, em Apêndice II.

⁽⁴⁶⁾ Rol das Aguas de Arêfe, Apêndice II.

⁽⁴⁷⁾ A consulta do *Rol das Aguas de Arêfe* permite ver, paralelamente, a progressiva divisão da propriedade rústica nesta zona. Quanto mais partilhada ela se encontra, mais revela, geograficamente, as terras que antigamente se encontravam unificadas numa única família. Isto é fácil de ver se contarmos os giros em cada dia,

⁽⁴⁸⁾ Esta água obedece também ao princípio dos anos ímpares e anos pares, tendo em cada um deles a subdivisão em semanas de Ponte e em semanas de S. Julião, referência às feiras alternadas de Ponte de Lima e de S. Julião de Freixo. Veja-se o respectivo Rol de Águas, em Apêndice III.

⁽⁴⁹⁾ Também sujeita à divisão quinzenal de Semanas de Ponte e de S. Julião. Veja-se também o respectivo Rol, em Apêndice IV.

⁽⁵⁰⁾ Apêndice V.

⁽⁵¹⁾ São cerca de quarenta as águas partilhadas em Durrães, pelo que nos referimos às principais. Repare-se na designação *Tirolorrio*: água tirada do rio. A poça respectiva encontra-se junto ao ribeiro de Arêfe e recebe água de nascente próxima. No que respeita à água de Vilar, veja-se o Apêndice VI.

A água é fundamental na economia agrícola, principalmente quando esta está na base da vida de uma comunidade. A sua necessidade vital explica que em Durrães ela esteja há séculos dividida e pertença à memória sócio-económica da população.

Qualquer grupo doméstico está consciente da importância deste património comum e individualiza-o em dias próprios, transmitindo este direito de geração em geração como fazendo parte integrante do património particular do grupo. Chamamos a atenção para a leitura do Rol das Águas de Arêfe e dos outros citados, dado que são pontos de partida para posteriores estudos com interesse.

3. Relações de produção e forças de trabalho

O trabalho agrícola em Durrães obedeceu já a características mais intensivas que actualmente. Todavia, ainda que esbatidas, elas continuam hoje patentes nos grupos domésticos de economia predominantemente agrícola.

Há fundamentalmente três tipos de exploração agrícola em Durrães, no que diz respeito a forças de trabalho e a relações de produção: o primeiro, é o seguido nas duas principais quintas locais, ou seja, na Quinta de Malta e Quinta propriamente dita. O segundo tipo, é o dos médios proprietários. O terceiro tipo, o dos pequenos proprietários. Passemos à caracterização destes três tipos de exploração agrícola, tendo desde já em conta que eles vão determinar todo o comportamento social, cultural e económico na localidade, não só a nível individual como a nível colectivo.

O 1.º tipo obedece mais ou menos ao seguinte esquema: um proprietário que administra a sua terra directamente ou através de um feitor, sem ter contacto directo com os trabalhos agrícolas. Este contacto é feito unicamente por assalariados e criados. Os familiares do proprietário também não têm contacto directo com a terra. Foi esta a caracterização essencial da exploração agrícola nas duas principais quintas de Durrães, até época muito recente. Actualmente, a forma de arrendamento a um caseiro predomina na exploração destas quintas. Todavia, o caseiro, utilizando embora a força de trabalho dos membros da sua família, recorre a assalariados que lhe vão permitir o amanho de toda a terra, que é vasta. Os criados de lavoura que trabalhavam neste tipo de exploração agrícola desapareceram, por sua vez, com a introdução dos caseiros, procurando o amanho das terras por arrendamento ou emigrando.

O 2.º tipo, caracteriza-se pelo trabalho da terra sob a administração directa do proprietário, mas ele próprio trabalha na agricultura com a sua família, contratando os assalariados necessários.

Finalmente, o 3.º tipo é o dos pequenos proprietários que, trabalhando as suas terras com a sua família, não têm assalariados e, no tempo que lhes sobra do amanho das próprias terras, trabalham como

assalariados para os proprietários do 1.º e 2.º tipo. Colocamos também neste tipo os rendeiros que, a partir do momento em que a emigração começou a levar os braços das famílias mais abastadas, foram suprir a falta deles, cultivando as terras pelo terço da produção e, hoje, as cultivam «a meias». Em certos casos, estes rendeiros têm os campos quase de graça, exceptuando a parte respeitante ao vinho. Todos estes caseiros provêm, em geral, dos pequenos proprietários.

Evidentemente, este quadro não é absolutamente rígido, existindo, de facto, situações intermédias.

De entre as pessoas do 3.º tipo saíam os artífices, nomeadamente carpinteiros, pedreiros, ferreiros e correlativos, que trabalhavam quer para a freguesia, quer para as povoações limítrofes. Actualmente, eles ainda existem, mas a emigração tem levado os mais novos e a velhice os mais velhos. Muitos dos trabalhadores da construção civil ocupados actualmente em Durrães, em casas de habitação ou obras públicas, são de freguesias limítrofes.

Mesmo dentro do 2.º tipo há bastante emigração, uma vez que se trata por vezes de famílias numerosas que não poderão encontrar futuro num tipo de economia agrícola em que as terras cada vez produzem menos com maior despesa, porque cada vez estão mais divididas.

* *

Passemos agora à análise de alguns tipos de trabalho agrícola, com base em informações recolhidas em grupos domésticos do 2.º tipo, que é o mais representativo.

Refiramo-nos às roçadas. Quem intervinha neste tipo de trabalho, normalmente efectuado em Novembro? Os filhos que pudessem manejar a enxada eram todos escalados. Normalmente, as filhas participavam mais no acompanhamento dos carros de bois e na leva do almoço, bem como outros trabalhos que exigissem menos esforço braçal, o que não as impedia de fazer os restantes trabalhos se houvesse falta de homens. Normalmente, o grupo partia para o local de madrugada, onde afluiam também os assalariados contratados. Só ao meio dia chegava o carro de bois com o jantar (52), quando o mato se encontra roçado e em postas, pronto a ser carregado. Normalmente, a mãe ficava em casa. O Pai presidia sempre aos trabalhos e o que ele decidisse não admitia discussão. Era ele que marcava o dia e a hora das tarefas, num sistema perfeitamente patriarcal. Não admira, pois, que os filhos se sentissem numa certa servidão, sem uma palavra activa que, para os homens só terminava com o serviço militar e o casamento e, para as mulheres, com este

⁽⁵²⁾ Na linguagem local, jantar é a refeição do meio-dia, reservando-se para a refeição da noite o termo ceia.

último. Hoje, isto ainda se continua a verificar, embora não de maneira tão generalizada.

As lavradas. Eram feitas e ainda hoje o são, quando não é utilizado o tractor, pelos médios proprietários, com uma ou duas juntas de bois ou vacas, à frente dos quais vai sempre um rapaz ou uma rapariga, ou ainda, se o grupo doméstico os não tiver, uma mulher, que geralmente é a esposa. Quiem conduz, de preferência, o arado, quem «lavra», é sempre alguém de responsabilidade, geralmente o chefe do grupo. Do mesmo modo, quando se usa a grade, para aplanar os campos lavrados. O facto de hoje esta divisão de trabalho não ser tão patente deve-se o facto do uso generalizado do tractor pago à hora.

A poda e limpeza das vinhas é apanágio exclusivo dos homens, a partir dos quinze anos, mas, normalmente, só se vêem adultos neste trabalho. A enxertia das videiras é também especialidade dos homens, embora de poucos, e geralmente causa de uma certa emulação social, pelos efeitos conseguidos.

Nas vindimas há também uma grande repartição de trabalhos. Quase todas as tarefas estão reservadas às mulheres, com excepção do trabalho das adegas, que é exclusivo dos homens. As mulheres vindimam mais que os homens, «acarretam» as uvas em cestos para os lagares, quando próximos, ou para as dornas, quando nos campos afastados. Elas transportam os «cântaros» de vinho nas incubas ou nas trasfegas. Elas apanham os bagos quando estes caem durante a vindima e não há crianças até aos doze anos a quem se cometa esta tarefa. Os trabalhos de adega, tais como lavagem, desinfecção e tampagem do vasilhame, prensagem, controle de fermentação e de incubagem são, como referimos, atribuídos sempre aos homens.

Estes alguns exemplos da forma como se dava a atribuição de tarefas ontem e ainda hoje, em que a emigração tem deixado a mulher encarregada de quase todos os trabalhos agrícolas.

Normalmente, tanto o rapaz como a rapariga, a partir dos 15 anos, entram em todas as tarefas. Simplesmente, o primeiro acaba por deixar de viver em permanência na terra a partir da idade do serviço militar. A rapariga é que vai aguentar o sistema e daí o facto de ao homem restarem apenas os trabalhos especializados. Esta especialização passa a ser confundida com trabalho próprio para homem: podas, sulfatação, lavras, enxertias, trabalhos de adega. Tudo o mais é não especializado e, portanto, trabalho das mulheres: transporte de materiais em cestos, sacos, cântaros ou molhos, actividades de sacha, sementeira da batata, do feijão, da ervilha e da fava, plantio do cebolo e das hortas, vindimas, apanha da azeitona, malha dos cereais, etc. A especialização não provém hoje da maior aptidão dos homens, que é discutível, pois a mulher em nada é inferior ao homem, mas antes das cargas tradicionais e da emigração, que faz rarear este. Aqui devemos procurar, tendo em consideração a preponderância masculina até ao presente nas nossas zonas rurais, a explicação para o facto de o salário dos homens ser superior ao das mulheres. Quais as relações de trabalho existentes nesta sociedade de economia agrícola, entre proprietários e assalariados? Elas serão, naturalmente, baseadas no tipo de produção em que se desenrolam. Se, nas explorações do 1.º tipo, o jornaleiro é tanto preciso no Verão como no Inverno, nas do 2.º há épocas do ano, principalmente na estação fria, em que os seus serviços são dispensados, pois os trabalhos agrícolas conhecem uma grande pausa.

Até cerca dos anos sessenta, os pequenos proprietários que trabalhavam como assalariados, necessitavam a tal ponto de trabalho que chegavam a solicitar a sua aceitação como jornaleiros nas casas agrícolas dos médios e grandes proprietários, fazendo o possível para não perderem o lugar. Lembramo-nos perfeitamente desse tempo, em que essas casas eram percorridas por pobres das aldeias vizinhas e mesmo da própria terra, solicitando um caldo, um pedaço de pão, um copo de vinho, enfim, uma esmola. Esses pobres, tendo casa própria e pequeno quintal, não conseguiam obter rendimento suficiente para sobreviver quando a doença ou a velhice os impedia de trabalhar ou de emigrar, ou quando, podendo trabalhar, não havia trabalho.

Depois dos anos sessenta, a emigração libertou a povoação de um excedente populacional que se havia acumulado por quebras em anteriores correntes migratórias. O novo fluxo de emigração iniciado em 1960, nomeadamente para países europeus, veio, por um lado, elevar o nível de vida dos que ficaram e, por outro, no que se refere aos assalariados, fez com que eles rareassem, a ponto de serem agora os médios e grandes proprietários, ou seus caseiros, a procurarem dar trabalho no inverno aos jornaleiros, para que eles não lhes faltem nos períodos dos grandes trabalhos agrícolas. Mas as transformações do sistema não ficam por aqui: os assalariados já fazem verdadeiros favores aos proprietários do 1.º e 2.º tipo, a tal ponto a mão-de-obra escasseia com a emigração interna ou externa (53).

4. Outras formas de economia

Todas as demais formas de economia em Durrães gravitam em torno da agricultura ou dela dependem para prosseguir os seus fins.

O linho foi bastante cultivado nos terrenos húmidos e alagados, embora fosse só utilizado para consumo local.

⁽⁵³⁾ Antigamente, quem chamava jornaleiros dava-lhe de comer e beber. Depois passaram a ser contratados a comer ou «a seco», conforme interesse das duas partes, sendo ainda hoje uso perguntar-se: «é a seco ou a de comer?»

De 3 de Maio a 8 de Setembro, os trabalhadores tinham duas horas de sesta, desde o meio-dia às 14 horas. Hoje isso já não acontece, tanto mais que é muito comum trabalhar só meio-dia.

Já referimos os viveiros de bacelo. Durrães tinha e ainda tem viveiristas que concorrem com qualquer outro produtor do Minho com boas cepas das castas mais procuradas na região do vinho verde. O comboio ajuda bastante o escoamento desta produção.

A moagem, a serração e os lagares são indústrias subsidiárias já seculares. Os moleiros e os donos dos engenhos hidráulicos são todos da terra, mesmo tendo as sua azenha ou serrações do outro lado do Rio Neiva. Tem este rio, na extensão de toda a freguesia, nove açudes, existindo em todos eles construções com vista ao aproveitamento da força da água. Hoje, muitas delas estão em ruínas. Mas registemos as que estão e estiveram em actividade, pois isso ajudará a compreender a forma da vida sócio-económica da povoação que vimos estudando:

- No 1.º açude, uma azenha, na margem esquerda e um engenho de linho, na margem direita, ambos em ruínas.
- No 2.º açude, uma azenha e um engenho de serra, este trabalhando presentemente a electricidade, ambos na margem esquerda.
- No 3.º, uma azenha, um engenho de linho e um lagar de azeite, todos também na margem esquerda.
- No 4.º, uma azenha em laboração na margem esquerda e um engenho de serra, parado, na margem direita.
- No 5.º, uma azenha em laboração na margem esquerda e, na margem direita, um lagar de azeite, hoje desactivado.
- No 6.º, uma azenha e um moinho em laboração na margem direita, onde restam vestígios de um engenho de linho.
- No 7.º, uma azenha em laboração na margem direita, bem como um moinho nas mesmas condições e, na margem esquerda, um engenho de serra, hoje trabalhando exclusivamente a electricidade.
- No 8.°, uma azenha em ruínas, na margem direita, conhecida por Azenha dos Frades, por ter pertencido ao Convento de Carvoeiro.

Finalmente, no 9.º açude, uma azenha e um moinho, ambos em ruínas, na margem direita.

Todas as azenhas referidas e actualmente em laboração, servem principalmente a população local. Todavia, a sua proximidade em relação a Carvoeiro e a Santa Lucrécia de Aguiar faz com que tenham bastantes clientes destas duas freguesias. Poderíamos ainda referir, no que respeita à moagem, a existência de quatro moinhos no ribeiro formado no inverno pelo caudal de Arêfe, dos quais só trabalha, actualmente, um. São os moinhos dos Rasões, ou dos Lousos, do Grijão, da Senra e de Tirolorrio. Do lado de Carvoeiro, outro moinho, o da Caniça, junto à Estrada Velha.

* *

Registemos ainda outras indústrias subsidiárias: duas marcenarias, recentes. Uma tanoaria, esporádica. Uma loja de sapateiro. Três oficinas de tamancaria, que acabaram há cerca de dez anos devido a terem entre-

tanto caído em desuso os tamancos e os socos. Existiu também uma oficina de ferreiro.

Ultimamente, desenvolveu-se a construção e exploração de aviários, para criação de frangos e produção de ovos. Ao todo, existem seis aviários ligados a cooperativas com sede no exterior e que têm contribuído bastante para a elevação da economia local. Todavia, a proliferação desta indústria na região tem sido de molde a desencorajar o seu desenvolvimento em Durrães, dada a crise que tem vindo a atravessar.

De registar ainda dois alambiques para destilação de aguardentes e uma oficina de cabos de madeira.

O comércio de madeiras tem vindo também a desenvolver-se, dada a actual riqueza florestal do monte. Nesse sentido, os comerciantes locais interessados conseguiram uma terraplanagem dos velhos caminhos, a fim de facilitar a passagem dos tractores. Muita desta madeira, que é em grande parte de pinheiro, tem por destino a fábrica de papel da Celnorte, situada na margem esquerda do Rio Lima.

5. Canalização de excedentes

Voltando à classificação dos três tipos de exploração agrícola, verificamos que, propriamente, só há comercialização de produtos agrícolas por parte das explorações do 1.º tipo. Essas, vendem leite, batata, feijão, milho e vinho em quantidade, com compradores à porta. As do 2.º tipo, vendem quase só vinho, algum milho e batata, para contrabalançar as despesas de sulfatação, adubagem e «jornais». Os do 3.º tipo, é raro terem excedentes.

A venda de leite em regime de cooperativa, com sede no exterior, tem vindo a ser ultimamente uma forma de canalizar o leite excedentário, quando o há, pois só é retido em casa o necessário para a alimentação, principalmente das crianças, ou para fazer favor a algum vizinho. Já referimos que existem também aviários em regime cooperativo. Todavia, tanto neste caso, como na canalização do leite produzido, as sedes das cooperativas estão bastante longe e só no caso dos aviários há uma participação directa, na sua gestão, por parte dos cooperantes, embora não de todo satisfatória. Podemos dizer que a população de Durrães, pelo individualismo que a caracteriza, não está ainda preparada para o desenvolvimento das cooperativas, que seriam sem dúvida uma saída possível e talvez única para o impasse económico em que actualmente vive.

6. Conclusão sobre a economia ozoranense.

Como vimos, estamos na presença de uma economia cem por cento de tipo agrícola, com formas subsidiárias, por um lado, e complementares, por outro.

A terra foi sempre o centro de interesse, porque toda a organização económico-social a ela sempre esteve ligada, em regime feudal, até meados

do século passado. Só no presente as pessoas se estão libertando desta servidão da terra, quer pelo trabalho mais diferenciado, quer pela emigração permanente ou temporária, quer pela educação e frequência de escolas na cidade, quer pelo emprego em fábricas e na administração.

De facto, a cultura da terra já não é tão intensiva, havendo primariamente o cuidado de conservar e fazer produzir os vinhedos e outras culturas de interesse para consumo directo, tais como a batata e os legumes.

Todavia, ainda continua a ser do máximo interesse a posse da terra, pelo que aos três tipos de proprietários existentes em Durrães correspondem na prática três classes, embora sem grande diferenciação social. Estas três classes são o sucedâneo da situação feudal que a povoação viveu durante nove séculos. Como veremos, constatamos nesta povoação uma sociedade estratificada, em que a hierarquia se define pela posição face à posse da terra, primariamente, embora com a actual permuta entre o campo e a citade, o emprego nesta, a emigração e a formação de administrativos e intelectuais, essa definição pareça pouco visível em certos casos.

Mas a lei geral, no que diz respeito à posse dos meios de produção locais, que são essencialmente as terras, mantém-se, uma vez que a apropriação ou privação destes meios continua a ser sinal de subida ou descida na escala social.

Ш

A SOCIEDADE OZORANENSE

A — Dominantes sociais

Em Durrães há três dominantes que caracterizam e integram todas as relações sociais: o factor religioso, o parentesco e, como sucedâneo mais directo da determinante económica, a emigração. É impossível ter uma compreensão exacta do que é esta freguesia sob o ponto de vista social sem a olhar em conjunto sob estes três aspectos.

A religião encarna todos os actos individuais e colectivos. É recebida na infância como instituição ancestral, vivida conscientemente.

O parentesco é a base da integração social e económica e ponto de partida para a realização pessoal e inter-pessoal a nível das relações colectivas.

A emigração, que atinge desde os meados do século XIX mais de metade da população, é condição de sobrevivência e necessidade vital para o indivíduo e para a colectividade.

Analisemos cada uma destas dominantes.

1. O factor religioso

A cristianização dos «pagi» (54), por volta do Séc. IV, no Norte de Portugal, com a destruição dos santuários gentílicos e a progressiva assistência às comunidades rurais a partir das cidades episcopais, em breve levou ao incremento de um modo de vida diferente nas populações dos campos. Com o tempo, estas comunidades começaram a ser assistidas por delegados dos bispos, não só por uma questão de fortalecimento dessas comunidades, como até para um controle mais directo sobre todas as parcelas da «Ecclesia».

Desde muito cedo a Igreja teve grande aceitação entre os «pagani» (55), pois a evangelização dos rurais efectuou-se já na época constantiniana, em que a Igreja dispunha já do apoio do Estado, o que lhe dava uma grande autoridade na administração, no ensino, etc. Quando surgiram os Bárbaros, foi à volta da Igreja que os habitantes dos campos se juntaram, procurando protecção. Assim surgiram os «filii ecclesiae» ou filhos da Igreja, os «filigreses», fregueses, unidos à volta do seu campanário, por vezes fortificado, e do seu pastor.

Há referências a Durrães, como paróquia, desde os finais do Séc. XI. Desde então toda a vida social foi impregnada do sentido religioso cristão, com as características próprias da cristandade sacral medieval. A Igreja passará a ter a primazia no aproveitamento dos tempos de lazer, que cristianiza e institucionaliza — Dias Santos, Festividades, Peregrinações. Possui igualmente a primazia dos produtos da terra, que lhe são oferecidos para manutenção das despesas paroquiais. Ainda hoje o contributo anual que se entrega ao Pároco para seu sustento se chama «primícia», o que revela o costume de se entregarem à Igreja os primeiros frutos da terra (56).

Do nascimento à morte tudo se passava em redor do campanário e ainda hoje isto se mantém, dado o facto de o povo se manter profundamente religioso. Os ritos essenciais da fé cristã continuam intactos, se bem que outros que tiveram enorme importância no comportamento social ozoranense tenham já desaparecido, mercê da mudança dos tempos e da

^{(54) «}Pagi», plural de «Pagus», eram as povoações rurais do interior que, por estarem longe das cidades e das vias de comunicação, demoraram mais tempo a serem cristianizadas. Como não eram cristãos, os habitantes das cidades, ao falar destes habitantes dos «pagi», os «pagani», deram ao termo «pagão» o sentido de não cristão e daí hoje este termo ter essa conotação. Veja-se esta explicação numa obra de um autor do Séc. V, natural da região bracarense: Paulo Orósio, Adversum Paganos, I, Prol., in Corpus Scriptorum Ecclesiasticorum Latinorum, V, Viena, 1866, p. 3.

⁽⁵⁵⁾ Como referimos já, pagani eram os habitantes das zonas rurais.

⁽⁵⁶⁾ Numa época bastante recente, chegou a efectuar-se em Durrães, anualmente, uma Festa das Colheitas, no princípio do Outono. Esta festa caiu em desuso, mas o povo quer reavivá-la agora que reconstruiu a Capela de S. Miguel, uma Capela pertencente desde tempos remotos ao povo ozoranense e cuja festa coincide com a época das colheitas, aplicando o produto das ofertas em prol das necessidades da comunidade eclesial.

própria renovação litúrgica. Estão entre eles as Obradas, as preces «ad pluviam» (57) e a procissão do Senhor fora (58). Dentro dos que ainda se mantêm, são de alto valor social a Missa diária aplicada por alma dos que morrem e sempre participada por familiares, a Missa Dominical, os sacramentos de iniciação cristã, o «confesso», os tríduos anuais, a peregrinação à Senhora Aparecida de Balugães em 15 de Agosto, a visita pascal e a festa anual do Padroeiro S. Lourenço, esta última com expressões culturais próprias, como a «parada», que consiste na montagem e passagem de um cortejo etnográfico, com carros representativos das actividades locais, de episódios bíblico-hagiográficos e cenas alegóricas.

Pela sua importância no contexto local queremos referir e descrever, de uma maneira especial, as Obradas. Sempre que morria alguém em Durrães, havia determinados ritos que culminavam as celebrações fúnebres e que recebiam no Minho a designação geral de Obradas (59). Todavia, conforme as terras, assim essas celebrações revestiam aspectos particulares. Em Durrães efectuavam-se no Domingo que se seguia ao funeral. Consistiam no seguinte, de acordo com a narrativa de pessoas que participaram nelas: Saía um pequeno cortejo da casa do defunto, encabeçado por uma mulher vestida de luto e com uma saia pela cabeça, transportando um cestinho (açafate) forrado e coberto com um pano preto. Normalmente, para que o cesto se equilibrasse bem na cabeça, era posto no fundo dele uma pequena pedra.

Este cortejo era apenas constituído, além da mulher vestida de negro, por homens familiares do morto. Ao chegar à Igreja, todos eles acendiam velas, penetrando com elas acesas dentro do templo, parando no arco cruzeiro. Aí esperavam pela chegada do Pároco, que rezava tantos responsos quantas as pessoas que faziam parte do cortejo. Enquanto cada pessoa, frente ao Sacerdote e de joelhos, rezava um Pai-nosso, segurando a vela acesa, o oficiante proferia um responso. A primeira pessoa a «obradar» era sempre a mulher vestida de negro, seguida do grupo de homens que a acompanhava. Quando este grupo tivesse «obradado», a mulher que

⁽⁵⁷⁾ Eram efectuadas em procissão à Capela de S.ta Justa, na serra da Padela.

⁽⁵⁸⁾ A. Lima Carneiro, Uma impressionante solenidade religiosa de outros tempos — O Senhor fora, in Boletim Cultural do Concelho de Santo Tirso (Santo Tirso), 3 (1954) 39-45.

⁽⁵⁹⁾ Obrada provém do latim oblata, que significa oferta. A prática das Obradas foi comum em muitas terras, principalmente do Norte, revestindo-se de diferentes características. Antigamente dizia-se obradaçom ou obraçom, simbolizando a oferta feita ao pároco. Obradeira era a mulher que apresentava na Igreja as ofertas deixadas em testamento por algum defunto. Em algumas terras, chamava-se obradório à oferta que a família do defunto entregava ao Pároco, e que consistia numa broa (do gótico brauth), um bacalhau e uma garrafa de vinho.

Jorge Dias, op. cit., p. 143, diz-nos o seguinte: «Em Vilarinho há o costume de sair uma mulher com a obrada (oblata) num çafate, à cabeça, antes do defunto sair de casa. A oblata é uma espécie de oferenda especial que se faz a Deus, mas que é entregue ao padre. Consta de meia rasa de milho e meio quilo de toucinho.

Esta mulher deve caminhar à frente do enterro, muito séria, sem voltar a cabeça para trás, nem falar a ninguém, de contrário iria perturbar a sua alma».

os precedia dirigia-se para a sacristia, onde arrumava o cesto. Os homens que a acompanhavam aguardavam que todas s pessoas presentes na Igreja fizessem a sua obrada (oblata = oferenda). Normalmente, todas as famílias enviavam o seu representante à Igreja, mostrando assim a sua solidariedade perante a morte de alguém.

Em que consistia esta obrada? Como já referimos, consistia em cada pessoa se aproximar e rezar um Pai-Nosso junto do Sacerdote. Seguidamente, quem fazia a obrada ia à sacristia, onde alguém da família do defunto registava o nome e a quantia de dinheiro oferecido (oblata). Nos últimos tempos, esta quantia era de 1\$00 por responso rezado pelo sacerdote. Este dinheiro era depois oferecido ao pároco, para seu sustento.

A mulher do açafate, entretanto, voltava à Igreja, para assistir à Missa que se seguia às Obradas e, no fim, voltava logo para casa do defunto. Os homens, esses, ficavam no adro da Igreja, onde havia uma grande mesa de pedra (60) na qual, entretanto, se oferecia comida àqueles que tinham feito a sua obrada. A família dorida punha lá, nomeadamente, uns cântaros de vinho que se destinavam a ser distribuídos por aqueles que participaram na cerimónia. Chegava a acontecer alguns repetirem segundo e terceiro copo, conforme o valor das suas obradas, ou seja, se «obradaram» mais de uma vez.

Mas as cerimónias não terminavam aqui. Seguidamente, todos voltavam a casa do defunto, onde havia uma grande jantarada. No final do repasto, todos se levantavam e fazia-se então uma reza em torno da mesa, por alma do falecido. O «rezador» tinha nas mãos um raminho de oliveira, enquanto entoava as orações, lembrando seguidamente os nomes dos pais, padrinhos e demais parentes do morto que também já tivessem falecido, invocando ao mesmo tempo os seus anjos da guarda e os santos dos seus nomes.

Terminada a reza, o raminho de oliveira era colocado sobre o pão que sobrou, sendo este pão dado ao primeiro pobre que batesse à porta.

Nestes dias, as casas atingidas pelo luto eram administradas por estranhos, para que os familiares pudessem estar recolhidos. Esta administração, agravada pela despesas que se faziam nos funerais e pela distribuição de vinho e comida, levava muitas casas ao caos económico.

Em 1966 ainda assistimos pessoalmente às Obradas por alma de uma pessoa falecida em Durrães. Mas nessa altura já estavam limitadas ao ritual estritamente religioso, sem o cortejo da mulher vestida de negro nem as libações de reminiscência pagã que tinham lugar no adro da Igreja. De então para cá, as pessoas que vão aos mortórios deixam lá, em nome da família que representam, uma oferta em dinheiro que depois é aplicado em missas por alma da pessoa falecida. Com a extinção das Obradas terminou também a procissão dos defuntos, efectuada aos Domingos imedia-

⁽⁶⁰⁾ Com a construção da nova Igreja Paroquial e a nova disposição do adro, esta mesa de pedra já não existe, pelo menos com as mesmas funções. Não sabemos o destino que lhe foi dado.

tamente antes da segunda Missa, conhecida por Missa do dia. Esta procissão consistia em dar a volta ao adro da Igreja, indo o Juíz da Igreja com a Cruz à frente do Sacerdote, entoando este os responsos salmodiais, acompanhados da reza pessoal do Pai-Nosso, por intenção de todos os defuntos da freguesia, que eram nomeados um a um. Nesta procissão se incorporava sempre muita gente, havendo mesmo a superstição de que, quem não fosse a esta procissão em vida iria depois de morto...

Independentemente da singularidade do costume que eram as Obradas, ressaltava a sua importância social. Todas as famílias participavam nelas, através de um representante, manifestando assim a sua solidariedade. A mistura, por outro lado, de um rito cristão, a oração pelos mortos, com um rito pagão, as libações, mostra até que ponto séculos de cristianismo não conseguiram extirpar um certo tipo de comportamento animista, que se reflecte também num sem número de superstições e ritos paralelos que remontam à época pré-romana (61).

De qualquer maneira, as Obradas inseriam-se perfeitamente no contexto económico-social da localidade. A sua importância era directamente proporcional à riqueza do defunto que era sufragado. Ao mesmo tempo, a morte de alguém que detinha mais meios de produção como que levava a um desejo de participação colectiva dos produtos agrícolas deixados pelo falecido. A consciência existente entre os ozoranenses de que algumas casas ficavam aruinadas no ano agrícola correspondente à morte do seu proprietário, pode bem ser um indicativo dessa realidade.

Cremos que Durrães foi das últimas freguesias do Minho a praticar o ritual das Obradas. Com efeito, padres houve que vieram à paróquia prestar serviço religioso, quando a freguesia esteve sem pároco, por volta de 1950, e manifestaram a sua admiração pelo costume, mesmo sob o ponto de vista puramente religioso. Estamos convencidos de que o costume teria continuado, por vontade popular, até ao presente, não fosse a recusa das autoridades eclesiásticas em lhes continuar a dar cobertura.

* *

Outras formas de comportamento seriam de registar, como as ligadas à festa religiosa, na qual se manifestava e ainda se manifesta a maior ou menor detenção dos meios produtivos da sociedade agrícola. Dada a

⁽⁶¹⁾ Em Apêndice XVI poderão ser constatados certos tipos de comportamento supersticioso verificados ainda hoje em Durrães. Veja-se, a propósito, o trabalho publicado por Luís Pinheiro, por nós citado na nota (1), bem como a tese que apresentamos na Universidade Católica Portuguesa, O «De Correctione Rusticorum» de S. Martinho de Dume, em que analisamos sob o ponto de vista socio-religioso as superstições existentes na zona de Braga no séc. VI, as quais ainda hoje, na sua maioria, sobrevivem. A nossa tese foi publicada na Revista BRACARA AUGUSTA, 1980, II Tomo.

generalidade destes comportamentos no Minho e não só, referiremos apenas algumas destas manifestações.

Como em muitas outras terras, nem toda a gente poderia pegar ao pálio nas procissões. Era e ainda é previlégio de poucos, exactamente daqueles que se encontram mais prestigiados pela posse das terras. Do mesmo modo, a hierarquização verificada na atribuição de funções nas comissões de festas está dependente da capacidade de poder subsidiar possíveis necessidades. Compete ao Juiz a orientação geral da festa. A Juíza, o pagamento do sermão. Os Mordomos têm a seu cargo o pagamento do andor do santo festejado, a cera que se gastar em velas, nomeadamente a que se gasta na tribuna da Igreja e, se quiserem, os foguetes. Durante a celebração da festa litúrgica, Juízes e Mordomos tinham lugar de destaque na Igreja. Antes da Consagração, ou seja, a meio da Missa, os mordomos entregavam às mordomas velas ornamentadas, recolhendo depois à sacristia, de onde voltavam a sair apenas dois, ou um só, para acender as velas às mordomas. Todos ocupavam o respectivo lugar na procissão que se seguia e, no fim desta, acompanhados apenas pela banda de música que abrilhantava a festa, davam três voltas à Igreja, enquanto o povo presenciava. Dali seguiam todos para casa do Juiz, onde se realizava o jantar da festa. O cerimonial que ligeiramente referimos vai sendo hoje ultrapassado com a mudança dos tempos e daí nós o considerarmos como pertencendo já ao passado. Todavia, o costume mantém-se, dado que ainda há bem pouco tempo assistimos à nomeação de Juízes e Mordomos para determinada festa, nomeação essa que se faz antes do Sermão proferido em honra do Santo festejado e sempre para o ano seguinte. É pelo «São Miguel» ou época das colheitas que os Mordomos «tiram» a esmola para a festa de que são encarregados. As pessoas oferecem hoje principalmente dinheiro. Antigamente, estas ofertas consistiam em produtos da terra: linho já «assedado» e preparado em estriga, milho e feijão branco. No fim do dia do peditório, havia igualmente um jantar em casa do Juiz. Embora tudo isto tivesse por finalidade a festa religiosa, a única existente em Durrães, verifica-se uma organização de base económico-social que vai permitir a preparação e institucionalização da festa na comunidade local, dando-lhe um cunho verdadeiramente representativo.

Para terminar as referências que vimos fazendo a formas exteriores de comportamento religioso, citaremos ainda alguns dados relativos à Procissão do Senhor fora, quando a Eucaristia era levada aos enfermos. Sempre que os sinos tocavam «ao Senhor fora» saía uma pessoa de cada casa para acompanhar o pároco, que levava o viático aos moribundos. Se fosse de noite, iam só homens e, se o enfermo fosse de Durrães, as pessoas de Carvoeiro acendiam velas nas suas janelas, vendo-se tudo iluminado. Se o doente era de Carvoeiro, era a vez de Durrães iluminar as suas casas. Chegada a procissão a casa do doente, todos esperavam fora que lhe fosse ministrada a comunhão, indo então todos visitá-lo. Esta procissão não era silenciosa, mas acompanhada do cântico «Bendito e louvado seja». Hoje não se verifica a mesma participação popular de

antanho quando é ministrado o Viático. As razões desta mudança, como de muitas outras no campo do comportamento religioso devem-se em grande parte ao agravamento do individualismo trazido nomeadamente pela emigração e a outros factores, como teremos ocasião de sublinhar.

O facto de reconhecermos em muitas formas de comportamento religioso, em Durrães, o reflexo da determinante económica local e o «modus vivendi» do exploração agrícola minifundiária, não implica da nossa parte a aceitação de que, de facto, a religião nesta terra serve apenas para manter o «statu quo» sócio-económico existente. De maneira nenhuma. É certo que não faltam mentalidades obscurantistas que se servem dela para manter o povo na ignorância e alienação. Mas os tempos estão a mudar e o factor religioso cristão, em Durrães, está transparecendo cada vez mais o que sempre, na realidade, foi: um factor de verdadeira libertação e realização total do Homem.

2. O parentesco

As relações de parentesco em Durrães são relevantes apenas a nível de grupo doméstico. Fora deste, parece-nos que, embora reconhecidas, elas não ultrapassam, a nível prático, as relações de boa vizinhança. Refiro-me, evidentemente, aos tempos presentes, os únicos passíveis de análise objectiva neste campo. Daí o não nos referirmos nem explorarmos a noção de parentela nesta freguesia, ou seja, como se relacionam aqui todos os que se consideram parentes. Para a não relevância da noção de parentela contribui o facto de em Durrães todos serem parentes. Talvez isto cause estranheza. Mas é um facto: todos nesta terra têm consanguinidade em menor ou maior grau, como veremos. Por isso, a importância do parentesco a nível da funcionalidade global só tem significado dentro do grupo doméstico, em que a relação entre pais e filhos se exprime como conducente à sobrevivência da célula familiar, deixando de ser representativa quando se dá a cisão deste grupo por motivo de casamento ou herança.

O nosso estudo sobre o parentesco será, por isso, um contributo para uma visão de fora e não para uma visão interior do sistema. Este não funciona como sistema de parentesco, embora faça parte da memória histórica da população. A análise das relações genealógicas ajudará a perceber como, quanto mais próximos se encontram os vários grupos domésticos actualmente existentes, tanto mais isoladamente eles se comportam em relação uns aos outros.

Ao abordarmos o problema das relações sociais voltaremas a tocar neste assunto. Por agora, limitar-nos-emos a analisar uma cadeia genealógica em que estão inseridos todos os actuais grupos domésticos de Durrães, enquanto procuramos tirar algumas conclusões gerais.

Tendo sido consultados os livros de registos baptismais a partir do Séc. XVI, foi escolhida uma família de meados do Séc. XVII como ponto de partida, tendo-se chegado à conclusão de que todas as actuais famílias de Durrães descendem desse tronco comum. O ano de referência mais antigo é de 1650 e o mais recente, o de 1950. Não ultrapassaremos muito esta data, dado principalmente o facto de muitos emigrantes terem tido filhos já no estrangeiro a partir dos meados do actual século, e cujo desconhecimento nos impede de ter uma visão aproximada da realidade social actual no que diz respeito a todos os ozoranenses com laços de consanguinidade. De facto, há emigrantes que casaram, já no estrangeiro, com mulheres da terra e outros que casaram com mulheres de fora. Daí a actual impossibilidade de conseguir ver claro na evolução de muitas famílias que, formadas no estrangeiro, se encontram actualmente em Durrães.

Ao todo são 280 as famílias estudadas nesta genealogia dos actuais ozoranenses. Dessas 280 famílias, formadas, como referimos, entre 1650 e 1950, 140 resultaram de casamentos endogâmicos e 115 por casamentos exogâmicos. Daqui se conclui que a amostra estudada revela que nesta freguesia a organização do parentesco se manifestou até meados do nosso século como predominantemente endogâmica. O número de casamentos com cônjuge da terra é maioritário, apesar de revelar apenas 50 % do total de famílias estudadas, porque os casamentos exogâmicos apenas atinjem 41 %. Os restantes 9 % são de famílias incompletas no sentido tradicional: dentro do quadra estudado, há referência a 25 mães solteiras, a maior parte com apenas um filho, outras com 2, 3 e até com 4.

Os casamentos endogâmicos referidos não fogem, em geral, às características da endogamia nas zonas rurais minhotas. As trocas matrimoniais davam-se, em geral, dentro das respectivas «classes» sociais, embora com algumas excepções. Com a emigração, estas «classes», que correspondem aos três tipos de economia local, vão-se equilibrando mais, fazendo com que os casamentos mostrem hoje um leque mais aberto.

A consanguinidade entre as famílias é bem manifesta. Se bem que seja raro o casamento entre primos directos, é comum e quase geral, nestes casamentos endogâmicos, a consanguinidade em 3.º, 4.º e 5.º graus e por aí adiante. Aliás isso se explica devido à exiguidade da população e aos pequenos limites geográficos da freguesia. O facto de todos os actuais naturais de Durrães terem um mesmo antepessado comum situado nos meados do Séc. XVII é bem sinal desta consanguinidade difusa que converge ciclicamente num espaço físico reduzido.

No que concerne aos casamentos exogâmicos, poderíamos talvez fazer uma subdivisão: os realizados com pessoas provenientes de terras vizinhas e os realizados com pessoas provenientes de terras distantes. Evidentemente que há uma diferença entre um casamento com uma mulher ou com um homem que se conhecem por serem de uma terra próxima e outro que é efectuado numa zona geográfica mais distante. Todavia, aqui consideramos todos os casamentos realizados com cônjuges de fora como pertencendo à mesma categoria, dada a forte individualidade da freguesia ozoranense, individualidade essa que, por vezes, se transforma mesmo em rivalidade com freguesias confinantes. Estas freguesias são aquelas que registam maior número de trocas matrimoniais com Durrães. Na amostra

por nós estudada verificamos sete casamentos com pessoas de Aguiar, vinte e três com pessoas de Carvoeiro e oito com pessoas de Tregosa. Com efeito, ainda hoje grande número de terras pertencentes a habitantes de Durrães se encontram em Aguiar, Tregosa e, principalmente, na faixa Sul da freguesia de Carvoeiro, ao longo do Rio Neiva. Muitas dessas terras pertencem a proprietários ozoranenses, não só por antigos aforamentos do Convento de Carvoeiro, como, tradicionalmente, com base em trocas matrimoniais que se processaram nos últimos séculos.

São as seguintes as terras donde provieram indivíduos, por via exogâmica, segundo a amostra genealógica que nos serve de base: Aguiar (Santa Lucrécia) (sete), Aldreu (três), Alvarães (um), Amares (um), Balugães (dez), Barcelos (um), Barroselas (nove), Carapeços (um), Carreço (um), Carvoeiro (vinte e três), Cossourado (três), Deão (um), Fragoso (cinco), Geraz do Lima (um), Guimarães (um), Lijó (um), Mujães (dois), Marinhas (um), Navió (um), Nogueira (um), Quintiães (cinco), Santa Comba de Ponte de Lima (um), Santa Cruz de Riba Tâmega — Guimarães (um), S. João de Vila Boa — Tamel (um), S. Paio da Ponte do Porto (um), S. Romão de Gândara (um), S. Romão do Neiva (dois), S. Salvador do Campo (um), S. Salvador de Ginzo (um), Silveiros (um), Tamel (um), Tregosa (oito), Viana do Castelo (um), Vila de Punhe (três) e Vitorino de Piães (um).

Fora da província do Minho outras se poderiam referir, embora o seu interesse seja menor, em virtude da sua dispersão: Cinfães, Góios, Lisboa, Rio Tinto, Torres Vedras, etc....

As causas destes casamentos exogâmicos são as mais variadas: emigração, feiras e concentrações anuais por motivo de peregrinações e festas religiosas. As trocas matrimoniais com as terras vizinhas provêm da proximidade e constante permuta de valores materiais. Com as terras vizinhas de Carvoeiro, Tregosa, Aguiar, Balugães e Barroselas contavam bastante os trabalhos agrícolas em terras de ozoranenses situadas em enclaves daquelas freguesias, havendo assim um maior contacto social.

Para a compreensão desta exogamia há que referir ainda que saiu de Durrães um número superior de indivíduos em relação àqueles que entraram, nas trocas matrimoniais. Os laços familiares estabelecidos com outras terras foram corroborados com novas alianças matrimoniais, Assim, quase todas as localidades que citámos receberam em troca indivíduos de Durrães, que nelas casaram e nelas se fixaram. São elas: Aguiar (com nove indivíduos), Alvarães (um), Balugães (treze), Barcelos (sete), Barroselas (nove), Braga (três), Carapeços (dois), Carvoeiro (vinte), Cossourado (um), Deocriste (um), Duas Igrejas (um), Esposende (um), Famalicão (um), Fragoso (três), Góios (um), Lisboa (onze), Manhente (um), Maia (um), Moledo do Minho (um), Mujães (um), Nogueira (oito), Porto (nove), Quintiães (um), Setúbal (um), Subportela (um), S. Romão do Neiva (um), Tamel — S. Veríssimo (um), Torres Vedras (quatro), Tregosa (catorze), Viana (três), Vila Cova (um), Vila de Punhe (dois), Vitorino das Donas (um) e Vitorino de Piães (um).

Seria agora altura de inserir aqui a cadeia genealógica que nos serve de base a estas considerações. Todavia, a sua dimensão iria provocar um desiquilíbrio no plano geral do estudo que vimos fazendo, pelo que remetemos para um dos Apêndices a sua consulta (62).

A endogamia básica da sociedade ozoranense vai diminuindo à medida que aumenta a população e, ao mesmo tempo, a emigração. Esta é condicionamento de um maior movimento exogâmico. A partir de 1950 a exogamia vai agravar-se, como podemos constatar nesta amostra significativa, referente apenas aos casamentos realizados em Durrães:

	ANO	ENDOGÂMICOS	EXOGÂMICOS
V	1952	2	6
	1956	1	2
	1960	2	2
	1964	3	5
	1967	2	4
	1970	2	5
	1976	2	5

Como referimos já, toda esta rápida análise serve apenas para uma visão de fora acerca do modo como têm evoluído as alianças matrimoniais nesta povoação. Estas são essencialmente dependentes do tipo de economia vigente e do regime de propriedade e, por isso, intimamente ligadas à questão da emigração. Esta leva à exogamia, naturalmente. Quem não emigra é levado à endogamia, por razões de evidente carácter económico, como são a posse das terras que se juntam assim no património dos novos grupos domésticos da população-emigração, bem como à progressiva diversificação dos meios de subsistência.

3. A emigração

Como muitas outras terras minhotas, Durrães tem sido autêntico viveiro de emigrados, que procuram em terra estranha o próprio sustento e o dos seus. Porém, como diz Alberto Sampaio, não foram só as dificuldades económicas que levaram o minhoto a emigrar. Foi também o espírito de aventura (63), embora hoje ele não se verifique tanto. De facto, a emigração que nos últimos tempos se tem efectuado para França e Alemanha, que tem atingido todas as famílias do 3.º tipo, é produto exclusivo da

⁽⁶²⁾ Consulte-se o Apêndice I.

⁽⁶³⁾ A. Sampaio, Estudos..., in op. cit., p. 181.

necessidade de sobrevivência. Os indivíduos pertencentes a famílias do 2.º tipo que emigram hoje, fazem-no acima de tudo pelo desejo de enriquecer e não propriamente por necessidade imediata, se bem que isso seja também para todos uma maneira de evoluir no meio e progredir.

A emigração que actualmente se mantém e se vai agravando, nomeadamente para a Venezuela, é um indicativo formal do impasse a que se chegou nesta como em tantas comunidades, em que o êxodo rural se tornou um facto. Com Michel Samuel e C. Meilassoux, verificamos que este impasse se manifesta pelo seguinte: a agricultura não permite a sobrevivência de todos, sendo a emigração a única saída possível. Todavia, esta não vai garantir o ideal de vida, agravando a situação e obrigando outros a emigrar também, tentando, individualmente, escapar a um destino colectivo (64).

A emigração cria um círculo vicioso, porque a falta de braços na agricultura destrói sistemas de produção que não são retomados pelas gerações seguintes, obrigando-as a seguir o caminho da geração anterior, enquanto a exploração da terra é mantida como agricultura de auto-subsistência em terras cada vez mais divididas pelo aumento populacional. Nesta localidade constatamos isto mesmo. Iniciada quando a população começou a acusar excedentes, nomeadamente com a implantação do liberalismo do Séc. XIX, a emigração ozoranense não parou até ao presente.

É impossível criar mecanismos que impeçam este fenómeno que se repete em cadeia numa zona em que reina o minifúndio. Faltam estudos que definam processos de fixação populacional a curto e longo prazo. Talvez uma pedagogia bem aplicada que levasse à difusão de movimentos cooperativos surtisse algum efeito numa sociedade agrícola onde a emigração agrava constantemente as manifestações individualistas.

Cremos que os números nos falarão mais que as palavras. Vejamos: Até 1960, das 280 famílias consideradas na cadeia genealógica que publicamos em apêndice, 130 tiveram filhos emigrantes, ou seja, 46,4 % das famílias de Durrães enviaram, até então, e desde o Séc. XVIII, um ou mais filhos para a emigração, no País ou no estrangeiro. Os dois quadros seguintes mostram-nos as famílias que tiveram filhos emigrantes.

⁽⁶⁴⁾ C. Meillassoux, Mulheres, Celeiros & Capitais, Trad. de António Figueiredo, Porto, 1977, p. 208, n. 3.

FAMÍLIAS COM FILHOS EMIGRANTES P/ ESTRANGEIRO

Número de filhos por família	Número de famílias c/ filhos emigrantes	Número de filhos emigrados
1 filho	4 famílias	4 familias c/ 1
2 filhos	4 famillas	1 família c/ 2 e 3 c/ 1
3 filhos	6 famílias	4 c/ 1 e 2 c/ 2
4 filhos	4 famílias	1 c/ 1, 1 c/ 2 e 2 c/ 4
5 filhos	1 família	1 c/ 1 filho
6 filhos	9 familias	4 c/ 1 e 5 c/ 2
7 filhos	10 famílias	8 c/ 1 e 2 c/ 2
8 filhos	4 famílias	1 c/ 1, 2 c/ 3 e 1 c/ 4
9 filhos	1 família	1 c/ 3 filhos
10 filhos	2 famílias	1 c/ 4 e 1 c/ 6
11 filhos	1 família	1 c/ 1
12 filhos	3 famílias	1 c/ 5 e 2 c/ 8
13 fi!hos	1 família	1 c/ 9 filhos

FAMILIAS COM FILHOS EMIGRANTES DENTRO DO PAÍS

Número de filhos por família	Número de famílias c/ filhos emigrantes	Número de filhos emigrados
1 filho	6 famílias	6 famílias c/ 1
2 filhos	4 famílias	2 c/ 1 e 2 c/ 2
3 filhos	6 famílias	4 c/ 1 e 2 c/ 2
4 filhos	5 famílias	3 c/ 1, 1 c/ 2 e 1 c/ 4
5 filhos	11 famílias	5 c/ 1, 2 c/ 2 e 4 c/ 5
6 filhos	11 famílias	3 c/ 1, 3 c/ 2, 2 c/ 3, 2 c/ 4 e 1 c/ 5
7 filhos	13 famílias	7 c/ 1, 4 c/ 2 e 2 c/ 4
8 filhos	9 famílias	3 c/ 1, 3 c/ 4, 2 c/ 5 e 1 c/ 8
9 filhos	6 famílias	1 c/ 1, 1 c/ 2, 1 c/ 3, 1 c/ 4, 1 c/ 5 e 1 c/ 6
10 filhos	4 famílias	1 c/ 1, 2 c/ 2 e 1 c/ 5
11 filhos	1 família	1 c/ um filho
12 filhos	1 família	1 c/ 8 filhos
13 filhos	1 família	1 c/ 6 filhos

Como referimos, estes dados são meramente estatísticos a partir da amostra genealógica que transcrevemos em Apêndice. Eles não ultra-passam a década de 50, mas permitem vislumbrar até que ponto esta pequena comunidade minhota sofre endemicamente o verdadeiro flagelo da emigração. De 1950 para cá, o fluxo avolumou-se por razões que se torna desnecessário apontar, por se inserirem nas causas mais gerais da actual emigração portuguesa. Limitar-nos-emos a transcrever os dados que possuímos (65) e que permitirão compreender o estado actual do movimento populacional de Durrães.

Número de emigrantes conforme censos periódicos:

1954	65
1957	 71
1960	 90
1961	 87
1962	 89
1963	 94
1964	 94
1965	 102
1966	 104
1967	 107
1968	 118
1970	 128
1971	140
1976	186

Referimo-nos, evidentemente, apenas à emigração para o estrangeiro. Esta emigração pode durar muitos anos, nas normalmente o emigrante parte sempre com a intenção de voltar e visita periodicamente a terra natal. No período compreendido entre 1954 e 1976, referido no apontamento estatístico atrás transcrito, apenas sete famílias se foram juntar ao chefe do respectivo agregado familiar, no estrangeiro, o que revela o carácter forçado e intencionalmente esporádico da emigração nesta e em outras terras minhotas.

A emigração tem sido a solução única para a sobrevivência de uma grande maioria dos ozoranenses. Como já sublinhámos, é um mal necessário que não vem sozinho. Há dramas humanos por parte de quem parte, muitas vezes perante a indiferença de quem «pode» ficar. A comunidade não parece encarar «comunitariamente» este problema que a todos afecta, mesmo os economicamente mais favorecidos. Os factos têm mostrado que a evolução económica, cultural e patrimonial desta freguesia está em grande parte dependente daqueles que partiram e que duplamente garantem a sobrevivência da povoação.

⁽⁶⁵⁾ Dados que agradecemos ao Rev. Snr. Abade de Durrães.

Podemos dizer que não há em Durrães nenhuma família que não tenha sido atingida por esta necessidade de emigrar. Esta é uma das razões que leva à não relevância dos conceitos de parentela e de família extensa, dentro do que seria de esperar numa zona em que os laços de parentesco se cruzam constantemente.

O problema da sobrevivência, que noutras situações espacio-temporais levou ao comunitarismo e à cooperação, leva aqui, mudados que são os condicionalismos económicos motivados pelo crescimento populacional em espaço restrito, à individualização progressiva dos grupos domésticos, como mecanismos de defesa individual-grupal face ao espectro migratório, que acaba sempre por atingir alguns dos seus elementos.

B — As Relações Sociais

A partir das dominantes sociais referidas, conjugadas com a determinante económica, perceberemos satisfatoriamente o processo social ozoranense.

Não há propriamente classes sociais, mas estratos sociais baseados nos três tipos de exploração agrícola atrás citados, nos administrativos e nos emigrantes que vão trazendo nova vida ao ambiente sócio-económico.

Estamos, porém, perante um sistema de transformações que leva a uma progressiva interpenetração dos estratos citados, sem, todavia, nos ser possível determinar a sua trajectória, contentando-nos em verificar a sua génese.

Já referimos, de uma maneira geral, que as relações essencialmente económicas levaram a uma estratificação evidente da sociedade local, de tal modo que ainda hoje constatamos os três tipos de exploração agrícola sucedâneos do antigo regime feudal. A posse da terra continua a ser factor essencial de prestígio, nomeadamente para o ex-emigrante, que procura investir o produto do seu trabalho. Mas o prestígio da posse da terra já não isola hoje o seu detentor em relação aos estratos considerados inferiores. Nestes, já existe hoje um maior sentido de independência e de consciência dos próprios direitos, nomeadamente após o 25 de Abril de 1974. Se bem que a maioria da população mantenha uma ideologia acentuadamente conservadora, os actuais acontecimentos sociais e políticos no País não têm de modo nenhum passado despercebidos e têm actuado, mesmo através de um possível desencanto, muito positivamente na consciencialização das pessoas, apesar de se verificarem em certos estratos certas tendências para posições de extremismo. De facto, muitos dos privilegiados de outrora não compreendem facilmente os desprotegidos de então, que hoje também procuram, não raro, recuperar tempo, querendo, por vezes, ir mais além do que, no consenso local, parece legítimo.

As relações sociais em Durrães são, todavia, marcadas por um acentuado individualismo, verificado no sentido de independência face ao exterior, pese embora a existência de um Apeadeiro do Caminho de Ferro,

num exagerado sentido de propriedade privada, na prática pouco comunitária da vivência religiosa e na frieza de muitas relações interpessoais.

De facto, Durrães não é uma terra isolada. Todavia, a sua história revela-nos que esteve sempre longe dos grandes mercados, das grandes festas e romarias do Minho e viveu sempre fechada no pequeno circuito da vida agrícola. Daí um inconsciente sentimento de isolamento, que contribuiu para que a freguesia se fechasse ao exterior. Ao contrário, porém, do que sucedeu noutras terras, em que este isolamento provocou o comunitarismo, nesta freguesia assistimos, já no passado, a um seccionamento das células familiares, individualizando-as no seu «lugar» e respectiva casa, com um enorme apego ao respectivo património e direitos adquiridos. Este individualismo era manifesto igualmente na recusa a qualquer inovação, particularmente de cariz ideológico, assim como na obstrução passiva ou activa a grupos estranhos que pudessem influenciar o meio ou pôr em causa o «statu quo» vigente.

Intimamente ligado ao acentuado apego ao património do grupo doméstico constata-se um sentimento de propriedade que exageradamente se revela em problemas de serventias, de divisão e passagem de águas, de complicações sociais surgidas de uma árvore que não é cortada ou podada porque pode fazer sombra à vinha do vizinho, etc. Os próprios «lugares» se transformam, por vezes, em verdadeiras «torres de marfim», totalmente isolados por serem circundados de altos muros de pedra, onde ninguém pode entrar sem licença, pelo menos tácita, do proprietário. Este exagerado sentimento de propriedade como que faz parte do património comum da freguesia, levando, não raro, a desentendimentos entre os próprios familiares, principalmente em caso de partilhas por herança, por vezes seguidas de certas demonstrações de posse.

Igualmente a vivência religiosa, que atrás referimos ser um dos factores de maior importância social nesta povoação, se reflecte desta psicologia colectiva. Frequentemente se ouvem apelos a uma maior abertura inter-pessoal, que apenas na camada jovem vão encontrando resposta em manifestações várias, as quais, todavia, tendem a desaparecer nos adultos. A religião, em Durrães, é comunitária apenas no seu aspecto exterior. Na realidade, a sua dimensão comunitária, tal como é apresentada e defendida, não encontra eco na sociedade local. Evidente sinal desta individualidade na prática religiosa é ainda o facto de muitas pessoas preferirem os serviços religiosos de Igrejas vizinhas aos da Igreja Paroquial. Se é certo que há vários factores em presença, é uma realidade que o principal motivo é não dar nas vistas na comunidade local.

E, por fim, ainda sobre o individualismo, verificamos um comportamento acentuadamente inibido nas inter-acções sociais entre as pessoas. Ou é a história familiar, ou factores temperamentais ou de carácter, ou ainda situações de conflito, que levam os indivíduos a deixarem de se saudar, o que é considerado uma falta de consideração bastante grave que conduz, a partir daí, a ignorarem-se vizinhos e mesmo famílias.

Tudo isto é bastante negativo, é certo, mas verifica-se igualmente em muitas terras do Minho de formação histórica idêntica e com estruturas sociais paralelas. Limitamo-nos a constatar este facto, assim como verificamos que, por outro lado, existe latente a consciência das consequências negativas deste individualismo, que se procuram ultrapassar por mecanismos de compensação que vão desde a procura da sinceridade na prática religiosa à colaboração em iniciativas esporádicas de bairrismo (66) e de manifestações culturais (67).

O regresso de emigrantes e seus filhos, a fixação de algumas famílias regressadas das ex-colónias portuguesas e a vinda cadenciada de naturais da terra que se vão reformando dos seus empregos nas cidades, têm vindo a renovar o espectro social de Durrães, contribuindo para uma revitalização populacional, económica e até cultural. Cremos que se caminha para um futuro em que esta povoação, mais que uma terra de actividade fundamentalmente agrícola, se converterá acentuadamente numa comunidade mais diferenciada, socialmente mais rica e culturalmente mais aberta. O aumento populacional tem feito desenvolver a área social, com casas novas, muitas delas servindo-se das ruínas de outras mais antigas. Só é pena que muitas delas venham degradando os bons solos aráveis, diminuindo progressivamente os espaços cultiváveis, quando o monte poderia ser progressiva e racionalmente aproveitado nesse sentido. Diminuindo as terras aráveis, reduz-se a produção agrícola que assim corresponde cada vez menos ao crescimento do consumo.

O futuro de Durrães continuará, pois, infelizmente, a depender da emigração interna e externa, o que aumentará ainda mais o grande amor e apego à Terra-Mãe, que para muitos é madrasta. Daí um agravamento do individualismo que temos vindo a focar, que funciona como mecanismo inconsciente de defesa para uns e de orgulho para outros.

A realidade é bem dura, mas a ligação ao torrão natal pelo nascimento e pela família continuará a ser um sentimento gravado no mais fundo da mente de todos. Será talvez a única coisa que une realmente todos os ozoranenses: o amor à Terra, aos seus campos eternamente verdes, ao seu rio «calmo e bonançoso», para citarmos uma frase de um poeta emigrante (68), enfim, a tudo aquilo que os identifica com o meio em que nasceram e cresceram.

⁽⁶⁶⁾ Recordamos aqui a recente reconstrução da Capela de S. Miguel, no Lugar dos Castelos, em que todos se empenharam por existir a consciência de que a mesma era património comum.

⁽⁶⁷⁾ Referimo-nos a iniciativas quase todas ligadas à Igreja Paroquial, através dos seus organismos de Acção Católica, como são as representações teatrais da Juventude local de há quarenta anos a esta parte, bem como as acções culturais a que serve de infra-estrutura a Casa do Povo ozoranense. Poderemos ainda citar o Jornal Paroquial «Lírio do Neiva», publicado desde 1958, enviado a todos os emigrantes e onde tem sido publicados artigos variados, em prosa e em poesia, de representantes de todas as camadas sociais de Durrães.

⁽⁶⁸⁾ Horácio Pinheiro, Sonetos, Barcelos, 1971, p. 11.

CONCLUSÃO

Poderíamos tentar esgotar os dados sobre esta freguesia do Vale do Neiva (69). A nível de etnografia propriamente dita, haveria muito que referir, principalmente no que respeita às técnicas. Estas poderão constituir estudos parcelares posteriores, com vista, essencialmente, a transmitir para as gerações vindouras o conhecimento do «modus vivendi» ozoranense antes da mecanização, como são as técnicas de fiação e tecelagem, o aproveitamento hidráulico do Rio Neiva para serração, moagem e lagares, os instrumentos e alfaias agrícolas, etc., etc. Não consideramos, porém, oportuna a sua inserção nesta monografia, porque somos de opinião ser necessário um estudo etnográfico mais prolongado no espaço, ou seja, um estudo feito a nível regional, muito mais significativo.

Do mesmo modo, seria de considerar um estudo dos comportamentos, a nível da psicologia social. Mas, se fôssemos a explorar este filão, certamente teríamos de escrever muito mais do que escrevemos. Foi nossa intenção ficar pelo estudo do sistema económico-social existente e, conscientes de que não há monografias totais, embora não pondo de parte o problema da totalidade, procurámos enquadrar Durrães no espaço e no tempo e, a partir daí, perceber um pouco a sua organização económico-social. Ela se nos manifestou como o produto de uma evolução temporal fechada num sistema feudal cuja extinção levou, com a maior afirmação da propriedade individual, a um agravamento das condições que levam à emigração, agravamento esse que se vem manifestando progressivamente até ao presente.

O sistema social ozoranense encontra-se em transformação e o seu futuro vai depender, hoje e amanhã cada vez mais, da determinante económica que lhe for imposta ou condicionada pelo exterior.

Como dissemos no início deste estudo, não queremos que esta abordagem do sistema ozoranense seja uma última palavra, mas antes um ponto de partida para reflexão sobre a realidade local. Para tal, já nos limitámos apenas àquilo que considerámos essencial. A nossa análise não é perfeita, mas procurou ser objectiva. Estudos posteriores, nossos ou de outros, nos dirão se estamos ou não no bom caminho.

⁽⁶⁹⁾ Reservamos para os Apêndices a este trabalho certas informações de que dispomos e que fomos coligindo ao longo dos tempos, cuja inserção no texto evitamos por uma questão de clareza e método.

APÊNDICES

APÊNDICE I

RELACIONAÇÃO EVOLUTIVA DO PARENTESCO EM DURRÃES

O que se segue será o desenvolvimento de uma família, desde o ano de 1645 até cerca de 1950. Todos os actuais ozoranenses descendem da primeira família abaixo indicada, mesmo aqueles que, porventura, não constem da genealogia que desenvolveremos, dado que se efectuaram outras alianças matrimoniais com elementos descendentes da primeira célula familiar considerada, alianças essas que se omitem para não complicar demasiado a árvore genealógica e os seus ramos.

Este trabalho é obra do nosso tio Joaquim Neiva de Oliveira Maciel, verdadeira autoridade local neste assunto, bem como noutros aspectos da historiografia e etnografia ozoranenses. Agradecemos-lhe a autorização que nos deu para fazer a transcrição deste estudo, que num ou noutro aspecto procuramos uniformizar para melhor compreensão numa obra como a que vimos apresentando. Cremos ser útil referir que este trabalho foi feito sobre as relações dos livros de assentos baptismais existentes desde o Séc. XVI e hoje arquivados em Braga, Barcelos e no Cartório Paroquial de Durrães, cuja transcrição foi efectuada igualmente por Joaquim Neiva de Oliveira Maciel, com a colaboração de Justino Oliveira da Costa Maciel. É um trabalho que demorou muito tempo, exigiu muita paciência e talvez seja único no nosso País. Daí o seu valor para futuros estudos a vários níveis.

É atribuído um número a cada indivíduo pertencente à cadeia genealógica, a fim de permitir a sua mais fácil localização e relacionação no conjunto.

FRANCISCO VELOSO, casado com MARIA PEIXOTA, viveram em Durrães e tiveram os seguintes filhos:

	Ano de Nasc.	Informações sobre cada indivíduo, quando as há:
1. Manuel	1645	_
2. Antónia	1646	_
3. João	1648	_
4. Maria	1650	*3888
5. Catarina	1651	
6. Natália Peixoto	1655	Casou c/ Gregório Rodrigues.
7. Mariana	1657	a presentation with
8. António Peixoto	1662	C/ com Ana Pires.

NATÁLIA PEIXOTO, n.º 6, casou com GREGÓRIO RODRIGUES, nascido em 1655. Tiveram os seguintes filhos:

9. Antónia	1684 Solteira	
10. Maria	1686 —	
11. Catarina	1687 —	
12. Francisco	1689 —	
13. Paula	1691 Solteira	
14. Manuel	1693 Casou nas Beiras.	
15. Teresa R. Peixota	1695 C/c Manuel Marques de Maga- lhães.	

ANTÓNIO PEIXOTO, n.º 8, casou com ANA PIRES, filha de Manuel Pires e de Catarina Rodrigues. Moraram no Lugar dos Cincos e tiveram os seguintes filhos.

16. António Peixoto	1700	C/c Maria Soares.
17. Maria Peixota	1701	C/c Domingos Fernandes.
18. Ana Peixota		C/c António João.
19. Boaventura		Faleceu em vida do Pai.
20. Lourenço		Faleceu em vida do Pai.
21. Manuel		Faleceu em vida do Pai.
22. Diogo	1708	-
23. Lourenço	1711	
24. Manuel	1714	-

TERESA RODRIGUES PEIXOTA, n.º 15, casou com MANUEL MARQUES DE MAGALHÃES; natural de Santa Cruz de Riba Tâmega (Guimarães). Tiveram:

1723	C/ 1.ª vez c/ Benta Correia.
	C/2.ª vez c/ Inácia Maria.
1724	-
1726	C/c Isabel Soares.
1728	C/c Maria Josefa.
1730	C/c Rosa Barbosa.
1732	C/c Maria da Cunha.
	1724 1726 1728 1730

ANTÓNIO PEIXOTO, n.º 16, casou com MARIA SOARES, filha de Boaventura Soares e de Joana Martins. Moraram no Lugar dos Castelos e tiveram:

31. Lourenço	1734	-
32. Feliciano	1736	-
33. Esperança Luísa	1737	-
34. Águeda	1740	_

35. António Peixoto	1742	C/c Francisca Teresa Martins.
36. Custódia	1745	- Care J. 185
37. Maria Teresa	1749	
38. Catarina Peixoto	1751	C/c António Luís de Miranda.
MARIA PEIXOTA, n.º 17, ne	o estado	de solteira, teve:
39. Boaventura	1729	_
		om DOMINGOS FERNANDES,
natural de S. Paio da Ponte do tiveram:	Porto.	Moraram no Lugar do Campo e
40. Persina	?	
41. Lourenço	1737	-
42. Domingos Fernandes	1740	C/c Francisca Carvalha.
		ANTÓNIO JOÃO, filho de Domin- rno de Belchior João e de Domin-
gas Gonçalves. Moraram no Lug		
43. Ana Maria	1728	manufacture and all all the second
44. Maria Peixota	1729	C/c Manuel Afonso Maciel.
45. Lourenço Peixoto	1731	C/c Maria Luísa, viúva de Antó- nio Bento.
46. Rosa	1732	mo Bento.
47. Bento	1734	
48. Teresa	1736	<u> </u>
49. João	1737	_
50. Custódia	1739	_
51. José Bernardo	1741	-
52. Andreza ou Andreia	1743	-
53. Manuel Peixoto da Fonseca		C/c Maria Inês.
MANUEL MARQUES DE M	// AGAL	HÃES, n.º 25, casou com BENTA
		e de Antónia Martins. Moraram
The state of the s	1710	G/ P :
54. Ana Maria Marques		C/c Domingos Francisco.
55. Manuel	1751	_
56. Maria	1753	
•	uís de I	HÃES, n.º 25, casou em 2.ªs núpcias Faria e de Maria Correia, solteira.
57. Teresa Maria Marques	1757	C/c José Rodrigues.
58. Agostinho M. de Magalhães		S
59. Maria Marques	1762	

60. António	1765	_
61. António	1767	_
62. Tomaz	1770	-

ANTONIO MARQUES, n.º 27, casou com ISABEL SOARES, filha de Boaventura Soares e de Joana Martins. Tiveram:

63. Maria Teresa	1751	**************************************
64. Agostinho Marques	1753	C/c Maria Peixota, n.º 89.

AGOSTINHO MARQUES, n.º 28, casou com MARIA JOSEFA, filha de Manuel Dias, de S. Romão do Neiva, e de Paula Correia, de Durrães. Tiveram:

65. Manuel	1758	-
66. Manuel Marques Dias	1760 C/c Teresa	de Jesus.
67. António	1764	-

JOÃO MARQUES, n.º 29, casou com ROSA BARBOSA, filha de António Barbosa, de Durrães, e de Maria Gomes, de Rial, Carvoeiro. Tiveram:

68. Custódio	1755	_
69. Custódio	1756	
70. Maria	1760	.]
71. Precina ou Percina	1763	_
72. Manuel Gomes Marques	1772	C/c Maria Luísa Meira.

CUSTÓDIO MARQUES, n.º 30, casou com MARIA DA CUNHA, filha de Cristóvão da Cunha e de Domingas Rodrigues (70). Tiveram:

73. Custódio Maria da Cunha 1757 C/c Manuel Correia.

ANTONIO PEIXOTO, n.º 35, casou com FRANCISCA TERESA MARTINS, filha de Manuel Martins, de Rial, Carvoeiro, e de Rosa Maria Barbosa de Durrães. Tiveram:

74. Custódia	1759	_
75. Manuel	1770	_
76. Diogo	1772	_
77. João	1776	_
78. Francisco Peixoto	1778	C/c Maria Rodrigues da Cruz.

⁽⁷⁰⁾ Descendente dos Cunhas da Quinta de Malta.

CATARINA PEIXOTO, n.º 38, casou com ANTÓNIO LUÍS DE MIRANDA, filho de Domingos Miranda, de Balugães, e de Joana Pereira, de Cossourado. Tiveram:

	79. Manuel José de Miranda	1777	Morreu solteiro. Trabalhou em
	80 João Bantista de Miranda	1780	Viana. C/ 1.ª vez c/ Maria J. Marques,
	So. Joan Daptista de Miranda	1,00	n.º 102.
			C/ 2.ª vez c/ Maria Martins,
19.	81. Maria Peixota	1783	n.º 162. C/c António Rodrigues.

1787 C/c Silvestre Gonçalves.

DOMINGOS FERNANDES, n.º 42, casou com FRANCISCA CAR-VALHA, filha de João da Cunha, de Carrêço, e de Catarina Carvalha, solteira, de Capareiros. Moraram no Lugar dos Castelos e tiveram:

82. Antónia Luísa Peixota

83. Rosa Fernandes	? C/c Domingos Alv. do Campo.
84. Diogo Fernandes	1766 C/c Luísa Maria Rosa.
85. João Fernandes	1770 C/c Maria Luísa.
86. Maria	1772
87. Ana Maria	1775 —
88. Francisco Maria	1777 —

MARIA PEIXOTA, n.º 44, casou com MANUEL AFONSO MACIEL, filho de André Afonso, de S. Romão da Gandra, e de Isabel Maciel, de Durrães. Tiveram:

89. Maria Peixota	1754	C/c Agostinho Marques, n.º 64.
90. António	1756	
91. Ana Peixota Maciel	1758	C/c Manuel M. de Carvalho.
92. Joana	1761	-
93. Manuel	1764	-
94. Lourenço	1768	
95. Rosa	1772	

LOURENÇO PEIXOTO, n.º 45, C/c MARIA LUÍSA, viúva de António Bento. Tiveram:

96.	António	(011	Antónia,)	1781	
00.	Tillouillo	(Ou	Till Colling,	1.01	

MANUEL PEIXOTO DA FONSECA, n.º 53, casou com MARIA INÊS, filha de José de Araújo, de Santa Lucrécia de Aguiar, e de Maria Rosa, de Santa Comba de Ponte de Lima. Tiveram:

97. Manuel 1783 —

PERCINA, ou PRECINA, n.º 40, no estado de solteira, teve: 98. Maria 1763 99. Rosa 1766 100. Francisca 1767 ANA MARIA MARQUES, n.º 54, casou com DOMINGOS FRAN-CISCO, filho de Miguel Francisco e de Maria Gonçalves, de S. Salvador de Ginzo. Tiveram: 101. Manuel Marques 1774 C/c Teresa Maria Meira. 102. Maria Josefa Marques 1776 C/c João B. de Miranda, n.º 80. 103. Teresa 1779 1782 104. Agostinho 105. José 1784 106. José Marques 1786 C/c Maria Luísa. 107. Rosa 1790 TERESA MARIA MARQUES, n.º 57, casou com JOSÉ RODRIGUES, filho de André Rodrigues e de Ana Afonso, de S. Romão do Neiva. Moraram no Lugar do Souto e tiveram: 108. M.ª Teresa M. Rodrigues 1786 C/c António José de Castro. 109. Antónia Rodrigues 1789 C/c António dos Santos. AGOSTINHO MARQUES DE MAGALHAES, n.º 58, casou com MARIA ANTÓNIA DA GRAÇA, filha de Torcato António da Graça e de Maria Rodrigues da Costa. Moraram no Lugar de Novais e tiveram: 110. Maria Josefa Marques 1788 C/c José Bento, de Carvoeiro. 111. Teresa 1789 112. José Manuel Marques 1791 C/c Maria Josefa, de Carvoeiro. 113. Rosa 1793 114. Manuel Marques 1795 C/c Maria Luísa Fer. des, n.º 153. 115. António 1798 MARIA MARQUES, n.º 59, casou com MANUEL DE MIRANDA, filho de José de Miranda e de Catarina de Miranda, de Carvoeiro. Tiveram: 116. Teresa Maria 1792 117. Luzia de Miranda 1794 C/c António de Castro, n.º 177. AGOSTINHO MARQUES, n.º 64, casou com MARIA PEIXOTA,

n.º 89. Tiveram:

MANUEL MARQUES DIAS, n.º 66, casou com TERESA DE JESUS, filha de Manuel Martins Leite e de Maria Soares, de Tregosa. Tiveram:

123. Manuel	1792	_
124. José	1796	_
125. Maria Antónia	1798	
126. Maria	1802	

MANUEL GOMES MARQES, n.º 72, casou com MARIA LUÍSA MEIRA, filha de Francisco Meira e de Francisca Maciel, de Vila de Punhe. Moraram no Lugar do Espinheiro ou Castelos. Tiveram:

127. Francisco	1815	
128. Maria Luísa Marques	1820	C/c Bernardo Gonçalves Cara-
		pito.

CUSTÓDIA MARIA DA CUNHA, n.º 73, casou com MANUEL COR-REIA, filho de Martinho de Sousa e de Catarina Correia. Tiveram:

129. Maria Josefa Correia	1783	C/c António José da Costa.
130. Rosa Maria	1786	_
131. Joana da Cunha	1789	C/c João Bapt. Marques, n.º 122.

FRANCISCO PEIXOTO, n.º 78, casou com MARIA RODRIGUES DA CRUZ, filha de João da Costa e de Maria Rodrigues da Cruz, de Aldreu. Moraram no Lugar das Lages. Tiveram:

132. Diogo Peixoto	?	C/c Joana do Rego, de Arcozelo.
133. Manuel Peixoto	?	C/c Isidora Martins.
134. António Peixoto	?	C/c Maria Marq. Meira, n.º 170.
135. José Peixoto da Fonseca	?	C/c Maria Josefa Figueiras.
136. Benta Peixota	?	C/c António José L. Figueiras.
137. Custódia Peixota	1822	Solteira c/ filhos. Tecedeira.
138. Joaquim Peixoto	1824	C/c Isabel Maria Alves.
139. Rosa	1826	_

JOÃO BAPTISTA DE MIRANDA, n.º 80, casou com MARIA JOSEFA MARQUES, n.º 102. Moraram no Lugar do Souto. Tiveram:

140. Teresa B. de Miranda	1810	C/c Manuel d	la Cos	ta N	leiva.
141. Maria B. de Miranda	1816	C/c António	José	de	Castro,
		n.º 177.			

JOÃO BAPTISTA DE MIRANDA, n.º 80, casou em 2.ªs núpcias com MARIA MARTINS, n.º 162. Moraram no Lugar dos Cincos e tiveram:

142. António B. de Miranda 1826 C/c Maria Martins da Costa.

MARIA PEIXOTA, n.º 81, casou com ANTÓNIO RODRIGUES, filho de João Rodrigues e de Custódia Maria, de Vila de Punhe. Tiveram, no Lugar dos Castelos:

143.	Antónia Peixota	1821	C/c Francisco da C. Pinheiro.
144.	Ana Rodrigues		C/c Manuel Fernandes, n.º 278.

ANTÓNIA LUÍSA PEIXOTA, n.º 82, casou com SILVESTRE GON-ÇALVES, filho de Rafael Gonçalves e de Custódia Alves. Tiveram, no Lugar do Fojo:

145.	Manuel	1826	_
146.	Manuel G. de Miranda	1831	C/c Antónia Maria de Amorim.

ROSA FERNANDES, n.º 83, casou com DOMINGOS ÁLVARES DO CAMPO, filho de Domingos Álvares do Campo e de Custódia Francisca. Tiveram:

147. Manuel	1797	
148. Maria Luísa Campos	1799	Solteira c/filhos.
149. António Alves Campos	1803	C/c Maria Gonçalves.

DIOGO FERNANDES, n.º 84, casou com MARIA ou LUÍSA MARIA ROSA, filha de André Gonçalves da Silva, de Cossourado, e de Rosa Maria. Moraram no Lugar do Campo e tiveram:

150. Manuel	1795	
151. João F. do Campo	1800	C/c Rosa da Silva Andrade.
152. Domingos Fernandes	1803	C/ 1.ª vez c/ Francisca Teresa.
		C/ 2.ª vez c/ Teresa Peixota da
		Silva.
153. M.ª Luísa Fernandes	1805	C/c Manuel Marques, n.º 114.
154. António F. do Campo	1808	C/c Rosa Alves.
155. Ana Fernandes	1813	C/c Manuel Figueiras.
		The state of the s

JOÃO FERNANDES, n.º 85, casou com MARIA LUÍSA, filha de António Bento e de Maria Luísa. Moraram no Lugar do Rio e tiveram:

156. Manuel Marcos	1798	_
157. Manuel	1799	-
158. Diogo	1802	The state of the state of
159. António Fernandes do Rio	1804	C/c Ana Soares.
160. M.ª Luísa do Rio	1807	C/c Casimiro de Azevedo.
161. Ana	1809	- Inter 8 2 2 2 1

ANA PEIXOTA MACIEL, n.º 91, casou com MANUEL MARTINS DE CARVALHO, filho de Manuel Martins e de Rosa Barbosa, de Rial, Carvoeiro. Moraram no Lugar dos Cincos e tiveram:

162. Maria Martins	1781	C/c João Baptista de Miranda, n.º 80.
163. Joana Martins	1783	C/c António Maciel.
164. Antónia	1785	_
165. Manuel	1787	_
166. Rosa	1789	
167. António M. de Carvalho	1792	C/c Ana Luísa Leite.
168. Ana da Conceição Martins	1795	C/c João Soares Cardoso.
169. Rita	1798	

MANUEL MARQUES, n.º 101, casou com TERESA MARIA MEIRA. Moraram no Lugar do Souto e tiveram:

170. Maria Marques Meira	1819 C/c António Peixoto, n.º 134.
171. Ana Marques	1821 C/c António Gomes.
172. José Marques	1826 C/c Ana Ferreira.
173. António	1829 —

JOSÉ MARQUES, n.º 106, casou com MARIA LUISA MEIRA, filha de José António e de Rosa Maria. Tiveram no Lugar do Souto:

174. João Baptista	1819 —	
175. Teresa Maria M. Meira	1821 C/c Manuel Francisco dos Re	is.

MARIA TERESA MARQUES RODRIGES, n.º 108, casou com ANTÓ-NIO JOSÉ DE CASTRO, filho de António Manuel e de Ana Maria, de Cossourado. Tiveram no Lugar do Souto:

176. José António	1807	-
177. António José de Castro	1809	C/ 1.ª vez c/ Luzia de Miranda, n.º 117.
		C/ 2.ª vez c/ M.ª Bapt. Miranda, n.º 141.
178. Tomaz	1811	Faleceu solteiro.
179. Maria Rodrigues	1814	C/c Bernardo da Costa Neiva.

ANTONIA RODRIGUES, n.º 109, casou com ANTÓNIO DOS SANTOS, filho de Manuel Dias dos Santos e de Josefa Maria, de Guimarães. Tiveram:

180. M.ª Rodrigues dos Santos	1827	C/c António	Soares	Cardoso,
		n.º 298.		
181. António José dos Santos	1830	C/c Maria Li	ma.	

MARIA JOSEFA MARQUES, n.º 110, casou com JOSÉ BENTO, de Carvoeiro, e tiveram:

182. José 1823

JOSÉ MANUEL MARQUES, n.º 112, casou com MARIA JOSEFA, filha de José de Araújo Martins e de Francisca Gomes, de Carvoeiro. Tiveram, no Lugar de Novais:

183. Francisca	1839	the least the same of the same
184. M.ª Marques de Novais	1842	C/c José Neiva, n.º 238.
185. José Marques de Novais	1844	C/c Maria Figueiras.
186. Manuel M. de Novais	1847	Faleceu no Brasil.
187. Isabel M. de Novais	1850	C/c José Ferreira da Silva.
188. Joaquim M. de Novais	1854	Faleceu solteiro.

MANUEL MARQUES, n.º 114, casou com MARIA LUISA FERNAN-DES, n.º 153. Tiveram, no Lugar de Novais:

189. Rosa	1843 C/c José Gonçalves, s/filhos	3.
190. Ana	1844 C/ em Barcelos.	
191. Maria	1846 C/ em Vitorino de Piães.	
192. Luísa	1847 Faleceu solteira.	

LUZIA ou LUIZA DE MIRANDA, n.º 117, casou com ANTÓNIO DE CASTRO, n.º 177. Tiveram no Lugar do Souto:

193.	Teresa de Miranda	1835	C/c.	António	F.	do	Rio,	n.º	281,
			s/	filhos.					

JOÃO BAPTISTA MARQUES, n.º 122, casou com JOANA DA CUNHA, n.º 122, casou com JOANA DA CUNHA, n.º 131, e tiveram:

194. José Marques Maciel	1826	C/c Maria Joaq. Leite, n.º 29	95.
195. Manuel Marques Maciel	1829	Arcipreste, resid. em Aguiar.	

MARIA LUÍSA MARQUES, n.º 128, casou com BERNARDO GON-ÇALVES CARAPITO, filho de Domingos Gonçalves Carapito e de Maria da Costa, de Mujães. Tiveram, no Lugar do Espinheiro ou Castelos:

196. Joana Luísa Carapita 1857 C/c José Pires Carneiro.

MARIA JOSEFA CORREIA, n.º 129, casou com ANTÓNIO JOSÉ DA COSTA, filho de Francisco da Costa e de Grácia Gonçalves, de S. Salvador do Campo. Tiveram no Lugar dos Cincos:

197. Domingos	1807	-
198. Maria Josefa Correia	1808	C/c Manuel Joaquim Maciel.

199. Rosa Correia	1811	C/c António Gonçalves, de Cossourado.
200. Lourenço da Costa Correia	1815	C/c Maria Eusébia.
201. Joana	1817	- Agnol Jones -
202. Joana Correia	1819	C/c Manuel Gonçalves Machado.
203. Silvestre	1825	225 Rosa Lug- " -

MANUEL PEIXOTO, n.º 133, casou com ISIDORA MARTINS, filha de António José Martins e de Maria Teresa, de S. João de Vila-Boa, Tamel. Tiveram, no Lugar da Lage:

204. Maria	1845	-
205. Joaquina	1847	C/c António Leite, n.º 468, sem filhos.
206. António	1851	_
207. Urbana	1851	Faleceu solteira.
208. João Peixoto da Fonseca	1854	

ANTONIO PEIXOTO, n.º 134, casou com MARIA MARQUES MEIRA, n.º 170. Tiveram:

209. Ana	1842	_
210. Clementina	1848	424004
211. Custódia	1853	_

JOSÉ PEIXOTO DA FONSECA, n.º 135, casou com MARIA JOSEFA ou MARIA TERESA FIGUEIRAS, filha de Manuel de Sousa Lobo e Ana Figueiras. Tiveram, no Lugar do Souto:

212. Custódia Maria Peixota 213. António Peixoto		C/c José Gomes da Costa. C/c Maria da Costa Pinheiro, s/ filhos.
214. Ana Peixota		C/c Domingos Fer. des n.º 268.
215. José Peixoto Figueiras	1842	C/c Maria M. dos Reis, n.º 306.

BENTA PEIXOTA, n.º 136, casou com ANTÓNIO JOSÉ LOPES FIGUEIRAS, filho de António José Figueiras e de Maria Lopes ou Maria Josefa Lopes (71). Tiveram, no Lugar de Carvalhinhos:

216. M.ª Peixota L. Figueiras 217. Manuel		C/c António Gonç. Machado. Faleceu solteiro. Conhecido por Brasileiro da Benta.
218. José	1843	-
219. Lourenço	1845	Faleceu no Brasil.
AMERICAN SCHOOL STATE OF THE ST		

⁽⁷¹⁾ Esta descendente dos Morgados de Malta.

220. António	1847	Faleceu no Brasil.
221. Joaquim	1850	Faleceu no Brasil.
222. Ana		Faleceu solteira.
223. Joana	1855	- prast
224. José	1858	Faleceu solteira.
225. Rosa Lopes Figueiras	1861	Faleceu solteira em 1933.

CUSTÓDIA PEIXOTA, n.º 137, no estado de solteira, teve:

226. Rosa Peixota	1844 C/c Manuel Vent. da Conceição.
227. Joaquim Peixoto	1846 C/c Maria Barreto de Almeida.
228. António Peixoto	1847 Foi p/S. João de Vila Boa.
229. Maria	1 850
230. Teresa Peixota	1853 C/c Francisco Xavier Ferreira.

JOAQUIM PEIXOTO, n.º 138, casou com ISABEL MARIA ALVES, filha de Domingos Alves da Cunha e de Teresa Alves, de Capareiros (Neves). Tiveram:

231. Rosa	1850	_
232. Maria Alves Peixoto	1852	Solteira c/ filhos.
233. Francisco P. da Fonseca	1855	C/ 1.ª vez c/ Casimira Gomes, n.º 299.
		C/ 2.ª vez c/ Antónia Ferreira.

TERESA BAPTISTA DE MIRANDA, n.º 140, casou com MANUEL DA COSTA NEIVA, filho de António da Costa e de Maria Neiva. Tiveram, no Lugar da Cruz:

234. Maria	1835	the state of the s
235. Teresa Baptista	1838	C/c António da Costa Maciel.
236. Ana	1841	Faleceu solteira.
237. António	1844	Casou em Capareiros.
238. José Neiva	1847	C/c Maria Marques de Novais, n.º 184.
239. João da Costa Neiva	1850	C/c Maria Rod. Lima, n.º 316.
240. Maria Baptista	1855	C/c Manuel José da Cruz.

MARIA BAPTISTA DE MIRANDA, n.º 141, casou com ANTÓNIO JOSÉ DE CASTRO, n.º 177. Tiveram:

241. António Luís de Castro	1846 C/c M.ª Rodrigues dos Santos,
	n.º 312.
242. Ana	1848 Faleceu solteira em 1900.
243. Manuel Luís de Castro	1849 «Brasileiro» Castro. Faleceu solteiro.

244. José de Castro	1851	Faleceu solteiro.
245. Maria	1854	Faleceu solteira em 1909.
246. Joaquim José de Castro	1857	C/c Maria Fernandes Peixota,
		n.º 254.
247. Luís	1860	Fal. solteiro no Porto, em 1933.

ANTONIO BAPTISTA DE MIRANDA, n.º 142, casou com MARIA MARTINS DA COSTA, filha de Agostinho Martins Figueiras, de Durrães, e de Joana da Costa, de Carvoeiro. Tiveram no Lugar dos Cincos:

248. Joaquim Bapt. de Miranda	1859	Faleceu solteiro.
249. Maria Bapt. de Miranda	1862	C/c Manuel M. Maciel, n.º 333.
250. Teresa Bapt. de Miranda	1863	C/c Manuel Fer. des de Castro (72).
251. Ana Bapt. de Miranda	1866	C/c Joaquim da Costa Maciel, n.º 410.
252. Antónia B. (73) de Miranda	1869	C/c José Monteiro da Costa (74).

ANTÔNIA PEIXOTA, n.º 143, casou com FRANCISCO DA COSTA PINHEIRO, filho de Manuel da Costa Pinheiro e de Rosa Gonçalves. Tiveram:

253. Manuel

1861 Faleceu no Brasil.

ANA RODRIGUES, n.º 144, casou com MANUEL FERNANDES, n.º 278. Tiveram, no Lugar do Rio:

254. Maria Fernandes Peixota 1861 C/c Joaquim José de Castro, n.º 246.

MANUEL GONÇALVES DE MIRANDA, n.º 146, casou com ANTÓNIA MARIA DE AMORIM, filha de Manuel José de Amorim Carvalho e de Maria Luísa da Silva, de Aguiar. Tiveram, no Lugar do Fojo:

255. Maria Gonç. de Amorim 1862 C/c Domingos Franc. da Silva, viúvo.

MARIA LUÍSA CAMPOS, n.º 148, teve, em solteira:

256. Joaquim	1824	_
257. Maria	1828	
258. António	1834	-
259. Manuel	1838	-
260. Ana	1842	-

⁽⁷²⁾ Do Lugar da Feira, Capareiros. Os descendentes moram em Barroselas e Brasil.

⁽⁷³⁾ Usou também o nome de Antónia Martins da Costa.

⁽⁷⁴⁾ Descendente dos Morgados de Malta.

ANTÓNIO ALVES CAMPOS, n.º 149, casou com MARIA GON-ÇALVES, filha de António Gonçalves Brandão e de Joana Maria, de Cossourado. Tiveram:

261. António	nio 1831	
262. Francisco	1833	_
263. Maria	1837	
264. Manuel	1839	-

JOÃO FERNANDES DO CAMPO, n.º 151, casou com ROSA DA SILVA ANDRADE, filha de António José da Silva e de Maria Josefa, de Carapegos. Tiveram no Lugar do Campo:

265. António Fernandes Dias 1867 C/c Rosa Martins da Silva.

DOMINGOS FERNANDES, n.º 152, casou com FRANCISCA TE-RESA, filha de João José de Vilas-Boas e de Francisca Teresa, de Tamel. Tiveram:

266. Maria

1824 Casou em Mujães.

DOMINGOS FERNANDES, n.º 152, casou em 2.ªs núpcias com TE-RESA PEIXOTO DA SILVA, filha de José da Silva e de Maria Rosa, de Carvoeiro. Tiveram:

267. Ana Maria	1834	Faleceu solteira.
268. Domingos Fernandes	1835	C/c Ana Peixota, n.º 214.
269. Maria Fernandes Peixota	1838	C/c José Afonso Leite.
270. Rosa Fernandes Peixota	1841	Solteira c/filhos.

ANTÓNIO FERNANDES DO CAMPO, n.º 154, casou com ROSA ALVES, filha de Rafael Gonçalves e de Custódia Alves. Tiveram no Lugar do Campo:

271. Manuel Fern. do Campo 1838 C/c Ana da Costa.

ANA FERNANDES, n.º 155, casou com MANUEL FIGUEIRAS, filho de António José Figueiras e de Maria Lopes. Moraram no Lugar do Rio. Tiveram:

1850 —	
1851 C/c Manuel Lopes Monteiro (7	5).
1854 C/c António Martins Sobreir	o.
1859 Faleceu menina.	
1859 Faleceu solteira.	
	1851 C/c Manuel Lopes Monteiro (** 1854 C/c António Martins Sobreir 1859 Faleceu menina.

⁽⁷⁵⁾ Descendente dos Morgados de Malta.

ANTÓNIO FERNANDES DO RIO, n.º 159, casou com ANA SOA-RES, filha de Manuel Soares e de Tomásia Maria, de Tregosa. Tiveram, no Lugar do Rio:

277. Bento	1824	_
278. Manuel Fernandes	1828	C/c Ana Rodrigues, n.º 144.
279. Tomaz	1831	Faleceu solteiro.
280. António	1835	
281. António Fernandes do Rio	1837	C/c Teresa de Miranda, n.º 193,
		s/ filhos.

MARIA LUÍSA DO RIO, n.º 160, casou com CASIMIRO DE AZE-VEDO, filho de pais incógnitos (76). Tiveram no Lugar do Rio:

282. Bento de Azevedo Gama	1830	C/c Emília de Jesus, a «Brasi- leira».
283. José Joaquim de Azevedo	1832	C/c Ana Lopes Monteiro.
284. Maria de Azevedo	1835	Faleceu solteira.
285. Margarida de Azevedo	1839	Casou em Mujães.
286. Benta de Azevedo	1841	C/c Manuel Lamosa.
287. Ana de Azevedo	1844	C/c Francisco Antunes.
288. Rosa de Azevedo	1850	C/c Manuel Gonçalves.

JOANA MARTINS, n.º 163, casou com ANTÓNIO MACIEL, filho de Manuel Maciel e de Rosa Barbosa. Tiveram, no Lugar do Rio:

289. Maria Martins Maciel	1815 C/c João da I	Rocha, em Tregosa.
290. Manuel	1817	_
291. Ana Rita	1819	_
292. Manuel Maciel	1821 C/c Teresa I	Machada, de Lijó.
293. Ana Martins Maciel	1823 C/c João da	Costa.
294. António Maciel	1825 Faleceu soltei	ro.

ANTÔNIO MARTINS DE CARVALHO, n.º 167, casou com ANA LUÍSA LEITE, filha do Cap. António Bernardino Leite (77) e de Maria Josefa de Abreu, sendo ele natural de Vila do Conde e ela de Palme. Tiveram, no Lugar da Corujeira:

295. Maria Joaquina Leite	1829	C/c José Marq. Maciel, n.º 194.
296. Antónia	1833	SHIP TO HELD I STORY
297. Bernardina	1834	

⁽⁷⁶⁾ Casimiro de Azevedo foi educado pelos Frades Bentos de Carvoeiro. Diz-se que apareceu um dia no terreiro do Convento e os Frades recolheram-no e deram-lhe trabalho.

⁽⁷⁷⁾ Que comprou a Quinta da Igreja.

ANA DA CONCEIÇÃO MARTINS, n.º 168, casou com JOÃO SOARES CARDOSO, filho de Manuel Soares Cardoso e de Engrácia Maria, de Tregosa. Tiveram:

298. António Soares Cardoso 1826 C/c Maria Rodrigues dos Santos, n.º 180.

ANA MARQUES, n.º 171, casou com ANTÓNIO GOMES, filho de José Gomes e de Maria Gomes, de Tregosa. Moraram no Lugar do Souto e tiveram:

299. Casimira Gomes

1858 C/c Francisco Peixoto da Fonseca, n.º 233.

300. Manuel

1862 Foi para o Brasil.

JOSÉ MARQUES, n.º 172, casou com ANA FERREIRA, filha de Rosa Ferreira da Silva, de Quintiães. Tiveram, no Lugar do Souto:

301. Luísa	1862	Faleceu no Porto.
302. Teresa	1864	Faleceu no Porto.
303. António	1865	Faleceu solteiro.
304. Francisco	1868	Faleceu solteiro.
305. Domingos Marque's	1872	C/c Maria Fernandes da Silva.
ooo. Domingos marques	1012	C/C maria remandes da sirva.

TERESA MARIA MARQUES MEIRA, n.º 175, casou com MANUEL FRANCISCO DOS REIS, filho de José Francisco dos Reis e de Teresa da Costa, de Alvarães. Moraram no Lugar do Souto e tiveram:

José P. Figueiras, n.º 215.
eceu solteiro.
eceu solteiro.
eceu solteiro.
eceu solteira.
(

MARIA RODRIGUES, n.º 179, casou com BERNARDO DA COSTA NEIVA, filho de ? ? e de Maria Rosa Neiva. Tiveram:

311. António de Castro Neiva 1861 Faleceu solteiro.

MARIA RODRIGUES DOS SANTOS, n.º 180, casou com ANTÓNIO SOARES CARDOSO, n.º 198. Tiveram no Lugar do Souto:

312. Maria Rod. dos Santos 1852 C/c António Luís de Castro, n.º 241.

313. Ana Joaq. R. dos Santos 1857 C/c Domingos José da Cunha.

ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS, n.º 181, casou com MARIA LIMA, filha de Joaquim José de Barros e de Rosa Lima. Tiveram:

314.	Rosa Maria	1856	Faleceu solteira.
315.	Teresa dos Santos	1858	Solteira c/ um filho.
316.	Maria Rodrigues Lima	1861	C/c João da C. Neiva, n.º 239.
317.	Francisco	1863	Faleceu solteiro no Brasil.
318.	António	1866	Faleceu solteiro no Brasil.
319.	Tomaz	1870	Faleceu solteiro no Brasil.
320.	Bernardina Santas	1872	Faleceu solteira.
321.	Manuel José dos Santos	1876	C/c Joaquina. S/ filhos.

MARIA MARQUES DE NOVAIS, n.º 184, casou com JOSÉ NEIVA, n.º 238. Moraram no Lugar de Novais e tiveram:

322. Manuel	1871	Faleceu solteiro.
323. Teresa	1874	Faleceu solteira.
324. João da Costa Neiva	1876	C/c Maria Madalena da Silva.
325. Isabel	1878	Solteira
326. António da Costa Neiva	1881	C/c Urbana Fernandes Peixota Leite, n.º 471. S/ filhos.
327. Isabel Maria Marq. Neiva		The state of the s
de Novais	1885	C/c António da Costa Pinheiro.

JOSÉ MARQUES DE NOVAIS, n.º 185, casou com MARIA FIGUEI-RAS, filha de Bernardo Sampaio, exposto, e de António Figueiras. Tiveram, no Lugar de Carvalhinhos:

328. Silvério Marques Novais 1890 C/c Casimira da Conc. Lopes.

ISABEL MARQUES DE NOVAIS, n.º 187, casou com JOSÉ FER-REIRA DA SILVA, filho de António Francisco da Silva e de Ana Maria Rosa, de Aguiar. Tiveram:

329. Florinda Marq. de Novais 330. Antónia Marq. de Novais		Casou em Quintães. C/c António Fer. des do Campo, n.º 474.
331. Domingos	1876	Faleceu menino.
332. Maria Joaquina	1878	Faleceu menina.

JOSÉ MARQUES MACIEL, n.º 194, casou com MARIA JOAQUINA LEITE, n.º 295. Tiveram:

333. Manuel Marques Maciel	1860	C/c Maria Baptista de Miranda,
		n.° 249.
334. João Marques Maciel	1862	Foi Pároco de Aguiar.

335. Ana	1862 Faleceu solteira.	
336. Marcelina	1865 Faleceu solteira.	
337. Teresa	1867 Faleceu menina.	
338. António Marques Maciel	1869 Foi Pároco de Durrães e Aguia	r.
339. Bernardino	1871 Faleceu solteiro, em África.	

JOANA LUÍSA CARAPITA, n.º 196, casou com JOSÉ PIRES CAR-NEIRO, filho de Bernardo Pires Carneiro e de Feliciana Martins Fontoa, de Marinhas, Esposende. Tiveram no Lugar dos Castelos:

340. Rosa	1880	Faleceu solteira.
341. Ana	1882	Faleceu solteira.
342. Maria	1884	Faleceu solteira.
343. Manuel Ant. Pires Carneiro	1888	C/c Urbana de P. Figueiras.

MARIA JOSEFA CORREIA, n.º 198, casou com MANUEL JOAQUIM MACIEL, filho de José Luís Maciel e de Teresa Macedo. Tiveram no Lugar dos Cincos:

344. Manuel	1828	-
345. Joaquina	1831	-
346. António	1834	-
347. Lourenço	1838	
348. Ana Correia	1842 C/c Manu	el Alves.

LOURENÇO DA COSTA CORREIA, n.º 200, casou com MARIA EUSÉBIA, filha de José Luís Pereira e de Maria Josefa Coutinho, de Balugães. Tiveram:

349. Teresa	1862	
350. Ana	1864	_
351. António	1867	

JOANA CORREIA, ou DA CUNHA, n.º 202, casou com MANUEL GONÇALVES MACHADO, filho de Francisco Gonçalves Machado e de Paula Figueiras. Tiveram:

352.	Rosa	1844	Casou em Aguiar.
353.	José Goncalves Machado	1848	C/c Antónia Figueiras.

JOÃO PEIXOTO DA FONSECA, n.º 208, casou com MARIA DA COSTA, de Capareiros. Tiveram:

354. Felicidade Peix. da Fonseca ?

CUSTODIA MARIA PEIXOTA, n.º 212, casou com JOSÉ GOMES DA COSTA, filho de Manuel Gomes e de Rosa da Costa, de Tregosa. Tiveram:

355. Manuel	1860	Foi	para	Tregosa
356. Ana	1861	>>	»	»
357. José	1863	>>	»	>>
358. Maria	1867	>>	»	»
359. António	1869	>>	>>	»

ANA FIGUEIRAS PEIXOTA, n.º 214, casou com DOMINGOS FERNANDES, n.º 268. Tiveram:

360. Angelina	?	Faleceu solteira em 1951.
361. José Fernandes Peixoto	1872	C/c Emília de Jesus Alves.
362. Maria Joaquina Figueiras	1878	Solteira c/ filhos.
363. Maria Josefa	1881	Foi para Setúbal.
364. António Fer. Figueiras		C/c Maria Martins da Cunha.

JOSÉ PEIXOTO FIGUEIRAS, n.º 215, casou com MARIA MEIRA DOS REIS, n.º 306. Tiveram:

365. Manuel	1876	Emigrou.
366. Maria J. Meira Peixoto	1877	Solteira c/filhos.
367. Ana Joaq. Meira Peixoto	1879	C/c Manuel de Miranda.
368. António Meira Peixoto	1881	Faleceu solteiro em Lisboa.
369. Maria Ang. Meira Peixoto	1885	C/c António Gonçalves Pires.
370. Joaquim	1887	Casou em Lisboa.
371. José	1889	Foi para o Brasil.

MARIA PEIXOTA LOPES FIGUEIRAS, n.º 216, casou com ANTÓ-NIO GONÇALVES MACHADO (conhecido por Tio António Sousa), filho de Agostinho Gonçalves Machado e de Maria de Sousa. Tiveram:

372. Leonarda Rosa	1874	Faleceu em menina.
373. Benta Lopes Figueiras	1875	C/c Vicente A. Leite, n.º 470.
374. Maria Lopes Figueiras	1877	Faleceu solteira.
375. José Gonçalves Machado	1879	Faleceu solteiro.
376. Maria Josefa	1881	Faleceu menina.
377. António	1883	_
378. Manuel Gonç. Machado	1885	C/ 1.ª vez c/ Ana da Cunha, de Carvoeiro. C/ 2.ª vez c/ Maria Martins Sobreiro, n.º 488.

ROSA PEIXOTA, n.º 226, casou com MANUEL VENTURA DA CON-CEIÇÃO, filho de António José da Conceição e de Narcisa Urbana, todos de Balugães. Tiveram:

379.	Maria	1871	Faleceu menina.
380.	Manuel Vent. da Conceição	1872	C/c. Maria de Jesus.
381.	Casimira Peixota	1874	C/c Joaquim Pereira.
382.	Custódia Peixota	1875	Faleceu solteira em 1948.
383.	Maria	1877	Faleceu solteira em V. Cova.
384.	Domingos	1878	Faleceu solteiro.
385.	Urbana da Conceição	1881	Solteira c/ filhos.
386.	Felizarda Rosa Peixota da		
	Conceição	1882	Solteira c/ filhos.
387.	Rosalina de Jesus	1887	Solteira

JOAQUIM PEIXOTO, n.º 227, casou com MARIA BARRETO DE ALMEIDA, filha de Maria Barreto de Almeida, de Capareiros. Tiveram:

388. Manuel Ventura Peixoto	1869	C/c Joaquina de Castro.
389. António	1871	Casou em S. João de V. Boa.
390. José	1875	Casou em Espanha.

TERESA ROSA PEIXOTA, n.º 230, casou com FRANCISCO XAVIER FERREIRA, filho de Francisco Ferreira e de Rosa Rodrigues, de Geraz do Lima. Tiveram:

391. Manuel	1880 Foi para Nogueira.	
392. Ana	1882 Foi para Nogueira.	
393. João	1883 Foi para Nogueira.	
394. Francisco	1885 Faleceu menino em 1886	j.
395. Joaquina	1887 Foi para Nogueira.	
396. Joaquim	1889 Foi para Nogueira.	
397. Urbana	1891 Foi para Nogueira.	
398. Francisco	1895 Foi para Nogueira.	

MARIA ALVES PEIXOTO, n.º 232, solteira, teve:

399. José Alves Peixoto 400. Rosa		Foi para o Brasil. C/c José Gonçalves, viúvo	de
401. Maria da Conceição Alves Peixoto	1898	n.º 189. Solteira c/ filhos.	

FRANCISCO PEIXOTO DA FONSECA, n.º 233, casou com CASIMIRA GOMES, n.º 299. Tiveram:

402. Domingos 1883 Faleceu menino.

FRANCISCO PEIXOTO DA FONSECA, n.º 233, casou em 2.ªs núpcias com ANTÓNIA FERREIRA, filha de João Dourado, exposto, e de Ana Ferreira, de Aguiar. Tiveram:

403. Domingos	1897	Foi para Aguiar.
404. Maria Ferreira Peixoto	1898	C/c Melquisedeque Sá Neiva, de
		Fragoso.
405. Joaquim	1900	Foi para Aguiar.
406. José	1904	Foi para Aguiar.

TERESA BAPTISTA, n.º 235, casou com ANTÓNIO DA COSTA MACIEL, filho de António da Costa Maciel e de Maria Gonçalves Guerra. Tiveram:

407. José da Costa Maciel	1865	C/c Antónia da Costa Figueiras.
408. António da Costa Maciel	1868	C/c Maria Amélia da Cruz.
409. Joaquim	1871	Faleceu no mesmo ano.
410. Joaquim da Costa Maciel	1874	C/c Ana Baptista de Miranda, n.º 251.
411. Maria da Costa Maciel	1878	C/c António da Rocha Costa.

JOÃO DA COSTA NEIVA, n.º 239, casou com MARIA RODRIGUES LIMA, n.º 316. Tiveram:

412. João dos Santos Neiva	1888	Faleceu solteiro.
413. Rosa dos Santos Neiva	1893	C/c Boaventura de Oliv. Costa.

MARIA BAPTISTA, n.º 240, casou com MANUEL JOSÉ DA CRUZ, exposto. Tiveram:

414. Ana Felicidade Baptista	1888	C/c António da Cunha Bandeira
415. Josefa	1891	Faleceu solteira.

ANTÓNIO LUÍS DE CASTRO, n.º 241, casou com MARIA RODRI-GUES DOS SANTOS, n.º 312. Tiveram:

416. Manuel Luís de Castro	1880	Faleceu solteiro.
414. Ana	1882	Faleceu solteira, em 1956.
418. António José de Castro	1884	C/c Rosa Felicidade dos Santos, n.º 528.
419. Maria dos Anjos de Castro	1886	C/c Paulo da Costa Pinheiro.
420. Luís Maria	1888	Faleceu solteiro.
421. José de Castro	1890	Faleceu solteiro.
422. Augusto de Castro	1892	Casou no Porto, c/ Ermelinda Rosa M. de Castro, s/ filhos.

424. Maria da Conceição Rouri-		
gues de Castro	1897	C/c Joaquim Alves Barbosa Maciel, de Quintães.
JOAQUIM JOSÉ DE CAST	RO, n.	246, casou com MARIA FER-
NANDES PEIXOTA, n.º 254. Tiv	veram:	
425. Teresa Fernandes Peixota	1886	C/c Manuel José de Faria.
426. Maria dos Anjos Fernan-		
des Peixota	1888	C/c Manuel de Barros Lima, em Capareiros (Boticas).
427. Ana de Jesus Fernandes		
Peixota	1890	C/c João José de Faria.
428. Manuel José de Castro	1892	C/c Ana da Costa Cruz, n.º 627.
429. Antónia de Castro Peixoto	1895	C/c Lourenço da Costa Maciel, n.º 625.
430. António Fern. de Castro	1898	C/c Antónia da Costa Maciel, n.º 634.
431. Rosa Fernandes de Castro	1901	C/c António da Costa Maciel, n.º 443.
MARIA BAPTISTA DE MI	RAND	A, n.º 249, casou com MANUEL
MARQUES MACIEL, n.º 333. Ti		T .
432. Júlia de Jesus Marq. Maciel	1889	C/c Domingos Fer. des Grilo, de Balugães.
433. Marcelina Luísa M. Maciel	1890	C/c Mateus António da Rosa, de Aguiar.
434. Antónia da Conceição Mar-		
ques Maciel	1892	C/c Francisco da Costa Maciel, n.º 623.
435. Ana Cândida M. Maciel	1893	Faleceu menina.
436. João Marques Maciel	1895	C/c Maria Lopes de Faria.
437. António Marques Maciel	1896	C/c Teresa da Costa Maciel, n.º 621.
438. Manuel Marques Maciel	1898	Faleceu solteiro.
439. Marcolino Marques Maciel	1900	Foi para África (Angola).
440. Maria Amélia M. Maciel	1901	Faleceu em 1903.
441. Cândida Marques Maciel	1903	Faleceu em 1904.
442. Domingos Marques Maciel	1904	C/c Maria Clara Baptista de Abreu, n.º 864.

1894 Faleceu solteiro.

423. Torcato

424. Maria da Conceição Rodri-

ANA BAPTISTA DE MIRANDA, n.º 251, casou com JOAQUIM DA COSTA MACIEL, n.º 410. Tiveram:

443. António da Costa Maciel	1904 C/c Rosa Fernandes de n.º 431.	Castro,
444. Júlia Baptista	1906 C/c António Gong. Mac	hado.
445. Manuel da Costa Maciel	1908 C/c Rosa da Rocha.	
446. Maria do Carmo Baptista	1909 C/c Domingos Barbosa de Quintiães.	Maciel,

ANTÓNIA BAPTISTA DE MIRANDA, ou MARTINS DA COSTA, n.º 252, casou com JOSÉ MONTEIRO DA COSTA, filho de João da Costa Rocha e de Antónia Monteiro. Tiveram, no Lugar dos Cincos:

447. António Monteiro da Costa	1898	C/c Luísa da C. Cruz, n.º 630.
448. Luís Monteiro da Costa	1900	C/c Maria dos Anjos Azevedo dos Reis, n.º 833.
449. Joaquim	1902	Faleceu em 1903.
450. Joaquim da Rocha Costa 451. Maria da Conceição Bap-	1904	C/c Maria Marq. Novais, n.º 552.
tista da Costa	1906	C/c Augusto da Costa Maciel, n.º 624.
452. Ana Baptista da Costa	1908	C/c Joaquim Neiva de Oliveira Maciel, n.º 871.
453. Amélia Baptista da Costa	1910	C/c Manuel Gong. da Cunha.
454. Domingos B. da Costa	1912	
455. Manuel	1915	Faleceu menino.

MARIA GONÇALVES DE AMORIM, n.º 255, casou com DOMINGOS FRANCISCO DA SILVA, viúvo de Maria Henriqueta da Conceição, brasileira, filho de António Francisco da Silva e de Ana Maria Rosa, de Aguiar. Tiveram:

456.	Marcelina	Luísa	Alves	da			
	Silva				1882	C/c Manuel	José Gonçalves.
457.	Joaquim				1889	Faleceu meni	ino.

ANTONIO FERNANDES DIAS, n.º 265, casou com ROSA MARTINS DA SILVA, filha de Manuel Martins da Silva e de Josefa Maria Martins, de Vila de Punhe. Tiveram, no Lugar do Campo:

458. João Fernandes Dias	1898	C/c Maria José Fer. des Neiva,
459. Manuel Fernandes Dias	?	n.º 912. Foi para Espanha.
460. Maria Martins da Silva	?	C/c Manuel Rodrigues Rama-
		lho, de Vila de Punhe.

461.	Rosa Martins da Silva	1904	C/c António Alves Fernandes, n.º 569.
462.	Conceição Martins da Silva	1906	C/c Francisco Fer. des do Campo, n.º 553. S/ filhos.
463.	José Fernandes Dias	1908	C/c Alzira da Silva Figueiras.
464.	António Fernandes Dias	1912	Casou em Balugães.

MARIA FERNANDES PEIXOTA, n.º 269, casou com JOSÉ AFONSO LEITE, filho de António Afonso Leite e de Maria Pereira. Tiveram:

465. Ana	1863	Faleceu menina.
466. Domingos	1865	Foi para o Brasil.
467. Teresa	1868	Faleceu menina.
468. António Leite	1868	C/c Joaquina Martins Peixoto, n.º 205.
469. José	1870	Casou em Góios.
470. Vicente Afonso Leite	1873	C/c Benta L. Figueiras, n.º 373.
471. Urbana Fernandes Peixota Leite	1877	C/c António da Costa Neiva, n.º 326, s/ filhos.

ROSA FERNANDES PEIXOTA, n.º 270, no estado de solteira, teve:

472. Domingos Fernandes	1871	5	-		
473. Maria Fernandes	1875	C/c Manuel	da	Silva	Esteves.

MANUEL FERNANDES DO CAMPO, n.º 271, casou com ANA DA COSTA, filha de Agostinho Martins Figueiras e de Joana da Costa. Tiveram, no Lugar do Campo:

474. António Fern. do Campo 1873 C/c Antónia Marques de Novais, n.º 330.

LUISA FERNANDES, n.º 273, casou com MANUEL LOPES MONTEIRO, filho de Joaquim Lopes Monteiro e de Maria Josefa, Morgados de Malta. Tiveram, no Lugar do Rio:

475. João Lopes Monteiro	1882	Casou em Aguiar.
476. Manuel Lopes Monteiro	1885	Casou em Balugães.
477. Antónia Lopes Figueiras	1887	C/c José Gonçalves de Sousa.
478. José Lopes Monteiro	1889	C/c Ana Lopes Figueiras.
479. António Lopes Monteiro	1891	Solteiro.
480. Domingos Lopes Monteiro	1894	Faleceu solteiro em Lisboa.

JOAQUENA FERNANDES, n.º 274, casou com ANTÓNIO MARTINS SOBREIRO, filho de António Martins e de Albina Clara, de Nogueira. Tiveram, no Lugar do Espinheiro:

481. Gaspar	1878	Casou em Duas Igrejas.
482. Maria Luísa	1880	Faleceu solteira.
483. João Martins Sobreiro	1881	C/c Arminda Martins de Azevedo.
484. Ana Martins Sobreiro	1884	Faleceu solteira.
485. Rosa Martins Sobreiro	1886	Faleceu solteira.
486. António M. Sobreiro	1888	Casou em Moledo do Minho.
487. Antónia M. Sobreiro	1891	Solteira c/ filhos.
488. Maria Martins Sobreiro ou		
Fernandes do Campo	1896	C/c Manuel G. Machado, n.º 378.
489. David Martins Sobreiro	1899	C/c Teresa Lopes de Miranda.

BENTO DE AZEVEDO GAMA, n.º 282, casou com EMÍLIA DE JESUS, «A Brasileira», filha de José Bernardino da Cruz e de Alexandrina Rosa da Conceição. Tiveram:

490. Maria Josefa

1859 Casou em Viana.

JOSÉ JOAQUIM DE AZEVEDO, n.º 283, casou com ANA LOPES MONTEIRO, filha de Joaquim Lopes Monteiro e de Maria Josefa, Morgados de Malta. Tiveram, no Lugar do Rio:

491. Joaquim Lopes de Azevedo	1868	Faleceu solteiro.
492. Maria Luísa de Azevedo	1870	C/c João A. dos Reis. S/ filhos.
493. António Lopes de Azevedo	1872	C/c Joana da C. Gomes, de Capareiros, s/ filhos e 2.ª vez c/ Rosalina Alves dos Reis, viúva, s/ filhos.
494. Rosa Lopes de Azevedo	1874	C/c Custódio Alves.
495. Ana Lopes de Azevedo	1877	C/ em Carvoeiro c/ Joaquim Bento da Costa.
496. Benta Lopes de Azevedo	1879	C/c Manuel António dos Reis.
497. Teresa Lopes de Azevedo	1881	C/c Joaquina Maria da Costa.
498. Antónia Lopes de Azevedo	1884	C/c José Gonçalves de Azevedo, n.º 503.
499. Margarida L. de Azevedo,		
fal. em Manaus, Brasil	1887	C/c José Ferreira Nobre, de Sub-Portela. S/ filhos.

BENTA DE AZEVEDO, n.º 286, solteira, teve:

500.	Joaquina	1872	Faleceu menina.
501.	Rosa de Azevedo	1877	C/c António da Costa.

ANA DE AZEVEDO, n.º 287, casou com FRANCISCO ANTUNES, filho de António Antunes e de Mariana Rodrigues, de Deão. Tiveram no Lugar de Regueira, ou Riboeira:

502. Ana de Azevedo

1870 C/c José da Silva Caridade Jr.

ROSA DE AZEVEDO, n.º 288, casou com MANUEL GONÇALVES, filho de Maria do Rosário, de Navió, Ponte de Lima. Tiveram:

503. José Gonçalves de Azevedo 1884 C/c Antónia Lopes de Azevedo, 504. Joaquim Gonç. de Azevedo 1887 n.º 498.

C/c Rosa Ventura de Castro Peixoto ,n.º 614.

MANUEL MACIEL, n.º 292, casou com TERESA MACHADA, filha de Domingos José de Miranda e de Ana Maria Machada, de Lijó. Tiveram, no Lugar do Rio:

505. António	1858	_
506. Ana Custódia Maciel	1859	C/c Bento da Costa, de Aguiar. S/ filhos.
507. António Machado Maciel	1861	C/c Maria da Foz, de Fiopos, Capareiros. Foram p/ Lijó.
508. Maria Machada Maciel	1863	C/c António Baptista de Abreu, de Balugães.

ANA MARTINS MACIEL, n.º 293, casou com JOÃO DA COSTA, filho de Manuel da Costa e de Maria Neiva. Moraram no Lugar do Campo do Forno e tiveram:

509. Manuel da Costa Maciel 1862 C/c Maria Neiva de Oliveira, de Aldreu.

DOMINGOS MARQUES, n.º 305, casou com MARIA FERNANDES DA SILVA, filha de Francisco da Costa Pinheiro e de Antónia Fernandes da Silva. Tiveram no Lugar dos Cincos:

510. António	1911	Faleceu menino.
511. Rosa da Silva Marques	1913	C/c António Pereira de Sousa, em Aguiar.
512. Teresa da Silva Marques	1916	C/c Januário de Sousa Ferreira, em Aguiar.
513. António da Silva Marques	1918	C/c 1.ª vez c/ Teresa Peixota de Faria, n.º 673. C/ 2.ª vez c/ Rosa de Sousa Carvalho, em Aguiar.

514. Victória da S. Marques
 515. Manuel da Silva Marques
 1922 Solteira, residente no Porto.
 1927 C/c Teresa de Castro Lima, filha do n.º 426.

ANA JOAQUINA RODRIGUES DOS SANTOS, n.º 313, casou com DOMINGOS JOSÉ DA CUNHA, filho de Caetano da Cunha e de Joaquina de Araújo, de Carvoeiro. Moraram no Lugar do Souto e tiveram:

510	Teresa Rod. dos Santos	1880	C/c Manuel da Silva. S/ filhos.
910.	Teresa Rou. dos Santos		
517.	Manuel José da Cunha	1882	Casou c/ ???
518.	Maria Rod. dos Santos	1884	Solteira
519.	Vicente José da Cunha	1886	C/c Rosa Fernandes Rodrigues, em Capareiros.
520.	Ana Rodrigues dos Santos	1888	Casou em Capareiros.
521.	Júlia Rodrigues D. Santos	1890	Casou em Viana, c/ filhos.
522.	Joaquim José da Cunha	1892	Foi p/ uma Ordem Religiosa.
523.	António José da Cunha	1894	C/c Maria L. Figueiras, conhecida por Maria do Passal, S/ filhos.
524.	Silvério José da Cunha	1896	Foi p/ uma Ordem Religiosa.
525.	Inácio José da Cunha	1897	C/c Josefa Rodrigues da Costa Maciel, em Tregosa.
526.	Bartolomeu José da Cunha	1900	Faleceu em 1901.
527.	Aurora Rod. dos Santos	1903	Solteira c/ uma filha. Faleceu em 1950.

TERESA DOS SANTOS, no estado de solteira, teve:

528. Rosa Felicidade dos Santos 1878 C/c António José de Castro, n.º 418.
 529. Manuel António 1884 Faleceu menino.

JOÃO DA COSTA NEIVA, n.º 324, casou com MARIA MADALENA DA SILVA, filha de Domingos Francisco da Silva, de Aguiar, e de Maria Henriqueta da Conceição, mestiça brasileira. Tiveram:

530. Maria	1899	Solteira
531. Teresa	1901	C/c Aires Cardoso, em S. Veríssimo de Tamel.
532. Isabel da Costa Neiva	1903	C/c José da Costa Machado, n.º 597.
533. José	1907	Foi para o Brasil.
534. Maria da Glória	1909	C/c Carlos da Silva, em Esposende.
535. Maria Rosa	1912	C/c António de Sousa, no Porto.
536. Manuel	1916	C/c Conceição de Magalhães, em Aguiar.

ISABEL MARIA MARQUES NEIVA DE NOVAIS, n.º 327, casou com ANTÓNIO DA COSTA PINHEIRO, filho de Francisco da Costa Pinheiro e de Antónia Fernandes da Silva. Tiveram, no Lugar dos Castelos:

537. Isabel Maria N. Pinheiro	1917	Faleceu menina.
538. Teresa M. Novais Pinheiro	1919	C/c Amândio Pereira Peixoto, n.º 607.
539. Isabel Novais Pinheiro	1921	Casou em Balugães.
540. João Novais Pinheiro	1925	Foi para o Brasil.
541. Conceição Novais Pinheiro	1927	Casou em Aveiro.

SILVERIO MARQUES DE NOVAIS, n.º 328, casou com CASIMIRA DA CONCEIÇÃO LOPES, filha de Manuel José de Sousa e de Maria Lopes. Tiveram:

542. Bernardina	1925	C/c Luís Rodrigues Pereira Ma- chado. Foram p/ Argentina. C/2.ª vez na Argentina.
543. Manuel	1926	Faleceu jovem.
544. Maria da Glória	1929	C/c António da Cunha Maciel, n.º 914.
545. Francisca Emília	1935	C/c Joaquim Diamant. n.º 769.
546. Francisco	1937	Casou em Poiares. Emigrou p/ Canadá.
547. Justino	1939	C/c Gracinda Armanda Costa, n.º 776.

ANTÓNIA MARQUES DE NOVAIS, n.º 330, casou com ANTÓNIO FERNANDES DO CAMPO, n.º 474. Tiveram:

548. Manuel António Fernan-		
des do Campo	1902	Foi p/ Argentina. Fal. solteiro.
549. João	1904	Casou na Argentina.
550 José	1907	C/c Josefa Amorim Fernandes
PP4 A III	1011	Lourenço.
551. António	1911	C/c Ana de Jesus de Castro, n.º 652.
552. Maria Marques de Novais	1913	C/1.ª vez c/ Joaquim da Rocha Costa, n.º 450. C/ 2.ª vez c/ António Baptista de Abreu, n.º 863.
553. Francisco Fern. do Campo	1915	C/c Conceição Martins da Silva, n.º 462.

MANUEL ANTÓNIO PIRES CARNEIRO, n.º 343, casou com URBANA DE PASSOS FIGUEIRAS, filha de Manuel de Passos, e de Maria Figueiras. Tiveram, no Lugar dos Castelos:

554. Manuel	1923	C/c Maria Portela. S/ filhos.
555. António	1924	Faleceu menino.
556. António	1928	Faleceu menino.
557. Maria da Conceição	1929	Casou em Balugães.
588. Gracinda Maria	1934	Casou em Quintiães.
559. Rosa	1938	C/c Adelino Peixoto.

ANA DA GLÓRIA, n.º 348, casou com MANUEL ALVES, filho de Francisco José Alves e de Maria Ramos, de Capareiros. Tiveram, no Lugar dos Cincos:

560. José

1871 Foi para a Maia.

JOSÉ GONÇALVES MACHADO, n.º 353, casou com ANTÓNIA FIGUEIRAS, filha de Anacleto António, exposto, e de Joana Figueiras. Tiveram, no Lugar de Carvalhinhos:

561. Maria Gonçalves Figueiras	1879	Solteira c/1 filho.
562. Ana Custódia	1882	Casou em Tregosa.
563. Teresa	1887	Faleceu menina.
564. Francisco	1889	Faleceu solteiro.

FELICIDADE PEIXOTA DA FONSECA, n.º 354, teve, no Brasil:

565. Artur Peixoto dos Reis ? Casou em Durrães, c/ Marcelina, filha de Laura Campos, c/ um filho.

JOSÉ FERNANDES PEIXOTO, n.º 361, casou com EMÍLIA DE JESUS ALVES, filha de Manuel Alves e de Leonarda Rosa. Tiveram:

566. Adelino Alves Fernandes	1897	C/c Maria José, de Carvoeiro.
567. Ermelinda A. Fernandes	1899	C/c João Martins Pereira Leite,
		de Tregosa.
568. Rosa Alves Fernandes	1901	C/c António Gonçalves Pires,
		viúvo do n.º 369.
569. António Alves Fernandes	1903	C/c Rosa M. da Silva, n.º 461.
570. Felicidade A. Fernandes	1907	C/c Manuel da Costa Ramos.

MARIA JOAQUINA FIGUEIRAS, ou FIGUEIRAS PEIXOTA, n.º 362, teve, em solteira:

571. José Fernandes	1895 C/c Ana Eusébia Pereira.
572. Maria da Luz Fernandes	1898 C/c Abel Martins Neiva.
573. Mário	1908 Foi para França.

ANTÓNIO FERNANDES FIGUEIRAS, n.º 364, casou com MARIA MARTINS DA CUNHA, filha de João Miguel Ferreira e de Francisca Martins da Cunha, de Carvoeiro. Tiveram:

574. Gracinda Fern. da Cunha	?	C/c José de C. Maciel, n.º 633.
575. Clementina	?	_
576. Francisco	1914	Casou em Lisboa (Parede).
577. David	1916	Casou em Carvoeiro.
578. Maria José	1918	C/c Marcolino M. Sobreiro, n.º 821.
579. Arnaldo	1920	Casou em Lisboa (Parede).

MARIA JOSEFA MEIRA PEIXOTA, n.º 366, em solteira, teve:

580. Maria da Conceição Meira Peixoto 1907 (

1907 C/c Domingos Gonç. Machado, n.º 596.

ANA JOAQUINA MEIRA PEIXOTO, n.º 367, casou com MANUEL DE MIRANDA, filho de João de Miranda e de Antónia Ramos de Castro, de Capareiros. Tiveram no Lugar do Souto:

581. José Maria P. de Miranda	1917	Foi para uma Ordem Religiosa.
582. António	1919	Faleceu menino.
583. Manuel António	1919	C/c Joaquina Rodrigues Tei-
		xeira Mota, de Carvoeiro.

MARIA ANGELINA MEIRA PEIXOTO, n.º 369, casou com ANTÓ-NIO GONÇALVES PIRES, filho de João Gonçalves Pires e de Isabel de Sousa. Tiveram:

584. Maria Gracinda	1909 Casou em Viana.
585. Silvério	1911 Faleceu menino.
586. Manuel	1913 Casou em Alvarães.
587. Silvério	1916 Casou em Espanha.
588. Antónia de Jesus	1921 Foi para Valença.

BENTA LOPES FIGUEIRAS, n.º 373, casou com VICENTE AFONSO LEITE, n.º 470. Tiveram:

589. José Afonso Leite	1901	C/c Teresa n.º 632.	da	Cos	ta	Maciel,
590. António Afonso Leite	1903	C/c Maria S/ filhos.		eira	da	Mota.
591. Casimira Figueiras Leite	1905	Solteira				

592. Amélia do Carmo F. Leite	1907	C/c Gabriel Meira Lopes Monteiro.
593. Urbana Figueiras Leite	1909	C/c Lourenço Lopes de Faria, n.º 671.
594. Floriano Afonso Leite	1913	C/c Ana Teixeira da Mota, de Carvoeiro.
595. Ana dos Prazeres	1915	Faleceu menina.

MANUEL GONÇALVES MACHADO, n.º 378, casou com ANA DA CUNHA, filha de Domingos António da Cunha e de Quitéria da Costa, de Carvoeiro. Tiveram no Lugar do Monte, ou Carvalhinhos:

596. Domingos Gonç. Machado	1909	C/c M.ª da Conceição Meira Pei- xoto, n.º 580.
597. José da Costa Machado	1911	C/ 1.ª vez c/ Isabel da Costa Neiva, n.º 532. C/ 2.ª vez c/ Joaquina Araújo Baptista.
598. Abílio	1914	Fal. solteiro c/21 anos.
599. Francisca da Conceição600. Maria dos Prazeres Gon-	1916	1 1 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2
çalves Cunha	1918	C/c Domingos Rodrigues Martins.

MANUEL GONÇALVES MACHADO, n.º 378, casou em 2.ªs núpcias com MARIA MARTINS SOBREIRO, ou FERNANDES DO CAMPO, n.º 488. Tiveram, no Lugar de Carvalhinhos:

601. Teresa	1923	Casou em Tregosa.
603. Maria da Conceição	1926	C/c Manuel, n.º 982. Foram p/
		Venezuela.
603. António	1929	Foi para a Venezuela.
604. Maria Celeste	1932	Casou e foi para a Venezuela.

MANUEL VENTURA DA CONCEIÇÃO, n.º 380, casou com MARIA DE JESUS. Tiveram, na Freguesia da Silva:

605. Manuel P. da Conceição ? C/c Ester da Silva Pinto, de Carvoeiro. Foram para Lisboa.

CASIMIRA PEIXOTA, n.º 381, casou com JOAQUINA PEREIRA, filho de José Pereira e de Rosa da Silva Pereira, de Silveiros. Tiveram:

606. Manuel Pereira Peixoto	1911	Faleceu solteiro.
607. Amândio Pereira Peixoto	1912	C/c Teresa Mar. N. Pinheiro, n.º 538.
608. Luís Pereira Peixoto	1913	C/c Aurora da Costa, de Capareiros.
609. António Pereira Peixoto	1915	Faleceu menino.

URBANA DA CONCEIÇÃO, n.º 385, solteira, teve:

610. João da Conceição Peixota 1912 C/c Teresa Lopes Figueiras.

611. Clara da Conceição Peixota 1916 C/c Manuel Martins de Azevedo, em Capareiros.

FELIZARDA ROSA PEIXOTO DA CONCEIÇÃO, n.º 386, solteira, teve:

612. Glória da Conc. Peixota 1915 C/c Albino Rodrigues Machado.

MANUEL VENTURA PEIXOTO, n.º 388, casou com JOAQUINA DE CASTRO, filha de Domingos Gonçalves e de Ana Maria de Castro, de Aguiar. Tiveram, no Lugar do Apeadeiro:

613. Joaquim Ventura de Castro		
Peixoto	1890	Casou em Braga.
614. Rosa V. C. Peixoto	1892	C/c Joaquim Gonçalves de Azevedo, n.º 504.
615. Carolina Rosa	1895	Solteira c/ filhos.
616. Maria	1898	C/c Armindo Alves de Faria.
617. Albina	1900	Faleceu solteira.
618. Alberto	1903	Faleceu na Argentina.
619. José	1907	Faleceu solteiro.

MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES PEIXOTO, n.º 401, solteira, teve:

620. Lucinda Alves Peixoto 1931

JOSÉ DA COSTA MACIEL, n.º 407, casou com ANTÔNIA DA COSTA FIGUEIRAS, filha de Lourenço José Figueiras e de Teresa da Costa. Tiveram, no Lugar de Souto de Vilar:

621. Teresa da Costa Maciel	1892	C/c António Marques Maciel, n.º 437.
622. Joaquina	1894	Solteira c/ uma filha.
623. Francisco	1896	C/c Antónia da Conceição Bap- tista Maciel, n.º 434.
624. Augusto	1898	C/c Maria da Conceição Bap- tista da Costa, n.º 451.
625. Lourenço	1900	C/c Antónia de Castro Peixoto, n.º 429.
626. Mariana	1904	C/c Manuel Gonçalves Fernan- des, em Aguiar.

ANTONIO DA COSTA, n.º 408, casou com MARIA AMÉLIA DA CRUZ, filha de José da Costa Cruz e de Ana Fernandes Lima, de Carvoeiro. Tiveram, no Lugar do Souto:

627. Ana da Costa Cruz	1894	C/c Manuel José de Castro, n.º 428.
628. Maria da Costa Cruz	1896	C/c António Luís Fernandes.
629. Rosa Amélia da C. Maciel	1898	C/c Manuel Rodrigues Gonçalves Pereira.
630. Luísa da Costa Maciel	1899	C/c António Monteiro da Costa,
631. Albertina Maria	1902	n.° 447.
632. Teresa	1904	Faleceu solteira.
633. José da Costa Maciel	1908	C/c José Afonso Leite, n.º 589. C/c Gracinda Fer. des da Cunha, n.º 574.

MARIA DA COSTA MACIEL, n.º 411, casou com, António da Rocha Costa, filho de João da Rocha e de Antónia Monteiro. Tiveram:

634. Antónia da Costa Maciel	1902	C/c António Fernandes de Cas tro, n.º 430.			
635. António da Rocha Costa	1904	Casou em Carvoeiro.			
636. Maria da Costa Maciel	1905	Solteira c/ filhos.			
637. Júlia	1908	Faleceu em 1911.			
638. Manuel	1909	Faleceu solteiro.			
639. Victória da Costa Maciel	1911	C/c Luís de Castro Pinheiro, n.º 654.			
640. José da Rocha Costa	1914	C/c Esperança da Costa Maciel, n.º 981.			
641. Francisco da R. Costa	1916	C/c Maria Rosa Maciel Grilo, n.º 709.			
642. Joaquim Maciel da Costa	1919	Casou em Viana.			
643. Domingos da R. Costa	1921	C/c Maria L. Monteiro, n.º 810.			

ROSA DOS SANTOS NEIVA, n.º 413, casou com BOAVENTURA DE OLIVEIRA COSTA, filho de José de Oliveira Costa e de Rosa Pereira, de Capareiros. Tiveram, no Lugar do Monte, ou Carvalhinhos:

644. Bernardina		1924	Casou em Durrães.
645. Mariana		1927	Solteira c/ um filho.
646. Adelaide	h	1930	Casou em Durrães, c/ uma filha.
647. Maria Balbina		1932	Solteira, c/ uma filha.

ANA FELICIDADE BAPTISTA, n.º 414, casou com ANTÓNIO DA CUNHA BANDEIRA, filho de Custódio da Cunha Bandeira e de Maria Alves. Tiveram, no Lugar de Carvalhinhos:

648. Custódio B. Bandeira	1919	Faleceu solteiro, em 1978.
649. Joaquim Baptista Bandeira	1921	Solteiro.
650. Manuel B. Bandeira	1923	Casou fora.
651. José B. Bandeira	1927	Casou fora. Faleceu em 1971.

ANTÓNIO JOSÉ DE CASTRO, n.º 418, casou com ROSA FELICI-DADE DOS SANTOS, n.º 528. Tiveram, no Lugar do Souto.

652. Ana de Jesus de Castro	1914	C/c António	Fer. des	do	Campo,
		n.º 551.			
653 Mª da Conceição de Castro	1916	Solteira			

MARIA DOS ANJOS CASTRO, n.º 419, casou com PAULO DA COSTA PINHEIRO, filho de João da Costa Pinheiro e de Maria Lopes Figueiras. Tiveram, no Lugar da Lage:

654.	Luís de Castro Pinheiro	1912	C/c Vitória da C. Maciel, n.º 639.
655.	José de Castro Pinheiro	1913	C/c Maria Acácia Leite de Cas-
			tro, de Cinfães. Moraram em
			Moçambique e hoje em Braga.
			C/ 2 filhos.
656.	Torcato Castro Pinheiro	1915	Faleceu menino.
657.	Julião Castro Pinheiro	1916	C/c Maria José, de Lisboa. Mo-
			raram em Moçambique, hoje
			em Lisboa. C/ dois filhos.
658.	Ana de Jesus C. Pinheiro	1918	C/c Justino O. C. Maciel, n.º 874.
659.	António de Castro Pinheiro	1920	Casou no Brasil.
660.	Manuel de Castro Pinheiro	1922	Foi para o Brasil.
661.	Joaquim de C. Pinheiro	1923	Foi para o Brasil.
662.	João da Costa Pinheiro	1925	C/c Sílvia Peres, em Moçambi-
			que e hoje em Durrães.
663.	Augusto de C. Pinheiro	1927	C/c Ana Luísa, n.º 713. Mora-
	_		ram em Moçambique e hoje
			em Durrães.
664.	Horácio	1928	Foi para o Brasil.
665.	Maria da Conceição	1931	C/c Manuel M. Machado, n.º 745.

MARIA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES DE CASTRO, n.º 424, casou com JOAQUIM ALVES BARBOSA MACIEL, de Quintiães, filho de Manuel Barbosa Maciel, de Quintiães, e de Rosa Alves, de Durrães. Tiveram, no Lugar do Souto:

666. Ermelinda	1929 C/c Augusto de Castro	Maciel,
	n.º 687.	
667. Domingos	1931 C/c Júlia de J. Maciel, r	n.º 730.
668. Carlos Augusto	1933 C/c Maria de Lurdes, n.º	693.
669. Fernando	1937 C/c Maria do Sameiro, n.	° 1003.

TERESA FERNANDES PEIXOTA, n.º 425, casou com MANUEL JOSÉ DE FARIA, filho de Joaquim José de Faria e de Joana Lopes Figueiras. Tiveram, no Lugar do Rio.

670. Joaquim de Castro Faria 1920 C/c Mariana da Costa Maciel, n.º 711.

ANA DE JESUS FERNANDES PEIXOTA, n.º 427, casou com JOÃO JOSÉ DE FARIA, Filho de Joaquim José de Faria e de Joana Lopes Figueiras. Tiveram,no Lugar do Rio:

671. Lourenço Lopes de Faria	1912	C/c Urbana Figueiras Leite, n.º 593.
672. Manuel Lopes de Faria	1914	C/c M.ª da Conceição A. Reis, n.º 1085.
673. Teresa	1917	C/c António da S. Marques, n.º 513.
674. Joaquim José de Faria	1919	C/c Maria Elisa Peixoto Sá Neiva.
675. Rosa	1922	C/c José da Rosa Costa, n.º 835.
676. Antónia	1923	Faleceu menina.
677. Antónia	1925	Casou em Famalição.
678. Antónia da Conceição	1928	Casou em Vila Real.
679. Henrique	1933	C/ em Capareiros (Barroselas).
680. Maria de Jesus	?	Faleceu menina.

MANUEL JOSÉ DE CASTRO, n.º 428, casou com ANA DA COSTA CRUZ, n.º 627. Tiveram:

681. António	1923 Morreu menino.
682. Maria	1925 C/c João Azevedo dos Reis.
683. Ana de Jesus	1928 Faleceu menina.
684. António	1931 C/c Conceição Rocha, de Tre-
	gosa.
685. José	1935 C/c Júlia, n.º 758.

ANTÓNIA DE CASTRO PEIXOTO, n.º 429, casou com LOURENÇO DA COSTA MACIEL, n.º 625. Tiveram:

686. António	1926	Casou fora.
687. Augusto	1927	C/c Ermelinda, n.º 666.
688. Manuel	1930	Casou fora.
689. João	1932	Faleceu em Barcelos.

ANTÓNIO FERNANDES DE CASTRO, n.º 430, casou com ANTÓNIA DA COSTA MACIEL, n.º 634. Tiveram, no Lugar do Rio:

690. Maria Maciel de Castro	1927	C/c Domingos C. M. Maciel,
090. Maria Maciei de Castro	1921	
		n.° 727.
691. Victória	1930	C/c Francisco X. M. Costa,
		n.° 777.
692. Manuel	1932	C/c Fernanda Peixoto, de S. Ro-
		mão do Neiva.
693. Maria de Lurdes	1934	C/c Carlos A. C. Maciel, n.º 668.
694. Joaquim	1937	C/c Maria da Conc. N. Costa,
INSTALL STATE OF THE STATE OF T		n.º 775.
695. António Diamantino	1038	C/c Deolinda J. A. Gonçalves,
090. Antonio Diamantino	1990	
		n.° 1043.
696. Luís	1941	Casou em Barcelos.
697. Maria Irene	1943	C/c Melquíades Rodrigues, em
		Barroselas.
698. Maria Alice	1944	C/c José, n.º 761.
699. Maria do Carmo	1949	Solteira
occi mana do outino	_010	NO TO THE STATE OF

ROSA FERNANDES DE CASTRO, n.º 431, casou com ANTÓNIO DA COSTA MACIEL, n.º 443. Tiveram, em Souto de Vilar:

700. Maria de Jesus	1928	C/c António Vieira, em Tregosa.
701. João	1930	C/ no Brasil, com Jacinta de
		Lima Borba.
702. Domingos	1933	Faleceu menino.
703. Maria Alzira	1934	C/c António D. C. Maciel,
		n.° 767.

JÚLIA DE JESUS MARQUES MACIEL, n.º 432, casou com DOMIN-GOS FERNANDES GRILO, filho de Domingos José Fernandes Grilo e de Rosa Maria, de Balugães. Tiveram, no Lugar do Rio:

704. António Cândido M. Grilo	1916	Faleceu menino.
705. Manuel	1917	Foi p/ a Argentina.
706. João	1918	C/c Joana L. Figueiras, n.º 811.
707. Domingos	1919	Faleceu menino.
708. Maria dos Anjos	1921	Solteira, c/ uma filha.
709. Maria Rosa	1922	C/c Francisco da R. Costa,

MARCELINA LUÍSA MARQUES MACIEL, n.º 433, casou com MATEUS ANTÓNIO DA ROSA, de Aguiar. Tiveram, em Aguiar:

710. Maria Amélia M. da Rosa 1919 C/c Domingos Bapt. da Costa, n.º 454.

ANTÓNIA DA CONCEIÇÃO MARQUES MACIEL, n.º 434, casou com FRANCISCO DA COSTA MACIEL, n.º 623. Tiveram, no Lugar da Cruz:

711. Mariana B. da C. Maciel	1922	C/c Joaquim de C. Faria, n.º 670.
712. Manuel	1923	C/c Ester G. Lourenço Maciel, viúva do n.º 729.
713. Ana Luísa	1924	C/c Augusto C. Pinheiro, n.º 663.
714. José Lourenço	1925	Faleceu menino.
715. Maria da Conceição	1927	Solteira
716. Júlia de Jesus	1929	Faleceu menina.
717. David	1930	C/c Laura Gomes Lourenço, de Figueira de Castelo Rodrigo.
718. Daniel	1932	C/c Idalina Azevedo, de Barcelos.
719. Domingos	1934	C/c Maria da Conceição, n.º 768.
720. Marcolino	1936	C/c Ana Esperança, n.º 774.

JOÃO MARQUES MACIEL, n.º 436, casou com MARIA LOPES DE FARIA, filha de Joaquim José de Faria e de Joana Lopes Figueiras. Tiveram, no Lugar de Novais:

7	21. António	1920	Casou em Durrães.
72	22. João	1923	C/c Albertina M. Leite, n.º 937.
7	23. Maria Gracinda	1925	C/c António Azevedo dos Reis,
			n.º 1089.
7	24. Justino	1927	Casou em Tregosa.
7	25. Luciana	1929	Solteira c/filhos.
7	26. Maria Filomena	1931	C/c José (Forte).

ANTÓNIO MARQUES MACIEL, n.º 437, casou com TERESA DA COSTA MACIEL, n.º 621. Tiveram:

727. Domingos	1925	C/c Maria de Castro Maciel, n.º 690.
728. Maria	1927	Casou em Vitorino de Piães.
729. Luciano	1929	C/c Ester Lourenço Maciel, de Figueira de Castelo Rodrigo. Faleceu em 1955.
730. Júlia de Jesus	1931	C/c Domingos, n.º 667.
731. Maria Filomena	1933	Morreu menina.

DOMINGOS MARQUES MACIEL, n.º 442, casou com MARIA CLARA BAPTISTA DE ABREU, n.º 864. Tiveram:

732. Adelaide Abreu Maciel	1929	Solteira.
733. Marcelina	1930	C/c Jerónimo Cachada.
734. António	1932	Casou no Porto.
735. Francisco Xavier	1934	Casou em Angola com uma filha do n.º 439.
736. Domingos	1937	Casou em Angola. Hoje, em Dur- rães.
737. Manuel	1938	
738. João Cândido	1940	_
739. Dinis	1942	_
740. Américo	1943	
741. Daniel	1944	L/ 60 1
742. Fernando	1946	_
743. Luciano	1948	_
744. Maria Idalina	1951	Casou em Tregosa.

JÚLIA BAPTISTA, n.º 444, casou com ANTÓNIO GONÇALVES MACHADO, filho de Agostinho Gonçalves Machado e de Maria Rodrigues. Tiveram, no Lugar do Apeadeiro:

1
1933 C/c M.ª da Conc. C. Pinheiro,
n.° 665.
1934 C/ 1.ª vez c/ Maria de Fátima,
n.° 1065.
Casou 2.ª vez. Foi p/ Venezuela.
1935 C/c Ana Sobreiro, n.º 1072.
1936 C/c Maria do Carmo, de Balu-
gães.

MANUEL DA COSTA MACIEL, n.º 445, casou com ROSA DA ROCHA, filha de Manuel José Alves Quintela e de Rosa da Rocha, de Carvoeiro. Tiveram, no Lugar de Souto de Vilar:

osa.
770.

MARIA DO CARMO BAPTISTA MACIEL, n.º 446, casou com DO-MINGOS BARBOSA MACIEL, de Quintiães, filho de Manuel Barbosa Maciel, de Quintiães e de Rosa Alves, de Durrães. Tiveram:

755. Maria da Conceição	1935	Foi para uma Congregação Religiosa.
756. Rosa da Graça	1937	Foi para uma Congregação Religiosa.
757. António	1939	Casou fora.
758. Júlia	1940	C/c José C. Castro, n.º 685.
759. Manuel	1942	Casou fora.
760. Ana	1944	Foi p/ uma Congregação Reli- giosa.
761. José	1945	C/c Maria Alice, n.º 698.
762. Joaquim	1947	Casou em Barcelos.
763. Maria de Lourdes	1948	Casou na Silva.
764. Maria Amélia	1949	Foi p/ uma Congregação Religiosa.
764-A. Maria do Rosário	?	C/ em Durrães.

ANTÓNIO MONTEIRO DA COSTA, n.º 447, casou com LUÍSA DA COSTA CRUZ, n.º 630. Tiveram:

765. Maria Amélia	1928	C/c João Correia.
766. António	1930	Faleceu menino.
767. António Domingos	1932	C/c Maria Alzira, n.º 703.
768. Maria da Conceição	1933	C/c Domingos, n.º 719.
769. Joaquim Diamantino	1935	C/ c Francisca Emília, n.º 545.
770. Ana de Jesus	1937	C/c Carlos, n.º 750.
771. José	1938	C/c Maria Albina, n.º 753.
772. Maria Albertina	1940	C/c Augusto Peixoto, n.º 972.
773. Domingos	1943	C/c Ana J. R. Martins, n.º 963.

JOAQUIM DA ROCHA COSTA, n.º 450, casou com MARIA MAR-QUES DE NOVAIS, n.º 552. Tiveram:

774. Ana Esperança	1939 C/c Marcolino, n.º 720.
775. Maria da Conceição	1942 C/c Joaquim, n.º 694.
776. Gracinda Armanda	1945 C/c Justino Novais, n.º 547.

MARIA DA CONCEIÇÃO BAPTISTA DA COSTA, n.º 451, casou com AUGUSTA DA COSTA MACIEL, n.º 624. Tiveram:

777. Francisco Xavier Monteiro da Costa 1933 C/c Victória, n.º 691. ANA BAPTISTA DA COSTA, n.º 452, casou com JOAQUIM NEIVA DE OLIVEIRA MACIEL, n.º 871. Tiveram:

778. José António da C. Maciel	1940	Casou fora.	
779. Maria Amélia de C. Maciel	1943	Casou fora.	
780. Isidro B. de O. Maciel	1945	Casou fora.	
781. Maria Alice da C. Maciel	1948	Casou fora.	
782. Luís Fernando da C. Maciel	1951	Casou fora.	
783. Maria de Fátima	1954		-

AMÉLIA BAPTISTA DA COSTA, n.º 453, casou com MANUEL GON-ÇALVES DA CUNHA, filho de José Rodrigues da Cunha e de Maria da Cunha Freire, de Carvoeiro. Tiveram:

784. Rosa Dulce da C. Cunha 1947 C/c Francisco, n.º 1129.

MARCELINA LUÍSA ALVES DA SILVA, n.º 456, casou com MANUEL JOSÉ GONÇALVES, filho de Manuel de Sousa e de Maria Gonçalves. Tiveram:

	785.	João Gonçalves da Silva	1904	C/c Bernardina A. Baptista.
	786.	Maria Alves da Silva	1906	C/c António Martins M. Leite.
	787.	Marcelina	1909	Solteira c/ filhos.
	788.	Teresa de Jesus	1910	Morreu menina.
	789.	José Gonçalves	1912	C/c Prazeres da Conceição, n.º 819.
	790.	Cândido da C. Gonçalves	1916	Casou e faleceu em Lisboa.
	791.	António	1918	Solteiro.
,	792.	Marcolino	1920	Foi para África.

MARCELINA LUÍSA ALVES DA SILVA, n.º 456, no estado de viúva, teve:

793. Rosa 1926 Foi para o Porto.

MARIA MARTINS DA SILVA, n.º 460, casou com MANUEL RODRI-GUES RAMALHO, filho de Manuel Rodrigues Ramalho, de Fragoso, e de Antónia Alves, de Durrães. Tiveram:

794. Gracinda	1925	C/c Manuel	P.	Fer. des,	n.º	910.
795. António	1926		_	•		

ROSA MARTINS DA SILVA, n.º 461, casou com ANTÓNIO ALVES FERNANDES, n.º 569. Tiveram:

796. Felicidade 1926 C/c Manuel Alves de Faria, n.º 975.

797. Maria	1927	Casou em Viana.
798. Maria de Lourdes	1929	Faleceu menina.
799. Engrácia	1931	C/c José Carvalho de Castro, de Quintiães.
800. Cidália	1948	C/c Horácio, n.º 1054.

JOSÉ FERNANDES DIAS, n.º 463, casou com ALZIRA DA SILVA FIGUEIRAS, filha de Domingos José Figueiras, de Durrães, e de Maria Laurinda da Silva Ramos, de Barroselas. Tiveram em Durrães apenas duas filhas. Em Carvoeiro, para onde foram morar, tiveram mais seis filhos.

801.	Emília da	Conceição	1930	
802.	Leonor		1932	_

MARIA FERNANDES, n.º 473, casou com MANUEL DA SILVA ESTEVES, filho de Domingos José Francisco e de Maria Joaquina da Silva, de Góios. Tiveram:

803.	João	1902	Faleceu solteiro.
804.	Urbana	1905	Faleceu menina.
805.	Angelina	1905	Faleceu menina.

ANTÓNIA LOPES FIGUEIRAS, n.º 477, casou com JOSÉ GON-ÇALVES DE SOUSA, filho de Manuel Gonçalves de Sousa e de Maria Gonçalves. Tiveram:

806. Artur Lopes de Sousa	1915	C/c Carolina Rosa Alves, de
		Carvoeiro.
807. Domingos	1918	Solteiro.
808. Isaura	1921	Solteira, residente em Fragoso.
809. Ana dos Prazeres	1923	Faleceu menina.

JOSÉ LOPES MONTEIRO, n.º 478, casou com ANA LOPES FIGUEI-RAS, filha de Joaquim José de Faria e de Joana Lopes Figueiras. Tiveram:

1918	C/c Domingos, n.º 643.
1920	C/c João Maciel Grilo, n.º 706.
1922	Solteiro.
1925	Faleceu menina.
1929	Solteiro.
1932	Solteiro.
	1920 1922 1925 1929

JOÃO MARTINS SOBREIRO, n.º 483, casou com ARMINDA MARTINS DE AZEVEDO, filha de Manuel Martins Lourenço e de Francisca Rosa de Azevedo, de Quintiães. Tiveram, no Lugar do Espinheiro:

816. António Martins Sobreiro	1905	C/c Emília Baptista de Araújo.
817. Aurélio	1906	C/c Rosalina Pereira Pinto, de
		Carvoeiro.
818. João	1908	C/c Maria Fer. de Oliveira.
819. Prazeres da Conceição	1910	C/c José Gonçalves, n.º 789.
820. Vicente	1913	C/c Júlia Luísa Fernandes.
821. Marcolino	1915	C/c Maria José, n.º 577.
822. Aurora de Jesus	1917	C/c Zulmiro de Lima Pires, em
		Viana.
823. Avelino	1921	C/c Rosa Monteiro da Costa,
		filha do n.º 495.
824. Maria dos Anjos	1924	C/c Sr. Maia, de Balugães.
825. Gracinda	1926	Solteira, residente em Lisboa.
826. Deolinda de Jesus	1928	C/c António Ferreira Morense,
		de Balugães.
		And the second s

ANTÓNIA MARTINS SOBREIRA, n.º 487, no estado de solteira, teve:

827. Adelino	1917	Casou 1.ª e 2.ª vez em Barroselas.
828. Maria da Conceição	1923	C/c António Augusto Miranda
		Vieira, de Deocriste. S/ filhos.

DAVID MARTINS SOBREIRO, n.º 489, casou com TERESA LOPES DE MIRANDA, filha de João da Costa Pinheiro e de Maria Lopes de Miranda. Tiveram:

829. Maria Flora	1926 C/ na Galiza c/ pessoa de Balu-
	gães.
830. António	1932 Casou em Espanha.

ROSA LOPES DE AZEVEDO, n.º 494, casou com CUSTÓDIO ALVES, filho de Manuel Alves e de Leonarda Rosa. Tiveram, no Lugar do Rio:

831. Leonarda L. de Azevedo 1893 C/c Domingos António dos Reis.

BENTA LOPES DE AZEVEDO, n.º 496, casou com MANUEL ANTÓ-NIO DOS REIS, filho de João António dos Reis e de Antónia Alves. Tiveram, no Lugar do Rio:

832. Domingos A. dos Reis	1916	Casou em Aguiar.
833. Maria dos Anjos	1918	C/c Luís Monteiro da Costa,
17.0		n.° 448.
834. Rosa	1923	C/c Américo, n.º 940.

TERESA LOPES DE AZEVEDO, n.º 497, casou com JOAQUIM MARIA DA COSTA, filho de António da Costa e de Joaquina Rosa. Tiveram, no Lugar dos Cincos:

835. José da Rosa Costa	1906	C/c Rosa, n.º 675.
836. M.ª Luísa da Costa	1908	C/c Manuel Joaquim Piçarra, de Numão, V. N. de Foz Coa.
837. Antónia	1910	Faleceu menina.
838. Rosa da Costa	1912	C/c José Rodrigues, de Aguiar.
839. Manuel Azevedo da Costa	1914	C/c Joaquina R. da Cunha, de Carvoeiro.
840. António	1917	Casou na Argentina.
841. Afonso	1921	C/1. ^a vez c/M. ^a dos Anjos Lopes Figueiras. S/filhos. C/2. ^a vez c/Ana, em Carvoeiro.

ANTÓNIA LOPES DE AZEVEDO, n.º 498, casou com JOSÉ GON-ÇALVES DE AZEVEDO, n.º 503. Tiveram:

842. M.ª Margarida de Azevedo	1917	C/c Francisco António Baptista de Abreu, em Balugães.
843. Manuel de Azev. Gonçalves	1919	C/c Maria Monteiro da Costa, filha do n.º 495. S/ filhos.
844. António	1921	C/c Ana de Castro Lima, filha do n.º 426.
845. Alberto	1923	Faleceu solteira em 1951.
846. Augusto	1925	Faleceu menino.
847. Félix	1927	Faleceu solteiro.

ROSA DE AZEVEDO, n.º 501, casou com ANTÓNIO DA COSTA, filho de António da Costa e de Joaquina Rosa, de Balugães. Tiveram, no Lugar da Ribeira:

848. António	1901	Faleceu em Barcelos.
849. Torcato	1902	Faleceu solteiro.
850. Joaquim Maria	1904	Foi p/ a Argentina.
851. Margarida da C. Azevedo	1906	C/c António Luís Alves.
852. Cândido	1908	Foi p/ a Argentina.
853. Júlia de Jesus	1911	Faleceu menina.
854. José	1915	Faleceu solteiro (78).

⁽⁷⁸⁾ Conhecido por José Formiga. Pessoa típica da terra, já falecido. Trabalhador e honesto, ouvimos-lhe muitos rifões populares. Citamos dois, que lhe ouvimos em 29 de Outubro de 1971: Ninho feito, pêga morta e Tanto faz arroba a mais, como quintal a menos.

ANA DE AZEVEDO, n.º 502, casou com JOSÉ DA SILVA CARI-DADE JR., filho de José da Silva Caridade e de Teresa de Almeida, de Vitorino de Piães. Tiveram, no Lugar da Riboeira:

855. Maria		1901	Casou em Manhente.
856. Deolinda		1903	C/c José Fernandes, em Aguiar.
857. Rosa		1905	Solteira.
858. Domingos		1907	Foi para o Brasil.
859. António	hold durally not h	1909	Faleceu solteiro.
860. João		1911	Foi p/ a Argentina.

JOAQUIM GONÇALVES DE AZEVEDO, n.º 504, casou com ROSA VENTURA DE CASTRO PEIXOTO, n.º 614. Tiveram:

861. Maria

1916 Faleceu menina.

MARIA MACHADA MACIEL, n.º 508, casou com ANTÓNIO BAPTISTA DE ABREU, em Balugães. Tiveram, em Balugães:

862. João Baptista de Abreu	?	Casou em Balugães.
863. António	?	C/c Maria Marques de Novais,
		viúva, n.º 552.
864. Maria Clara	?	C/c Domingos, n.º 442.

MANUEL DA COSTA MACIEL, n.º 509, casou com MARIA NEIVA DE OLIVEIRA, de Aldreu, filha de José António de Oliveira e de Feliciana Rita Neiva, de Fragoso. Tiveram:

865. Cândida Neiva de O. M	Taciel 1899	C/c Joaquim Dias da Cruz, de Fragoso.
866. Manuel	1901	C/c Maria da Assunção Marti- nho, de Torres Vedras.
867. Daniel	1903	C/c Marta da Silva e Sousa, de Amares.
868. José Maria Neiva Ma	iciel 1904	C/c Maria Irene Clímaco de Oliveira, de Torres Vedras.
869. Paulina N. de O. Maci	el 1905	C/c António Gonçalves Maciel, de Cossourado. S/ filhos.
870. António	1907	C/c Branca Borges Lourenço, de Lamego.
871. Joaquim	1909	C/c Ana B. da Costa, n.º 452.
872. Lucinda	1912	Faleceu solteira.
873. Cândido	1913	C/c Guilhermina Augusta Miranda da Silva, de Barcelos.

874. Justino Oliv. da C. Maciel 1915 C/c Ana de Jesus, n.º 658. 875. Maria Amélia Neiva de Oli-1917 Foi para uma Ordem Religiosa. veira Maciel 1918 Solteira. 876. Belmira AURORA RODRIGUES DOS SANTOS, n.º 527, no estado de solteira, teve: 1935 C/c João Martins, de Durrães. 877. Maria das Dores ISABEL DA COSTA NEIVA, n.º 532, casou com JOSÉ DA COSTA MACHADO, n.º 597. Tiveram: 1935 C/c Maria Torres Passos, de 878. Manuel Durrães. 1938 C/ em Quintiães. 879. Abílio 1942 Faleceu menino. 880. António Xavier TERESA MARINHA NOVAIS PINHEIRO, n.º 538, casou com AMÂNDIO PEREIRA PEIXOTO, n.º 607. Tiveram: 881. António Pinheiro Peixoto 1944 C/em Tregosa. 1945 C/c Maria dos Anjos, n.º 999. 822. Manuel 1946 Faleceu menina. 883. Urbana de Fátima 1948 C/c Porfírio da Rosa Baptista, 884. Maria Goretti filho do n.º 454, em Aguiar. 1950 C/c Cândido Porfírio da Rosa 885. Bernardina Luísa Baptista, filho do n.º 454. 1951 C/c Porfírio, viúvo da n.º 884. 886. Maria da Glória ANTÓNIO FERNANDES DO CAMPO, n.º 551, casou com ANA DE JESUS DE CASTRO, n.º 652. Tiveram: 1942 C/ em Carvoeiro. 887. Maria da Conceição 1943 C/c Uma filha do n.º 454. 888. José 1945 C/c Rosalina Machado, n.º 973. 889. Augusto 1946 Foi para uma Ordem Religiosa. 890. Manuel 1948 Faleceu menina. 891. Maria de Lourdes 1950 892. António 1951 893. Armando 893-A. Carlos 893-B. João 893-C. Luís MARIA MARQUES DE NOVAIS, n.º 552, casou em 2.ªs núpcias com ANTÓNIO BAPTISTA DE ABREU, n.º 863. Tiveram, no Lugar do Rio: 1950 Casou em Aguiar. 894. Maria Madalena ? Casou em Durrães c/ pessoa de 894-A. Francisco

Poiares.

MARIA GONÇALVES FIGUEIRAS, n.º 561, no estado de solteira, teve:

895. João Cândido G. Figueiras 1912 C/c Angelina Rodrigues Mota, de Carvoeiro.

ROSA ALVES FERNANDES, n.º 568, casou com ANTÓNIO GON-ÇALVES PIRES, viúvo de Maria Angelina, n.º 369. Tiveram, no Lugar do Monte ou Carvalhinhos:

896. Maria José Fern.	Pires 1924	C/ no Porto.
897. Olívia	1925	Faleceu menina.
898. José António	1927	C/c M.ª de Lourdes Martins
		Rodrigues.
899. Gracinda Dolores	1930	C/c Paulo Ribeiro Maciel, de
		Tregosa.
900. António	1932	_

FELICIDADE ALVES FERNANDES, n.º 570, casou com MANUEL DA COSTA RAMOS. Tiveram:

901. António	1934 C/c Maria Alice Silva, de Fra-
2 202 (2012)	goso.
902. Delfim	1936 Casou em Barroselas.
903. Maria Emília	1939 Casou em Quintiães?
904. António Maria	1940 C/c Maria Augusta, n.º 998.
905. Domingos	1943 Casou em Poiares.
906. Maria Lúcia	1945 Casou c/ pessoa de Poiares, em
	Durrães.
907. José	1948 C/c Clotilde, filha do n.º 806.

JOSÉ FERNANDES, n.º 571, casou com ANA EUSÉBIA PEREIRA, filha de Margarida Exposta. Tiveram, no Lugar dos Castelos:

908. António Pereira Fernandes	1918	C/c Ana Alves de Amorim, de
		Carvoeiro.
909. Casimira da Conceição	1922	C/c Eduardo Pereira Pires.
910. Manuel	1925	C/c Gracinda, n.º 794.
911. Maria	1935	Solteira, c/ uma filha.

MARIA DA LUZ FERNANDES, nu.º 572, casou com ABEL MARTINS NEIVA, filho de António Martins Neiva e de Joana Martins, de Fragoso. Tiveram:

912. Maria José	Fern.	Neiva	1921	C/c João, n.º 458.
913. Ermelinda			?	C/c Manuel Pereira Maciel, de
				Fragoso.

GRACINDA FERNANDES DA CUNHA, n.º 574, casou com JOSÉ DA COSTA MACIEL, n.º 633. Tiveram:

914. António	1931	C/c Maria M. Novais, n.º 544.
915. Manuel	1932	C/c Ana Vieira Faria, de Carvoeiro.
916. Maria de Lourdes	1933	Casou em Cossourado.
917. David	1936	Casou em Torres Vedras.
918. Daniel	1938	Casou na Argentina.
919. Maria da Piedade	1940	C/c Manuel da Cunha Maciel, de Carvoeiro.
920. Domingos	1941	C/c Maria da Conceição da Cunha Maciel, de Carvoeiro.
921. Augusto	-943	Faleceu solteiro em França, em 1968.
922. Torcato	1945	Casou em Torres Vedras.
923. Maria Madalena	1947	Casou em Balugães.
924. Luísa da Conceição	1949	_
925. Horácio	1951	C/c Maria de La Salette, filha dos n.ºs 641 e 709, n.º 1011.
925-A José Maria	?	C/c Idalina, filha dos n.ºs 912 e 458.

MARIA DA CONCEIÇÃO MEIRA PEIXOTO, n.º 580, casou com DOMINGOS GONÇALVES MACHADO, n.º 596. Tiveram, no Lugar do Souto:

926. Maria José		Casou no Porto.
927. António	1935	Casou em Aguiar.
928. Ermelinda Victória	1937	C/c Manuel Miranda, de Dur- rães.
929. Arsénio	1939	Casou em Tregosa.
930. Maria Amélia	1941	Solteira.
931. Luís Gonzaga	1946	Casou em Aguiar.
932. António Joaquim	1950	Casou em Fragoso.

MANUEL ANTONIO PEIXOTO DE MIRANDA, n.º 583, casou com JOAQUINA RODRIGUES TEIXEIRA DA MOTA, filha de João Moreira da Mota e de Ana Rodrigues Teixeira, de Carvoeiro. Tiveram, no Lugar do Souto:

933. João	1947	Casou em França.
934. Luísa Maria	1949	Faleceu menina.
935. Luís António	1950	
936. Domingos Mário	1951	-
936-A. José		
936-B. Conceição		
936-C. Luísa		_
936-D. Manuel		_

JOSÉ AFONSO LEITE, n.º 589, casou com TERESA DA COSTA MACIEL, n.º 632. Tiveram:

937. Albertina Maciel Leite	1929	C/c João Marques, n.º	722.
938. Aurélio		Casou em Tregosa.	
939. Domingos	1934	_	

AMÉLIA DO CARMO FIGUEIRAS LEITE, n.º 592, casou com GA-BRIEL MEIRA LOPES MONTEIRO, filho de José Lopes Monteiro e de Clara Vicente Meira, de Aguiar. Tiveram:

940. Américo Leite Monteiro	1929	C/c Rosa A. dos Reis, n.º 834.
941. Jeremias		Casou em Barcelos.
942. Joaquim	1934	Casou em Carvoeiro.
943. António	1937	Casou em Braga.
944. Maria Branca	1939	Casou em Durrães.
945. Maria Belmira	1942	Casou em Durrães.
946. Francisca Deolinda	1945	Faleceu menina.
947. Anselmo Benjamim	1949	_
947-A. José Maria	?	Em França.

URBANA FIGUEIRAS LEITE, n.º 593, casou com LOURENÇO LOPES DE FARIA, n.º 671. Tiveram:

948. Manuel	1936	_
949. João	1938	_
950. Dinis	?	Faleceu menino.
951. Luís	?	Faleceu menino.
952. Teresa de Jesus	?	Faleceu menina.
953. José	1947	_
954. Joaquim	1950	
954-A. Joaquina	?	C/ em Carvoeiro.

FLORIANO AFONSO LEITE, n.º 594, casou com ANA TEIXEIRA DA MOTA, filha de João Moreira da Mota e de Ana Rodrigues Teixeira, de Carvoeiro. Tiveram, no Lugar de Carvalhinhos:

955. M.ª Irene Mota Leite	1940	C/c Manuel de Castro Gonçalves, filho do n.º 844, n.º 1102.		
956. Joaquina Felisbina	1942	C/c Fernando Melo, de Aguiar.		
957. Licínio	1943	Faleceu menino.		
958. Maria Alice	1944	Faleceu menina.		
959. Atílio	1946	Casou nas Neves, Barroselas.		
960. Ilda	1947	- 101		
961. Maria Alice	1949	C/c António A. Gonçalves, n.º 1042.		
962. Maria Genoveva	1950	Casou em Aguiar.		

MARIA DOS PRAZERES GONÇALVES CUNHA, ou DA CUNHA MACHADO, n.º 600, casou com DOMINGOS RODRIGUES MARTINS, filho de António Martins e de Ana Rodrigues Freire, de Navió. Tiveram, no Lugar de Carvalhinhos:

963. Ana de Jesus	1944	C/c Domingos, n.º 773.
964. Maria da Conceição	1947	Casou em Angola, com pessoa de Quintiães. Actualmente, na Silva.
965. Maria Armanda	1949	Casou em Fragoso.
966. Maria Amélia	1951	C/c Augusto, filho do n.º 799.
966-A. Manuel Maria	?	Casou fora.
966-B. Maria Goretti	?	C/ em Durrães.
966-C. Gracinda	?	_

MANUEL DA CONCEIÇÃO PEIXOTO, n.º 605, casou com ESTER DA SILVA PEREIRA PINTO, filha de Manuel da Silva Pinto e de Júlia da Silva Pereira, de Carvoeiro. Tiveram em Durrães, antes de irem morar para Lisboa:

967. Rogério	1930 Foi para Li	sboa.
968. Manuel Antero	1931 Foi para Li	sboa.
969. Valdemar	1934 Foi para Li	sboa.
970. Benjamim	1936 Foi para Li	sboa.
971. Delfim	1938 Foi para Li	sboa.

JOSÉ DA CONCEIÇÃO PEIXOTO, n.º 610, casou com TERESA LOPES FIGUEIRAS, filha de Manuel Francisco e de Maria Joaquina Lopes Figueiras. Tiveram, no Lugar da Cruz:

972. Augusto 1940 C/c M.ª Albertina, n.º 772.

GLÓRIA DA CONCEIÇÃO PEIXOTO, n.º 612, casou com ALBINO RODRIGUES MACHADO, filho de Agostinho Gonçalves Machado e de Maria Rodrigues. Tiveram:

973. Rosalina de Jesus	1941 C/c Augusto, n.º 889.
974. Maria Alice	1943 C/c Armando, n.º 751.

MARIA VENTURA DE CASTRO PEIXOTO, n.º 616, casou com ARMINDO ALVES DE FARIA, de Rio Tinto, Gondomar. Tiveram:

975. Manuel Alves de Faria	1925	C/c Felicidade, n.º 796.
976. Manuel Antero	1928	Casou em Carvoeiro.
977. José	1930	_
978. António	1932	Faleceu solteiro.
979. Mário	1934	Casou em Carvoeiro.
980. Emília	1941	Casou no Canadá.

JOAQUINA DA COSTA MACIEL, n.º 662, no estado de solteira, teve:

981. Esperança da C. Maciel 1915 C/c José da R. Costa, n.º 640.

MARIA DA COSTA CRUZ, n.º 628, casou com ANTÓNIO LUÍS FER-NANDES, viúvo, filho de Manuel Luís Fernandes e de Maria Fernandes Sousa. Tiveram:

982 Manuel	1926	C/c Conceição, n.º 602. Foram para a Venezuela.
983. Rosa da Graça	1928	Enviuvou no Porto, c/ filhos.
984. António	1930	_
985. Celeste Rosa	1932	Casou no Porto.
986. Paulina	1933	C/c António Carvalho de Castro, de Quintiães.
987. Ana de Jesus	1936	Faleceu menina.

ROSA AMÉLIA DA COSTA MACIEL, n.º 629, casou com MANUEL RODRIGUES GONÇALVES PEREIRA, filho de António Rodrigues Gonçalves Pereira e de Rosa Fernandes. Tiveram, no Lugar da Lage:

988. Luísa	1927 C/c Manuel Sião, em Tregosa.
989. José Maria	1929 Solteiro.
990. António	1932 C/c Glória, n.º 1064.
991. Francisco	1936 C/c Lourdes Pires, em Tregosa.
992. Diamantino	1940 Foi para uma Ordem Religiosa

MARIA DA COSTA MACIEL, n.º 636, no estado de solteira, teve:

993.	Manuel	1929	Casou	no	Porto.	Foi	para	0
			Bras	sil.				
994.	Victória Leonor	1945	Falece	u jo	vem.			

VICTORIA DA COSTA MACIEL, n.º 639, casou com LUÍS DE CASTRO PINHEIRO, n.º 654. Tiveram, no Lugar das Lages:

995. Maria Alice Maciel de Cas- tro Pinheiro	1939	C/c Marino A. Gonçalves, n.º 1039.
996. Maria Paulina	1941	C/ em Fragoso.
997. Maria Helena	1943	C/c Luís, n.º 1067.
998. Maria Augusta	1945	C/c António Maria, n.º 904.
999. Maria dos Anjos	1947	C/c Manuel, n.º 882.
1000. António Luís	1948	C/ em Durrães.

JOSÉ DA ROCHA COSTA, n.º 640, casou com ESPERANÇA DA COSTA MACIEL, n.º 981. Tiveram, no Lugar de Souto de Vilar: 1001. António 1940 Casou em Carapeços. 1002. Francisco 1943 1003. Maria do Sameiro 1944 Casou com Fernando, n.º 669. 1104. Ana Lucília 1945 Casou fora. 1005. Manuel 1948 C/c Maria da Conceição Castro Gonçalves, filha do n.º 844. 1006. Maria dos Anjos 1949 C/c Domingos Carvalho, de Durrães. 1007. João Hilário C/c Natalina, n.º 1018-B. 1951 1007-A. Luciano C/ em Fragoso. ? FRANCISCO DA ROCHA COSTA, n.º 641, casou com MARIA ROSA MACIEL GRILO, n.º 709. Tiveram, no Lugar do Rio: 1008. Maria do Céu 1949 C/c António Sá Neiva, de Fragoso. 1009. António 1950 Faleceu menino. 1010. Domingos Fernando 1951 Casou fora. 1011. Maria de la Salette C/c Horácio, n.º 925. ? ANA DE JESUS DE CASTRO PINHEIRO, n.º 658, casou com JUS-TINO OLIVEIRA DA COSTA MACIEL, n.º 874. Tiveram, no Lugar do Apeadeiro: 1012. José Maria Pinheiro Maciel 1947 C/em Vila do Conde. 1013. Manuel Justino 1948 C/em Lisboa. 1014. Saúl Julião 1950 C/ no Porto. 1015. Maria do Céu 1951 C/ no Porto. 1016. Maria da Conceição 1953 C/ em Moledo do Minho. 1017. Maria Justiniana 1954 C/ em Barcelos. 1017-A. Tarcísio Daniel 1958 1017-B. Maria Ermelinda 1960 1017-C. Maria da Assunção 1964 JOAQUIM DE CASTRO FARIA, n.º 670, casou com MARIANA DA COSTA MACIEL, n.º 711. Tiveram, no Lugar do Rio: 1018. Francisco Xavier 1950 1018-A. Maria Adélia 1951 1018-B. Natalina ... JOSÉ DE CASTRO PINHEIRO, n.º 655, casou com MARIA ACÁCIA LEITE DE CASTRO, de Cinfães. Tiveram, na Cidade da Beira, em Moçambique: 1019. Paulo José 1954

1955

1019-A. Pedro Amaro

JULIÃO DE CASTRO PINHEIRO, n.º 657, casou com Maria José, de Lisboa. Tiveram:

1019-B. Américo 1951 C/ em Moçambique. 1019-C. Carlos Augusto 1953 —

JOÃO DA COSTA PINHEIRO, n.º 662, casou com SÍLVIA PERES. Tiveram em Mocuba, Moçambique:

1019-D. Anabela	1960	
1019-E. Paula	?	"materials
1019-F. João Miguel	?	_
1019-G. Luís Pedro	?	_

AUGUSTO DE CASTRO PINHEIRO, nu.º 663, casou com ANA LUÍSA BAPTISTA DA COSTA MACIEL, n.º 713. Tiveram em Durrães (1.º filho) e em Mocuba, Moçambique:

1019-H. Carlos Augusto	?	C/ em Águeda.
1019-I. José Maria	?	_
1019-J. Fernando	?	_
1019-K. Maria do Céu	?	_
1019-L. Luís	?	_
1019-M. Ana Maria	?	

JOAQUIM JOSÉ DE FARIA, n.º 674, casou com MARIA ELISA PEIXOTO DE SA NEIVA, de Carvoeiro, filha de Melquisedeque Sá Neiva, de Fragoso, e de Maria Ferreira Peixoto, de Carvoeiro, descendente do n.º 233, que foi para Aguiar. Tiveram:

1020. Maria Helena 1951 —

JOÃO MACIEL GRILO, n.º 706, casou com JOANA LOPES FIGUEI-RAS, n.º 811. Tiveram:

1021. Maria Elisa	1945 C/ na Venezuela.	
1022. Domingos	1947 C/ em Carvoeiro.	
1023. Maria Eugénia	1950 C/ em França.	

MARIA DOS ANJOS MACIEL GRILO, n.º 708, no estado de solteira, teve:

1024. Maria da Graça 1950 C/ em Aguiar. 1024-A. Júlia ?

MARIA GRACINDA FARIA MARQUES MACIEL, n.º 723, casou com ANTONIO AZEVEDO REIS, n.º 1089. Tiveram:

1025. Justino ? C/c Maria Ester, n.º 1140.

JOÃO GONÇALVES DA SILVA, n.º 785, casou com BERNARDINA ARAÚJO BAPTISTA, filha de José Baptista e de Josefa Alves de Araújo. Tiveram:

1026. António Joaquim	1926	C/ em Vila de Punhe. Falecido.
1027. Maria dos Anjos	1931	Solteira.
1028. José	1933	Casado. Actualmente em Dur- rães.
1029. Cândida	1935	_
1030. Esperança de Jesus	1937	
1031. Maria de Lourdes	1939	
1032. Manuel	1943	-
1033. Maria Bernardette	1946	
1034. Joaquim	1948	C/ em Durrães.

MARIA ALVES DA SILVA, n.º 786, casou com ANTÓNIO PEREIRA LEITE, filho de Manuel Martins Pereira Leite e de Rosa Gomes Maciel, de Tregosa. Tiveram, no Lugar da Fonte de Egra:

1035. Bernardina Elisa

1945 C/ em Durrães.

MARCELINA ALVES DA SILVA, n.º 787, solteira, teve:

1036. Aurora	1932 Falece	eu menina.
1037. Manuel	1944 C/ em	Lisboa.
1037-A. José	?	-

JOSÉ GONÇALVES, n.º 789, casou com CONCEIÇÃO DOS PRAZERES MARTINS DE AZEVEDO, n.º 819. Tiveram, no Lugar dos Castelos:

Solteiro.
C/c Maria Alice, n.º 995.
C/ na Venezuela.
Faleceu solteiro.
C/c Maria Alice, n.º 961.
C/c António Diamantino, n.º 695.
C/ em Tregosa.
C/ em Durrães.

GRACINDA DA SILVA RAMALHO, n.º 794, casou com MANUEL PEREIRA FERNANDES, n.º 910. Tiveram em Durrães, antes de irem morar para Vila de Punhe:

1046.	António	1947	Foi para Vila de Punhe.
1047.	Maria da Conceição	1949	Foi para Vila de Punhe.

FELICIDADE DA SILVA FERNANDES, n.º 796, casou com MANUEL ALVES DE FARIA, n.º 975. Tiveram:

1048. Maria de Jesus	1945	Faleceu menina.
1049. Maria Alcinda	1947	C/ em Tregosa.
1050. Maria de Lourdes	1948	Faleceu menina.
1051. Armindo	1950	C/ em Balugães.
1052. Maria Manuela	1951	C/ em Tregosa.
1052-A. Aurélio	?	_
1052-B. Rosa Maria	?	
1052-C. Antero	?	1 <u></u>
1052-D. Emília	?	_
1052-E. Mário	?	_

ENGRACIA DA SILVA FERNANDES, n.º 799, casou com JOSÉ CARVALHO DE CASTRO, de Quintiães. Tiveram:

1053. Maria Carolina	1951	C/c filho do n.º 806.
1053-A. Augusto	?	C/c Amélia, n.º 966.
1053-B. Rosa	?	Casou fora.
1053-C. Irene	?	-

MARIA DA CONCEIÇÃO LOPES FIGUEIRAS, n.º 810, no estado de solteira, teve:

1054. Horácio 1946 C/c Cidália de Jesus, n.º 800.

MARIA DA CONCEIÇÃO LOPES FIGUEIRAS, n.º 810, casou com DOMINGOS DA ROCHA COSTA, n.º 643. Tiveram:

1054-A. João Cândido	?	C/ em Durrães.
1054-B. Paulina	?	_
1054-C. Maria Alice	?	

ANTÓNIO MARTINS SOBREIRO, casou com EMÍLIA BAPTISTA DE ARAÚJO. Tiveram, no Lugar dos Castelos:

1055. Aurélio	1927	Faleceu solteiro.
1056. Arminda de Jesus	1929	Faleceu solteira.
1057. Maria	1932	C/ em Balugães.
1058. Maria de Lourdes	1933	Faleceu menina.
1059. Maria da Conceição	1935	_
1060. Maria Beatriz	1938	C/ em Quintiães.
1061. Maria de Lourdes	1940	C/ em Barroselas.
1062. Maria Isabel	1943	C/c um enteado do n.º 554.
1063. Francisco	1945	C/c Rosa Sá Neiva, de Fragoso.

AURÉLIO MARTINS SOBREIRO, n.º 817, casou com ROSALINA PEREIRA PINTO, de Carvoeiro. Tiveram:

1064. Glória	1932	C/c António, n.º 990.
1065. Maria de Fátima		C/c Delfim, n.º 746. Fal. em
		1967, na Venezuela.
1066. Maurício	1936	C/ em Balugães.
1067. Luís	1938	C/c Helena n.º 997.
1068. Maria Fernanda	1939	C/ em Balugães.
1069. Armando Alberto	1941	C/ em Vitorino das Donas.
1070. Gema	1943	Faleceu menina.
1071. Germano	1944	C/ em Durrães.
1079 Ann	1046	C/a Dominger n 0 747

1072. Ana 1946 C/c Domingos, n.º 747. 1073. Idalina Agostinha 1948 Faleceu menina.

1074. Idalina de Jesus 1950 C/c pessoa de Grimancelos.

1074-A. Agostinho ? Casou fora. 1074-B. Júlia ? Casou fora. 1074-C. Luísa ? Casou fora.

JOÃO MARTINS SOBREIRO, n.º 818, casou com MARIA FERNAN-DES DE OLIVEIRA, de Balugães. Tiveram, no Lugar dos Castelos:

1075. Marcolino	1938	C/ em Barroselas.
1076. Romualdo	1940	C/ em França.
1077. Manuel António	1942	- mad
1978. Clementina da Conceição	1945	C/c pessoa de Paredes de Coura.

VICENTE MARTINS SOBREIRO, n.º 820, casou com JÚLIA LUÍSA FERNANDES, filha de Manuel Luís Fernandes e de Maria Fernandes de Sousa. Tiveram, no Lugar dos Castelos:

1079. Maria da Glória

1935 C/c pessoa de Aguiar. Foram p/ França.

1080. Maria Leonor

1937 C/ no Porto.

AURORA DE JESUS MARTINS DE AZEVEDO, n.º 822, casou com ZULMIRO DE LIMA PIRES, filho de Joaquim de Lima Pires e de Tomásia de Lima, de Viana. Tiveram em Durrães, antes de irem morar para Viana:

1081. Rosalina 1946 C/ em Viana.

AVELINO MARTINS SOBREIRO, n.º 823, casou com ROSA MON-TEIRO DA COSTA, filho de Joaquim Bento da Costa, de Carvoeiro, e de Ana Lopes Monteiro, n.º 495. Tiveram:

DEOLINDA DE JESUS AZEVEDO SOBREIRO, n.º 826, casou com ANTÓNIO PEREIRA MORENSE, de Balugães. Tiveram:

1084. Aida de Jesus 1949 —

LEONARDA LOPES DE AZEVEDO, n.º 831, casou com DOMINGOS ANTÓNIO DOS REIS, filho de João António dos Reis e de Antónia Alves. Tiveram, no Lugar do Rio:

1085.	M.ª da Conceição	1920	C/c Manuel L. de Faria, n.º 672.
1086.	Rosa Margarida	1923	C/c José Francisco Rodrigues Miranda, de Carvoeiro.
1087.	João	1924	C/c Maria C. Castro, n.º 682.
1088.	Ana da Graça	1927	C/c Manuel da Costa Meira, de Barroselas.
1089.	António	1928	C/c Maria Gracinda, n.º 723.
1090.	Manuel	1932	C/ em Aguiar.

ROSA DA COSTA, n.º 838, casou com JOSÉ RODRIGUES, filho de Domingos Rodrigues e de Maria Rosa Vicente. Tiveram em Durrães, antes de se ausentarem para a Argentina:

1091. Teresa de Jesus

1938 Foi para a Argentina.

MANUEL AZEVEDO DA COSTA, n.º 839, casou com JOAQUINA RODRIGUES DA CUNHA, filha de José Rodrigues Cunha e de Maria da Cunha Freire, de Carvoeiro. Tiveram, no Lugar dos Cincos:

1092. Preciosa	?	C/ em Durrães.	
1093. Rosa	1943	C/ em S. Pedro, Barcelos.	
1094. Maria Sara	1945	C/ em Balugães. Foram para	
		França.	
1095. Manuel	1947	C/ em Barroselas.	
1096. Domingos	1950	C/ nas Neves, Barroselas.	
1097. Ambrosina	1951	Faleceu menina.	
1098. Maria Amélia	1951	Casou fora.	
1098-A. António	?	Casou fora, nas Neves.	

MARIA MARGARIDA AZEVEDO, n.º 842, casou com FRANCISCO ANTÓNIO BAPTISTA DE ABREU, de Balugães. Tiveram, no Lugar da Ribeira:

1099. Maria Manuela	194 8	40000
1100. Joaquim	1949	Faleceu menino.
1101. Maria Irene	1950	Faleceu menina.

ANTÓNIO AZEVEDO GONÇALVES, n.º 844, casou com ANA LIMA DE CASTRO, filha de Manuel de Barros Lima, das Boticas, Barroselas, e de Maria dos Anjos Peixoto, n.º 426. Tiveram:

1102. Manuel	1945 C/c Ir	ene, n.º 955.
1103. Torcato	1948	_
1104. Maria Sílvia	1950	_

MARGARIDA DA COSTA AZEVEDO, n.º 851, casou com ANTÓNIO LUÍS ALVES, filho de Manuel Luís Alves e de Rosa Gonçalves, de Mujães. Tiveram, no Lugar da Riboeira:

1105. 1	Maria Luísa	1934	C/ na Areosa, Viana.
1106.	Artur	1936	C/ na Areosa.
1107.	Francisco	1938	_
1108.	Rosa	1940	C/ na Areosa.
1109.	Domingos	1942	Faleceu menino.
1110. I	Maria Filomena	1944	Faleceu menina.
1111.	Maria Filomena	1946	-
1112.	António	1948	
1113.	Maria de Fátima	1950	

CÀNDIDA NEIVA DE OLIVEIRA MACIEL, n.º 865, casou com JOAQUIM DIAS DA CRUZ, de Fragoso. Tiveram, em Aldreu:

1114. José Cândido	1921	C/c Maria Ferreira da Silva, de Moure.
1115. Maria Esperança	1923	C/c Cândido Baptista de Carva- lho, de Fragoso.
1116. Rosa Cândida	1924	Faleceu solteira.
1117. Daniel	1926	C/c Ludovina do Carmo Pereira, de Torres Vedras.
1118. Mário	1928	C/c Maria Alexandra Lança, de Ervidel, Aljustrel.

DANIEL NEIVA DE OLIVEIRA MACIEL, n.º 867, casou com MARTA DA SILVA E SOUSA. Tiveram, em Vila Praia de Âncora:

1119.	Maria Filomena	1943	C/	em	França.
1120.	Daniel António	1946	C/	em	Lisboa.

JOSÉ MARIA NEIVA MACIEL, n.º 868, casou com MARIA IRENE CLÍMACO DE OLIVEIRA. Tiveram em Torres Vedras:

1121. Maria Teresa 1934 C/ em Barcelos.

ANTÓNIO NEIVA MACIEL, n.º 870, casou com BRANCA BORGES LOURENÇO. Tiveram, em Lisboa:

1122. Maria Emília	1937 C	/ no Estoril.
1123. António	1952	

CÂNDIDO NEIVA DE OLIVEIRA MACIEL, n.º 873, casou com GUILHERMINA AUGUSTA MIRANDA DA SILVA. Tiveram, em Barcelos:

1124. Cândido	1941 C/ no Porto.
1125. Maria do Céu	1943 C/ em Braga.

JOÃO CÂNDIDO GONÇALVES FIGUEIRAS, n.º 895, casou com ANGELINA RODRIGUES MOTA, de Carvoeiro. Tiveram:

1126. Maria de Fátima	1941	C/ em Carvoeiro. P/ França.
1127. Rosa Almerinda	1943	C/ em França.
1128. Francisco Amaro	1945	Faleceu menino.
1129. Francisco	1947	C/c Rosa Dulce, n.º 784.
1130. Rosália Manuela	1949	C/ em Carvoeiro. P/ França.
1131. Maria Albertina	1950	
1131-A. Ana	?	C/ em França.
1131-B. Teresa de Jesus	?	1 (0.51) 19 (0.51) 15
1131-C. Glória	?	C/c Francisco, n.º 1018.

JOSÉ ANTÓNIO FERNANDES PIRES, n.º 698, casou com MARIA AMBROSINA MARTINS RODRIGUES, de Fragoso. Tiveram:

1132. Maria Arlete

1951 Viúva c/ filhos.

ANTONIO PEREIRA FERNANDES, n.º 908, casou com ANA ALVES DE AMORIM, de Carvoeiro. Tiveram:

1133. Manuel

?

CASIMIRA DA CONCEIÇÃO PEREIRA FERNANDES, n.º 909, casou com EDUARDO PEREIRA PIRES. Tiveram:

1134. Ana de Jesus	1943	
1135. António Felisberto	1945	
	2020	
1136. Manuel	1947	
1137. Afonso	1949	
1138. Eduardo	1951	

MARIA JOSÉ FERNANDES NEIVA, n.º 912, solteira, teve:

1139. Domingos Arménio 1940 C/ em Durrães.

MARIA JOSÉ FERNANDES NEIVA, n.º 912, casou com JOSÉ FERNANDES DIAS, n.º 458. Tiveram, no Lugar do Fojo:

1140.	Maria Ester	1949	C/c Justino,	n.º 1025.
1141.	José	1951		

ERMELINDA FERNANDES NEIVA, n.º 913, casou com MANUEL PEREIRA MACIEL, filho de José Pereira Dantas e de Antónia da Rocha Maciel, de Tregosa. Tiveram:

1142. José	1947	C/c Madalena, n.º 1083.
1143. Maria do Céu	1949	
1144. Domingos	1951	

APÊNDICE II

ROL DA ÁGUA DE ARÊFE (79)

Nota introdutória:

Para efeito de rega, o domingo começa ao pôr do sol de sábado, o mesmo sucedendo nos outros dias de semana.

A água começa a girar, ou entra em giro, na véspera do dia 20 de Abril, ao pôr do sol e termina no dia 6 de Setembro, igualmente ao pôr do sol. A água de Arêfe tem a preferência na passagem pelos regos. Se qualquer outra água se lhe juntar, seguirá juntamente com ela.

DOMINGOS

Semanas	Noite	Manhã	Tarde
1.ª e 11.ª	Passal	Quinta	Quinta
2.ª e 12.ª	Quinta	Joaquim Castro	Quinta
3.a e 13.a	Quinta	Quinta	Felicidade
4.ª e 14.ª	Passal	Quinta	Quinta
5.a e 15.a	Quinta	Joaquim Castro	Quinta
6.a e 16.a	Quinta	Quinta	Felicidade
7.ª e 17.ª	Passal	Quinta	Quinta
8.a e 18.a	Quinta	Joaquim Castro	Quinta
9.ª e 19.ª	Quinta	Quinta	Felicidade
10.ª e 20.ª	Passal	Quinta	Quinta

NB. — As terras de Felicidade e Joaquim Castro foram outrora do Passal. Como referimos já, a Quinta era conhecida por Quinta da Igreja, indício de que esteve outrora ligada ao benefício da Igreja Paroquial.

⁽⁷⁹⁾ De acordo com o original fixado em 1936, a partir da memória histórico-económica da população, pelo Prof. José Maria Neiva Maciel e Joaquim Neiva Maciel.

É necessário ter em conta que actualmente já há mais algumas divisões no aproveitamento das águas de Arêfe, em virtude das heranças ou compras que desde então se efectuaram.

SEGUNDAS-FEIRAS (Anos Pares)

Semanas	Noite	Dia Solar
1.ª e 11.ª	Angelina — 1/4 Castro — 3/4	Francisco Costa Francisco Costa
2.ª e 12.ª	António do Campo	Castro — 1/3 — Passos — 1/3 Passos — 1/3
3.ª e 13.ª	Morgado Silva — 1/8 — David 1/8 Jacinta — 1/4	Francisco Costa Francisco Costa
4.ª e 14.ª	António do Campo	Castro — 1/3 Passos — 1/3 — Passos 1/3
5.ª e 15.ª	Passos Castro	Francisco Costa Francisco Costa
6.ª e 16.ª António do Campo		Silva — 1/8 — David — 1/8 Jacinta — 2/8 — Morgado — 4/8
7.ª e 17.ª	Passos e Angelina Castro	Francisco Costa Francisco Costa
8.ª e 18.ª	António do Campo	Maciel — 1/3 — Castro — 1/3 Passos — 1/3
9.ª e 19.ª	Morgado Silva — 1/8 — David 1/8 Jacinta — 1/4	Francisco Costa Francisco Costa
10.ª e 20.ª	António do Campo	Maciel — 1/3 — Castro — 1/3 Passos — 1/3

NB. — Estarão bem os terços e os oitavos? Dizia Joaquim José de Faria que andava alguém a regar água de 2.ª feira e que lhe não pertencia. Dizia o mesmo que ninguém podia tirar a água desta carreira.

SEGUNDAS-FEIRAS (Anos Ímpares)

Semanas	Noite	Dia Solar
1.ª e 11.ª	Francisco Costa	Angelina — 1/3 — Castro — 1/3 Maciel — 1/3
2.ª e 12.ª	Passos e Castro	António do Campo António do Campo
3.ª e 13.ª	Francisco Costa	Silva — 1/8 David — 1/8 — Morgado — 4/8 Jacinta — 1/4
4.ª e 14.ª	Passos e Castro	António do Campo António do Campo
5.ª e 15.ª	Francisco Costa	Castro — 1/3 — Passos — 1/3 Maciel — 1/3
6.a e 16.a Morgado Sílva — 1/8 David — 1/8 Jacinta — 2/8		António do Campo António do Campo
7.ª e 17.ª	Francisco Costa	Castro — 1/3 — Passos — 1/3 Angelina — 1/3
8.a e 18.a	Passos e Castro	António do Campo António do Campo
9.ª e 19.ª	Francisco Costa	Silva — 1/8 David — 1/8 — Morgado — 4/8 Jacinta — 2/8
10.ª e 20.ª	Passos e Castro	António do Campo António do Campo

NB. — Os possuidores de terços combinam qual o terço que lhes convém: ou o primeiro, ou o segundo, ou o terceiro.

TERÇAS-FEIRAS (Anos Pares)

Semanas	No	ite	Manhã	Tar	de
1.ª e 11.ª	Silva Peixota	Azevedos	Silvério	Santos Caseira	
2.ª e 12.ª	Augusto Castro	Púcaro Vilar Quintas Caseiro	António Castro	Marinha António	
3.ª e 13.ª	Azevedos	Silva Peixota	Pe. Quintas	Santos	Púcaro Vilar Quintas Caseiro
4.ª e 14.ª	Augusto Castro	Púcaro Vilar Quintas Caseiro	António Castro	Marinhas Fassos	
5.ª e 15.ª	Silva Peixota	Azevedos	Silvério	Santos Caseira	
6.ª e 16.ª	Augusto Castro	Púcaro Vilar Quintas Caseiro	António Castro	Marinhas	
7.ª e 17.ª	Azevedos	Silva Peixota	Pe. Quintas	Santos	Púcaro Vilar Quintas Caseiro
8.ª e 18.ª	Augusto Castro	Púcaro Vilar Quintas Caseiro	António Castro	Marinhas	
9.ª e 19.ª	Silva Peixota	Azevedos	Silvério	Santos Caseira	
0.ª e 20.ª	Augusto Castro	Púcaro Vilar Quintas Caseiro	António Castro	Marinhas	

TERÇAS-FEIRAS (Anos impares)

Semanas	Noite		Manhã		Tarde
1.ª e 11.ª	Augusto Castro	Púcaro Vilar Quintas Caseiro	Pe. Quintas	Santes	Púcaro Vilar Quintas Caseiro
2.ª e 12.ª	Azevedos	Silva Peixota	António Castro	Marinha António	
3.ª e 13.ª	Augusto Castro	Púcaro Vilar Quintas Caseiro	Silvério	Santos Caseira	
4.ª e 14.ª	Silva Peixota	Azevedos	António Castro	Marinha António	
5.ª e 15.ª	Augusto Castro	Púcaro Vilar Quintas Caseiro	Pe. Quintas	Santos	Púcaro Vilar Quintas Caseiro
6.ª e 16.ª	Azevedos	Silva Peixota	António Castro	Marinh	as
7.ª e 17.ª	Augusto Castro	Púcaro Vilar Quintas Caseiro	Silvério	Santos Caseira	
8.ª e 18.ª	Siva Peixota	Azevedos	António Castro	Marinh	as
9.ª e 19.ª	Augusto Castro	Púcaro Vilar Quintas Caseiro	Pe. Quintas	Santos	Púcaro Vilar Quintas Caseiro
10.ª e 20.ª	Azevedos	Silva Peixota	António Castro	Marinh	as

QUARTAS-FEIRAS

Semanas	Noite	Manhã	Tarde
1.ª e 11.ª	Quinta	Augusto Castro	António Campo Manuel Marques
2.ª e 12.ª	Maciel	António Campo	Marinhas-Menina Bicho-Sobreira
3.ª e 13.ª	Manuel Jacinta	Augusto Castro	António Campo Manuel Marques
4.ª e 14.ª	Maciel	António Campo	Bicho-Sobreiro Marinhas-Menina
5.ª e 15.ª	Maciel	Augusto Castro	António Campo Manuel Marques
6.ª e 16.ª	Manuel Marques	António do Campo	Marinhas-Menina Bicho-Sobreira
7.ª e 17.ª	Morgado *	Augusto Castro	António do Campo Manuel Marques
8.ª e 18.ª	Manuel Marques	António Campo	Bicho-Sobreira Marinhas-Menina
9.ª e 19.ª	Quinta	Augusto Castro	António do Campo Manuel Marques
10.ª e 20.ª	Manuel Marques	António do Campo	Marinhas-Menina Bicho-Sobreira

^{*} Nos anos ímpares, o Morgado rega nos 1.º, 9.º, 11.º e 19.º giros e a Quinta nos 7.º e 17.º giros.

A água das quartas-feiras não é «de cabeça», isto é, vem somente das duas poças de baixo, em Arêfe. Chamam-lhe também «água morta», ou «de Chaves».

QUINTAS-FEIRAS

Semanas	Noite	Manhã		Tarde
1.ª e 11.ª	João Marques	Morgado David — Jacinta	António Ja- cinto	Castro
2.ª e 12.ª	Manuel Marques	Silvério		Urbana Peixota Malta
3.ª e 13.ª	João Marques	Morgado David — Jacinta	António Ja- cinto	Castro
4.ª e 14.ª	Manuel Marques	Silvério		Urbana Peixota Malta
5.ª e 15.ª	João Marques	Morgado David — Jacinta	António Ja- cinto	Castro
6.ª e 16.ª	Manuel Marques	Silvério		Urbana Peixota Malta
7.ª e 17.ª	João Marques	Morgado David — Jacinta	António Ja- cinto	Castro
8.ª e 18.ª	Manuel Marques	Silvério		Urbana Peixota Malta
9.ª e 19.ª	João Marques	Morgado David — Jacinta	António Ja- cinto	Castro
0.ª e 20.ª	Manuel Marques	Silvério	-1	Urbana Peixota Malta

Urbana Peixota dá um giro em cada ano a Teresa Caseira, sendo num ano o 1.º giro; noutro, o 2.º; noutro, o 3.º; noutro, o 4.º; noutro, o 5.º Depois volta ao primeiro.

Anos de 1936-1942... 1978-1984-1990-1996-2002-etc. (80)

Semana	No	oite	Ma	nhã	Tar	de
1.º e 11.ª A	Cruz Palhares	António Passos	António C	osta	Machado Beata	
2.ª e 12.ª B	Maciel Cruz	wison	Silvério		Augusto C	astro
3.ª e 13.ª	Machado Beata		Cruz Palhares Julião		António Co	osta
4.ª e 14.ª	Maciel	ne alican	Maciel — Mariana		Silvério	
5.ª e 15.ª	António Co	osta	Machado Beata		Cruz Palhares	António Passos
6.ª e 16.ª	Silvério		Augusto Castro		Cruz — Ma	ciel
7.ª e 17.ª	Cruz Palhares	Julião	António Costa		Machado Beata	
8.ª e 18.ª	Maciel — C	ruz	Maciel		Augusto Ca	astro
9.ª e 19.ª	Machado Beata		Cruz António António Cost Palhares Passos		osta	
10.ª e 20.ª	Augusto Ca	astro	Maciel — C	Cruz	Maciel	

A e B: Se este ano começou a regar o Grupo A, para o ano começa a regar o Grupo B e assim sucessivamente.

⁽⁸⁰⁾ A divisão das águas das Sextas-feiras repete-se de seis em seis anos. Referimos a contagem dos primeiros anos citados no Rol e fazemos já a contagem até ao fim do Século, para possibilitar a sua utilização actual.

Anos de 1937-1943 ...1979-1985-1991-1997-2003...

Semanas	No	itc	Manhã		Ta	ırde
1.ª e 11.ª	Silvério		Augusto C	astro	Maciel Cruz	
2,ª e 12.ª	António C	osta	Machado -	- Beata	Cruz Palhares	Julião
3.ª e 13.ª	Maciel — N	Mariana	Silvério		Augusto Ca	astro
4.ª e 14.ª	Cruz Palhares	António Passos	António Costa		Machado — Beata	
5.ª e 15.ª	Augusto C	astro	Maciel — Cruz		Silvério	
6.ª e 16.ª	Machado -	– Beata	Cruz Palhares Julião		António Co	osta
7.ª e 17.ª	Maciel		Augusto C	astro	Maciel — C	Cruz
8.ª e 18.ª	António C	osta	sta Machado — Beata		Cruz Palhares	António Passos
9.ª e 19.ª	Maciel		Maciel		Augusto Ca	astro
10 ª e 20.ª	Cruz Palhares	Julião	António Costa		Machado –	- Beata

NB. — Para se ver como se há-de começar a regar vai-se ver à 9.ª e à 10.ª sexta-feira do ano anterior.

Anos de 1938-1944... 1980-1986-1992-1998-2004...

Semanas	No	oite	Manhã		Tarde	
1.ª e 11.ª	Machado —	- Beata	Cruz Palhares	António Passos	António Co	osta
2.ª e 12.ª	Augusto Ca	stro	Maciel — C	Cruz	Silvério	
3.ª e 13.ª	António Co	sta	Machado — Beata		Cruz Palhares	Julião
4.ª e 14.ª	Silvério		Maciel		Maciel — Mariana	
5.ª e 15.ª	Cruz Palhares	António Passos	António Costa		Machado — Beata	
6.ª e 16.ª	Maciel — C	ruz	Silvério		Augusto Ca	astro
7.ª e 17.ª	Machado —	- Beata	Cruz Palhares	T-1:20		osta
8.ª e 18.ª	Augusto Ca	stro	Maciel — Cruz		Maciel	
9.ª e 19.ª	António Co	sta	Machado — Beata		Cruz Palhares	António Passos
10.ª e 20.ª	Maciel		Augusto Ca	astro	Maciel — C	Cruz

NB. — Nos anos pares, Augusto Castro dá o 2.º giro ao Maciel e nos ímpares pertence ao Cruz dar o último giro também ao Maciel.

Anos de 1939-1945... 1981-1987-1993-1999-2005...

Semanas	No	oite	Ma	anhã	Tarde	
1.ª e 11.ª	Maciel — C	ruz	Silvério		Augusto Castro	
2.ª e 12.ª	Cruz Palhares	Juião	António Costa		Machado –	- Beata
3.ª e 13.ª	Augusto Ca	astro	Maciel — N	Mariana (Silvério	7
4.ª e 14.ª	Machado -	- Beata	Cruz António Palhares Passos		António Costa	
5.ª e 15.ª	Silvério	4:	Augusto Castro		Maciel — C	Cruz
6.ª e 16.ª	António Co	osta	Machado — Beata		Cruz Palhares	Julião
7.ª e 17.ª	Maciel — C	Cruz	Maciel		Augusto Ca	astro
8.ª e 18.ª	Cruz Palhares	António Passos	António Costa		Machado -	- Beata
9.ª e 19.ª	Augusto C	astro	Maciel		Maciel	
10.ª e 20.ª	Machado -	- Beata	Cruz Palhares Julião		António C	osta

Anos de 1940-1946... 1982-1988-1994-2000-2006...

Semanas	N	oite	Mar	nhã	Tarde	
1.ª e 11.ª	António Co	osta	Machado -	– Beata	Cruz Palhares	Ant. Passos
2.ª e 12.ª	Silvério		Augusto C	astro	Maciel — (Cruz
3.ª e 13.ª	Cruz Palhares	Julião	António Costa		Machado — Beata	
4.ª e 14.ª	Maciel — N	/ariana	Silvério		Maciel	
5.ª e 15.ª	Machado -	- Beata	Cruz Palhares Ant. Passos		António Costa	
6.ª e 16.ª	Augusto Ca	astro	Maciel — Cruz		Silvério	
7.ª e 17.ª	António Co	osta	Machado — Beata		Cruz Palhares	Julião
8.ª e 18.ª	Maciel		Augusto Castro		Maciel — (Cruz
9.ª e 19.ª	Cruz Palhares	António Passos	António Costa		Machado -	– Beata
10.ª e 20.ª	Maciel — C	Cruz	Maciel		Augusto C	astro

Anos de 1941-1947... 1983-1989-1995-2001-2007...

Semanas	No	ite	Ma	nhã	Tarde	
1.ª e 11.ª	Augusto Ca	astro	Maciel — C	cruz	Silvério	
2.ª e 12.ª	Machado -	– Beata	Cruz Palhares	Julião	António Costa	
3,ª e 13.ª	Silvério		Augusto Ca	astro	Maciel — N	ariana (
4.ª e 14.ª	António Co	osta	Machado — Beata		Cruz Palhares	António Passos
5.ª e 15.ª	Maciel — C	Cruz	Silvério		Augusto Castro	
6.ª e 16.ª	Cruz Palhares	Julião	António Costa		Machado —	- Beata
7.ª e 17.ª	Augusto C	astro	Maciel — Cruz		Maciel	
8.ª e 18.ª	Machado -	– Beata	Cruz António Palhares Passos		António Co	osta
8.ª e 19.ª	Maciel		Augusto Castro		Maciel	
10." e 20.a	António C	osta	Machado — Beata		Cruz Palhares	Julião

SABADOS

(Anos Pares)

Semanas	Noite	Manhã	Tarde
1.ª e 11.ª	Maciel	Malta	Miranda
2.ª e 12.ª	Malta	Malta	Manuel Marques
3.ª e 13.ª	Maciel	Malta	Miranda
4.ª e 14.ª	Malta	Malta	Manuel Marques
5.a e 15.a	Maciel	Malta	Miranda
6.ª e 16.ª	Malta	Malta	Manuel Marques
7.ª e 17.ª	Maciel	Malta	Miranda
8.ª e 18.ª	Malta	Malta	Manuel Marques
9.ª e 19.ª	Maciel	Malta	Miranda
10.ª e 20.ª	Malta	Malta	Manuel Marques

NB. — A água pertencente ao Maciel é nas semanas em que não tem água nas Sextas-feiras.

(Anos Impares)

Semanas	Noite	Manhã	Tarde
1.ª e 11.ª	Malta	Malta	Miranda
2.ª e 12.ª	Malta	Maciel	Manuel Marques
3.ª e 13.ª	Malta	Malta	Miranda
4.ª e 14.ª	Malta	Maciel	Manuel Marques
5.ª e 15.ª	Malta	Malta	Miranda
6.ª e 16.ª	Malta	Maciel	Manuel Marques
7.º e 17.ª	Malta	Malta	Miranda
8.ª e 18.ª	Malta	Maciel	Manuel Marques
9.º e 19.º	Malta	Malta	Miranda
10.ª e 20.ª	Malta	Maciel	Manuel Marques

NB. — A água dos sábados não é de cabeça, ou seja, vem só das poças de baixo. Chamam-lhe também «água morta» ou «de Chaves» como a das quartas-feiras.

APÊNDICE III

ROL DA ÁGUA DA FONTE DA VILA

Desde o dia 29 de Junho (S. Pedro), até ao fim de Agosto. Para efeito de regas, os dias começam de véspera, ao pôr do sol.

MAG	CIEIS	AZEVEDOS	OUTROS		
29	30	1	Noites Bernardina	2	Dias Passos
3	4	5	Reis	6	Vicente
7	8	9	Bernardina	10	Passos
11	12	13	Rosa Castro	14	Vicente
15	16	17	Bernardina	18	Passos
19	20	21	Reis	22	Vicente
23	24	25	Bernardina	26	Passos
27	28	29	Rosa Castro	30	Vicente
31	1	2	Bernardina	3	Passos
4	5	6	Reis	7	Vicente
8	9	10	Bernardina	11	Passos
12	13	14	Rosa Castro	15	Vicente
16	17	18	Bernardina	19	Passos
20	21	22	Reis	23	Vicente
24	25	26	Bernardina	27	Passos
28	29	30	Rosa Castro	31	Vicente

APÉNDICE IV

ÁGUA DA FONTE DE EGRA OU DE AGRA

(Anos Impares)

SEMANAS DE SÃO JULIÃO (81)

	Noite	Manhã	Tarde
Domingo	Augusto Costa	Augusto	Augusto
Segunda	Augusto Costa	A. Campo	Cruz
Terça	Azevedo	Azevedo	Azevedo
Quarta	Azevedo	Azevedo	Azevedo
Quinta	Azevedo	A. Jacinto	A. Jacinto
Sexta	Quinta	A. Jacinto	A. Jacinto
Sábado	Quinta	Quinta	Quinta

SEMANAS DE PONTE (82)

	Noite	Manhã	Tarde
Domingo	Augusto Costa	Azevedo	Azevedo
Segunda	Azevedo	Azevedo	Azevedo
Terça	Azevedo	Azevedo	Azevedo
Quarta	Azevedo	Azevedo	Azevedo
Quinta	A. Jacinto	A. Campo	A. Campo
Sexta	Quinta	Quinta	Quinta
Sábado	Quinta	Quinta	Quinta

⁽⁸¹⁾ Semanas em que há feiras em S. Julião de Freixo, que é de quinze em quinze dias.

⁽⁸²⁾ Semanas em que há feira em Ponte de Lima, que é também de quinze em quinze dias, alternando com a de S. Julião.

ÁGUA DA FONTE DE EGRA OU DE AGRA

(Anos Pares)

SEMANAS DE SÃO JULIÃO

	Noite	Manhã	Tarde
Domingo	Augusto Costa	A. Campo	A. Campo
Segunda	A. Campo	Augusto Costa	Cruz
Terça	Azevedo	Azevedo	Azevedo
Quarta	Azevedo	Azevedo	Azevedo
Quinta	Azevedo	A. Jacinto A. Jacin	
Sexta	Quinta	A. Jacinto	A. Jacinto
Sábado	Quinta	Quinta	Quinta

SEMANAS DE PONTE

Noite		Manhã	Tarde	
Domingo	Augusto Costa	Azevedo	Azevedo	
Segunda	Azevedo	Azevedo	Azevedo	
Terça	Azevedo	Azevedo	Azevedo	
Quarta	Azevedo	Azevedo	Azevedo	
Quinta	A. Jacinto	Augusto Costa	Augusto Costa	
Sexta	Quinta	Quinta	Quinta	
Sábado	Quinta	Quinta	Quinta	

APÉNDICE V

ÁGUA DA FONTAÍNHA

Repartida de Verão e de Inverno

SEMANAS DE SÃO JULIÃO

Domingo	Joaquim Barbosa
Segunda	Morgado
Terça	Quinta
Quarta	Lugar do Postiço (Ana e Josefa)
Quinta	Domingos Gomes e Domingos Reis
Sexta	Quinta (Lugar do Pedro)
Sábado	Silvério

SEMANAS DE PONTE

Domingo	Joaquim Barbosa			
Segunda	Morgado			
Terça		Quin	ta	
Quarta (83)	Domingos Gom		Vicente Leite	
	e João Palhares	A	B e Rosa de Castro	
Quinta	Domingos Gomes			
Sexta	António Togeira e José (Ferreiro)			
Sábado	Maria Cardosa			

⁽⁸³⁾ Se o grupo A regou uma vez de noite, para a outra vez regará durante o dia e vice-versa.

APÊNDICE VI

ÁGUA DA POÇA DE VILAR OU SUBVILAR

Entre em giro em 29 de Junho (S. Pedro), até 15 de Agosto (Festa da Assunção). Todavia, para o Campo do Passos e Fonte de Mana só termina em 7 de Setembro. A água de lima pertence à quinta do Alferes ou de Vilar.

SEMANAS DE SÃO JULIÃO

Noite		Manhã	Tarde	
Domingo	Quinta de Vilar	Quinta de Vilar	Quinta de Vilar	
Segunda	Fonte de Mana	Fonte de Mana	Quinta de Vilar	
Terça	Quinta de Vilar	António A. Leite Maria Sobreira	Quinta de Vilar	
Quarta	Campo da Vinha	Campo da Vinha	Campo da Vinha	
Quinta	Mariana	Mariana	Silvério	
Sexta	José Passos	José Passos	José Passos	
Sábado	A. Campos	A. Campo	Silvério	

SEMANAS DE PONTE

Noite		Manhã	Tarde	
Domingo	Quinta de Vilar	Quinta de Vilar	Quinta de Vilar	
Segunda	António A. Leite Maria Sobreira	Fonte de Mana	Quinta de Vılar	
Terça	Quinta de Vilar	António A. Leite Maria Sobreira	Quinta de Vilar	
Quarta	Çampo da Vinha	Campo da Vinha	Campo da Vinha	
Quinta	Mariana	Mariana	Silvério	
Sexta	José Passos	José Passos	José Passos	
Sábado	A. Campo	A. Campo	Silvério	

APÊNDICE VII

TOMBO DA IGREJA DE DURRÃES, DE 1548 (84)

Tonbo dos bes e propryedades que te a Igreja de Sam Lourenço de Doraes na freguesia do dito Sam Lourenço he na de Cardoso (85) e de samta Logriça d'Agjar e Qujntiães tudo do termo de Barcellos desta diocesi de Bragua co o trellado da carta da vedoria que foy pasada pera se fazer o tal tonbo pasada por o Licenceado Sebastiã Gonçaluez Cerqueira ho quall de verbo a verbo é o segujnte. Fernand'Afonso notario appostolico per autoridade appostolica q pera yso tenho ho spreuy.

O Licenceado Sebastiã Gonçaluez Cerqueyra do desembargo do muito emllustre Senhor Dom Manoell de Sousa arcebispo he Senhor de Bragua prymas faço saber aos q̃ este meu alluara vyrẽ q̃ heu dou de espaço a mestre Joam abbade de Doraes q̃ daquy ate dia de Pasqua da Resureysão primeyra q̃ vem faça ho tonbo da dita Igreja como lho foy mãdado na vysytação pasada prouxyma sem embarguo de lhe ser mandado q̃ o fizese primeyro sẽ por yso emcorer em pena allgua ate o dito dia de Pasquoa e não compryndo elle ate então pagara a pena da costetuyção q̃ sobre o tall quaso he posta. Dado em Bragua a xbiiijo d'Outubro de quynhentos e corenta e sete annos. Manoell Pereira o fez por Gregorio da Costa Serqueyra.

Año do nacymento de noso Senhor Jhesu Christo de mill e qujnhentos e corenta e ojto anos aos noue dias do mes de Feuereiro do dito año na freguesia de Sam Lourenço de Doraes ha porta da Igreja sobredita por mestre Joam diguo Jhoam abbade da dita Igreja foy apresemtada a mym notairo habajxo nomeado esta carta de vedoria atras escrita do Senhor Sebastjã Gonçaluez Cerqueyra desembargador em a quall carta mandava a elle dito abbade que fizese tonbo das pertenças da dita Igreja coforme as costetuyçoes deste arcebispado a quall apegação e tonbo eu notario fiz cõ Dyeguo Afonso cleriguo de mjsa morador em Balugaes e asy mais cõ Alluaro Annes casejro do mosteiro de Carvoeyro e co Jeronimo Fernandez morador e Doraes llauradores aos quaes por mỹ notario ffoy dado juramento dos samtos avangelhos pera q vyse e tonbase os ditos bes e propryedades e medyse por vara de mjdir e cofrontasem com que partia os ditos bees da dita Igreja e os bes e propryedades della são os que se ao diante sege. Fernand'Afonso notario apostolico per autoridade appostolica q̃ pera yso tenho ho spreuj morador em Viana // Dado anno dia ut supra.

⁽⁸⁴⁾ Cópia do original manuscrito existente no Arquivo Distrital de Braga, Caixa 242, doc. n.º 1.

⁽⁸⁵⁾ Paróquia que existiu entre Durrães e Tregosa, centrada na antiga Quinta de Cardoso, ainda hoje existente, e de que ainda resta hoje uma antiquíssima capela com o respectivo cruzeiro e adro.

Item loguo jumto da dita Igr.^a hũ recio q̃ jaz todo cercundado sobre sj p̃ paredes alltas e tẽ dentro duas llaramjeiras grandes e hũa azãboejeira e asy hũas casas telhadas sobradadas cõ hũ eydo de guado pera ter guado e mato tem de comprido a dita casa e eydo Xbj varas e de llarguo cuatro varas e m^a e tẽ dentro do dito recio hũ laguar q̃ jaz despouado e o recio podera lleuar de sem.te hũ bõ m^o allqr. de s.te he asy dentro do dito recio hũ palheyro velho.

Item loguo abayxo da dita Igr.ª e casas hũa vynha darjuão q̃ jaz toda circundada sobre sy p̃te do aguiã cõ devesa da dita Igrª e do abreguo (86) cõ a qujngosta e do llevãte cõ erdade de seara da dita Igrª e do poente p̃ parede cõ o monte tẽ de comprido cento e corenta varas e de llarguo cynquoenta e duas varas e ha vinha podera dar de vynho em cada hũ anno andando bẽ coregyda oytenta allmudes he tem hũ pequeno dechão omde fazẽ naball q̃ podera llevar de sem.te hũ allq̃r. todo ho mais he vinha.

Item loguo abajxo da dita vjnha e casas hũ campo erdade q̃ chamã a seara q̃ jaz todo sercundado sobre sy p̃ paredes p̃te dagujã p̃ paredes cõ erdejros e do abreguo cõ parede no camynho e de lleuante p̃ qujgosta e de poente cõ ha dita vinha tẽ de comp̃do dozentas e cjmqa varas e de llarguo cjnquoenta varas e podera lleuar de sem.te vjnte allq̃s. tẽ aguoa d'arefee das poças do sabado a noyte ate domjngo a noyte e tẽ sertos carvalhos nos beyraes q̃ darão dous caros de madeira.

Item te junto a dita vjnha pa a pte da aguya hua deuesa suposta q pte de aguya co erdeiros e de abreguo co vynha da dita Igr. e do llevante co a seara da dita Igr. e do poente co parede co ho camynho e te de compdo noventa varas e de llarguo noventa varas dara cada cjnqo años corenta caros de mad.ra.

Item na dita freg^a hũa vynha q̃ se chama a vynha da fonte q̃ jaz toda sercundada sobre sy p̃te daguiã na qujngosta e do abreguo cõ ha qujntãa e de llevãte cõ ho camynho e de poente cõ ha dita qujtã tẽ de comp̃do corenta e catro varas e de llarguo corenta varas dara de vjnho cada hü año corenta allmudes.

Item na dita freg.^a hū quampo q̃ se chama de chello q̃ jaz todo sercundado sobre sy p̃te dagjã cõ ho camjnho e de abreguo cõ ho camjnho e do lleuaste cõ ha qujntãa e do poente cõ ho camjnho tẽ de comphjdo cento e vynte e seis varas e de llarguo setemta varas lleua de sem.te o q̃ esta em erdade sete allqs. de c.º e tẽ hüa devesa sobre tojo denso q̃ dara cada seis años dez caros de madeyra regua se cõ aguoa d'arefe este campo Fernand'Afonso notario ho spreuy.

Item na dita freg^a outro campo d'erdade q chama a senra do out.ro q jaz toda sercundada sobre sy pte lagja co ha qujnta e do abreguo co a qujnta e do lleuante yso mesmo e do poente co a qujnta te de compdo

⁽⁸⁶⁾ Abrego, ou seja, a parte do Sul, nas demarcações antigas. Nome dado, noutros tempos, ao vento sudoeste. Por sua vez, Aguião, ou Aquilão, representa o Norte. Na mitologia é o nome de um dos ventos, filho de Eolo e da Aurora, esposa de Oríthia. É o Bóreas dos Gregos. Termo também utilizado para nomear o vento norte.

c.to e trjnta varas e de llarguo p ho mais llarguo noventa varas lleua de sem.te qujnze allqs. regua se co aguoa da poça do Recio.

Item na dita frega no loguo onde chamão a Dona hũa llejra de deuesa sobre toro q̃ p̃te dagujã cõ erd.ros e de abreguo yso mesmo e do lleuante cõ ho reguo e do poente cõ erdeiros dara cada seis años de mad.ra quatro caros tem de comprido vjnte e seis varas e de llarguo xbj varas.

Item na dita freg^a outro campo q̃ se chama do triguall q̃ jaz todo sercundado sobre sy p̃te dagujã cõ camjnho e do abreguo cõ erdeiros he do lleuante cõ Carvoejro e do poente cõ erd.ros tẽ de comprido cento e trjnta varas e de llarguo trynta varas lleua de sem.te seis alq̃s de cemteo regua se cõ aguoa do ribeiro.

Item na bouça de Sam Migell na dita frega hua bouça d'erdade q jaz toda sercundada cobre sy pte daguja co ho caminho e do abreguo co Pero Velhaço e do lleuante co Sa Migell e co ho lecenceado e erdeiros e do poente p caminho publico te de compdo oytenta e oyto varas e de llarguo setemta he seis varas lleua de sem te dez allos, he m to rojm tera.

Item n'agra de samta Logriça hũa peça d'erdade q̃ p̃te dagujã cõ Samta Logriça e do abreguo cõ erd.ros no mato e de lleuante cõ Pallme e cõ erd.ros e de poente cõ erd.ros tẽ de comp̃do c.to e xiiij varas e de llarguo vjnte e catro varas lleua de sem.te cuatro allq̃s. e tera roym.

Item em o loguo aonde chamã pajucall hũa llejra d'erdade q̃ p̃te dagujão cõ erd.ros e do abreguo cõ camjnho e do lleuante cõ erd.ros e do poente cõ erd.ros d'Afonso Anes d'Eyra tẽ de comprido oytenta e seis varas e de llarguo xbij varas lleua de sem.te hũ allqr. e mº e rojm.

Item na dita freg^a de Doraes no loguo omde chamã a semra ao cabo da seara cinquo carvalhos q̃ p̃tẽ dagujã e poente e lleuante cõ cam^o e do lleuante cõ erd.ros darã cada tres anos... caros de mad.ra.

Item na freg^a de Qujntjaes hũa llejra d'erdade em o loguo omde chamã Cornjdo q̃ p̃te dagjã cõ camjnho e do abreguo cõ o reguo e do lleuãte cõ erd.ros de Duarte e do poente cõ Domingos da Macejra tẽ de comp̃do sesenta varas e de llarguo treze varas lleua de sem.te hũ allq̃r. he boa rega se.

Item na dita freg.^a de Doraes omde chamã Subvjllar hũa grande peça d'erdade pte dagujã co Ruy Diaz e do abreguo e das outras ptes tẽ de compdo noventa e seis varas e de llarguo no meo cjnquoenta e ojto varas lleua de sem.te ojto allqs. e nesta peça entrão duas llejras d'erdade que elle dito Ruy Diaz tinha ahy as quaes as deu em escambo ao abade q presente estava p vista d'omes boos damdo elle Ruy Diaz tres partes por hũa a aquall q elle Ruy Diaz ouve em escambo das sobreditas p o q tynha nesta peça tẽ de compdo vjnte e sete varas he de llarguo na pte de agujã doze varas e no abreguo dez e esta da dita Igr^a a elle Ruy Diaz e jaz no campo da senra e elle Ruy Diaz fara hũa parede tanto q tirar o llavor q ora tẽ des o quamto da vjnha de Lourenc'Eanes e vem a direito dar na cepa castanha e a cepa ficara a dita Igr^a e foram contentes asy elle Ruy Diaz com o abbade por vir bem a dita Igr^a e asynaram aquy elles sobreditos he

os homes bõos Alvaro Anes do mosteiro he Jerónimo Fernan dez de Doraes Fernand'Afonso notario ho esprevy.

Item na senra hũa peça d'erdade que parte d'agujã com Lourenço Annes e do abreguo mesmo e do lleuante com Ruy Diaz e do poente com Ruy Diaz tem de comprido cento x varas lleua de sem.te cynquo allqs e nesta tera non tem aguoa e neste campo jaz hü quarto d'erdade que he de Isabell Barbosa que lleua hũ bõo quarto de sem.te que he dizima a Deus.

Item na frega de Traguosa omde chamã ho Lauadeiro hũ cortelho d'erdade q̃ p̃te dagujão cõ ho rio e do abreguo p̃ camjnho e do poente cõ Gonçalo Dominguez e cõ Afonso Gill tem de comprido Lxxx varas e de llarguo quarenta varas lleua de sem te dous allq̃s. he rojm tera e por aquj diserã q̃ nõ tinha a dita Igra mais bes q̃ apreguar e asinarõ aquy fernando Afonso notario app.lico p̃ autoridade app.lica q̃ pera yso tenho q̃ este tonbo sprevj e a todo fuy presente e tyrey do proprio q̃ fica em meu poder e cõcertej e aquj meu publico signal fiz que tall he Rezam e Requyzytos.

(Sinal e Assinaturas)

IN DOMINO CONFIDO

APÊNDICE VIII

EXTRACTO DA BENEDICTINA LUSITANA SOBRE O MOSTEIRO DE CARVOEIRO (87)

CAPÍTVLO XI

Do Mosteyro de S. Maria de Caruoeyro no Arcebispado de Braga

Despois de tantos Mosteyros sepultados, como são os de que temos tratado até agora, entremos na historia de hum, que ainda pella misericordia de Deus está viuo, & em pee, & de que a nossa Congregação Benedictina ao presente goza. Este he o de S. Maria de Caruoeyro edificado dentro do Arcebispado de Braga a sinquo legoas da dita Cidade junto á estrada Real, que vay pera a Villa de Viana, duas legoas, pouco mais ou menos antes della, ao pee de hum monte, em cujo cume esteue em tempos passados húa pouoação grande chamada Carmona, cujas ruynas, & vestigios ainda hoje apparecem. Fica tambem perto da corrente do rio Neyua, que entra no mar Oceano com Fós propria, não longe da dita Villa de Viana, como sabemos todos, os que o temos passado húa, & muytas vezes. Por onde foy inaduertencia de Duarte Nunes de Leão na sua descrição de Portugal, Capitulo 18, dizer as palauras seguintes: Este rio per si não entra no mar, mas entra em companhia do rio Cauado, em que se mete, e entra no mar entre Fão, e Esposende, etc. Porque o dito rio Neyua nem entra

⁽⁸⁷⁾ Frei Leão de S. Tomás, Benedictina Lusitana, II, Coimbra, 1651, pp. 109-113.

no mar entre as duas pouaçoens nomeadas, senão muyto mais a diante dellas, pera a parte do Norte.

O terrenho, em que o Mosteyro de Caruoeyro està fundado, compete com a bondade dos ares delle, porque se a terra he fertil, abundante, & fructifera, os ares são muy saudaueis, & muy beneuolos pera a vida, & saude humana. Sua antiguidade he grãde, porq ainda q della não sabemos por escrituras, q aja, a tradição commua a publica. Por quãto he costante q os moradores daquella terra, por ficare mais liures dos assaltos dos Mouros, a desemparárão, & se forão pera hua serra, q chamão da Padela. E que quando despois os Mouros se forão lançando daquellas partes, el Rey, (que deuia ser Dom Affonso o Magno) as deu a hum fidalgo illustre daquelles tempos, pera que as pouasse, & mandasse cultiuar. E pera este effeyto trouxe da serra da Padela quatro irmãos, que chamauão Gandarinhos. A estes repartiu, & deu a dita terra, como a simples colonos, donde nasceu a simples colonia della, que ainda hoje perseuera, como logo diremos.

Este fidalgo foy o primeyro q edificou o dito Mosteyro ainda que como alguns dizem, Dom Payo Gutterres foy o que fundou. Mas deuia de ser reedificação delle, como socedeu a outros muytos, de que temos feyto menção no primeyro tomo. Algum modo de proua da antiguidade deste Mosteyro se pode colher de hum zimbão, que tinha na Claustra (a que os antigos chamauão Desforço), com que se fazia sinal pera os Monges acodirem a Capitulo, & Refeytorio, porque tinha à roda impressa a era de 923, que era anno de Christo outocentos & sinco. Foy este Mostevro nem dos mayores, nem dos menores, mas tinha sufficiente numero de Monges; Porq em certa escritura antiga se achão assinados mais de trinta Mõges. Mas foy, & he ainda hoje muy senhoril, porq nenhu dos moradores de seu Couto tem terra, nem montado, ou tomadia, q seja sua propria, tudo o q trazem, laurão, & cultiuão, recebem da mão do Dom Abbade delle, como simples colonos, & elle lho tira, & trespassa quando, & como quer. E tanto he isto assi q quado algum delles quer casar filho, ou filha, ou trespassar algua terra, vay primeyro largalla na mão do Abbade, pedindolhe q lha dee pera casamento do seu filho, ou pera a pessoa, a quem a quer trespassar. O qual senhorio poucos annos ha q se confirmou por sentença da casa da supplicação de Lisboa, sendo Abbade do dito Mosteyro o Padre Frey Bento de S. Tiago.

Tem mais este Conuento tão liure jurisdição, que nenhum senhor, nem justiça, entra em seu Couto, & o Dom Abbade nomea Porteyro, & Achegador, que penhora pellas diuidas, que lhe deuem, & manda pôr em pregão os ditos penhores, pera que do preço delles o Mosteyro seja pago. E entre os moradores de seu Couto determina as duuidas, & causas sẽ mais appellação, nem aggrauo, & se tém differenças entre si, que cheguem a ferirse, não vão querelar a Villa de Barcellos sem licença do D. Abbade.

O que mais illustrou este Conuento foy hum Abbade. S. que nelle floreceu por nome *Dom Pedro Affonso*, de cuja patria, nascimento, & criação mal se pode affirmar cousa algua com certeza. Pello computo dos

annos ho prouauel conjectura que este santo Religioso S. podia ser hum, dos que trouxe o Arcebispo de Toledo, & Legado da See Apostolica o nosso Dom Bernardo, passando de França pera Hespanha em companhia de São Giraldo, & de Dom Mauricio. Ainda que o nome não parece de estrangeyro... Seu transito socedeu no ano de 1104. Seu corpo jaz em hũa sepultura junto à Sanchristia da Igreja de Caruoeyro em hum arco de pedra, & della deuoção commum do pouo tira terra por hum circulo redondo, que tem, & lançandose ao pescoço he remedio muy ordinario cotra maleytas...

§ Dos Abbades do Mosteyro de Caruoeyro

Depois que a Religião tomou posse do Mosteyro de Caruoeyro, conforme as Bulas de reformação passadas pello Papa Pio Quinto, foy gouernado este Mosteyro no que tocaua á meza Conuentual por Priores eleytos em Capitulo Geral, por ser ainda viuo o ultimo Abbade Comendatario do dito Mosteyro Pedro da Gram, & forão estes Priores doze em numero.

No anno de 1602, foy eleyto o primeyro Abbade Fr. Prudencio de Santo Thome, natural de Monte Longo, por morrer nesse anno o vltimo Comendatario.

No anno de 1604, foy eleyto por Abbade o N. P. Frey Antonio dos Reys que começando a gouernar por esta casa, veyo despois a ser Geral da Religião tres vezes, como fica dito, tratando do Mosteyro de Tibaens.

No anno de 1605, foy eleyto por Abbade Fr. Antonio d'Ascenção, natural de Monte Longo, de quem falamos, tratando do Mosteyro de S. Miguel de Refoyos.

No anno de 1608, foy eleyto por Abbade Fr. Eugenio de S. Tiago, natural d'Arrifana de Sousa, de quem temos dito tratando do Mosteyro de Pombeyro.

No anno de mil seiscentos & onze, se elegeu por Abbade Frey Ieronimo d'Azeuedo da illustre familia dos Azeuedos, cujo solar vemos na Prouincia de entre Douro, & Minho nas ribeyras do rio Cadauo perto da Villa de Barcellos. Foy homem de bella condição, & natureza, & de muy bom talento pera as letras, & como tal foy eleyto por passante no nosso Collegio de Coimbra, pera continuar as escholas, mas hũa graue doença, que teue o fez desistir do tfrabalho do estudo especulativo, porem no Pulpito mostrou o talento, que pera tudo tinha...

No anno de mil & seiscentos, & quatorze, foy eleyto *Frey João do Apocalypse*, de quem dissemos tratando do Mosteyro de Santo Thirso.

No anno de mil seiscentos & dezassete, foy eleyto Frey Balthasar da Apresentação, natural de Paço de Sousa, de cuja virtude, & Religião não podemos falar, por ser ainda viuo, & por não iremos contra o dito do Sabio, Ne laudes hominem in vita sua, rezão porque não fazemos também doutros grandes elogios q̃ merecem.

No anno de 1620, foy eleyto Fr. Romano Serueyra, de quem já falamos, tratando do Mosteyro de Santo Thirso.

No anno de 1623, foy eleyto por Abbade Frey Miguel da Trindade, natural de Villa do Conde, Religioso muy curiozo do que pertencia ao

Culto Diuino, & que continuou com a deuoção de Nossa Senhora do desterro, com grande edificação do pouo.

No anno de 1626, foy eleito Frey Bento de Lacerda natural do Porto. No anno de 1629, foy eleyto por Abbade o N. P. Fr. Thomas do Socorro natural de Braga.

No anno de 1632, foi eleyto Frey Gregorio da Cruz, natural da dita Cidade de Braga.

No anno de mil seiscentos & trinta & sinco, foy eleyto a segunda vez o Nosso Padre Frey Thomas. No seguinte trienio foy eleyto outra vez Frey Gregorio da Cruz.

No anno de mil seiscentos & quarenta & hum, foy eleyto Frey João da Esperança, Mestre em Artes pella Vniuersidade de Coimbra, & natural da mesma Cidade.

Tem este Mosteyro fermosa renda, mas a mayor parte della tem a Religião neste tempo applicada a outras obrigaçõens a que acode.

§ De alguns fidalgos Illustres sepultados no Mosteyro de Caruoeyro

Alguns Senhores Illustres daquelles tempos antigos se mãdarão sepultar no nosso mosteyro de Caruoeyro pella deuação, que tinhão á Virgem N. Senhora, a que o Mosteyro està dedicado, desejando de descançar à sua sombra: Hum de que o Conde D. Pedro faz menção, foi D. Nuno Velho sogro de D. Gomes Pays da Sylva, filho de D. Payo Gutterres, o q edificou, ou reedificou Tibaes, o qual D. Gomes foy casado co D. Vrraca Nunes filha do dito D. Nuno, a que o Conde chama o Postimeyro.

Jaz mais sepultado no dito Conuento D. Gomes Pires marido de Dona Maria Ozores, como se acha em húa memoria do nosso P. Frey Bernardo de Braga. O Conde Dom Pedro no titulo 54 diz que jaz sepultado em Caruoeyro Sarracino Soares, Irmão de Dona Maria Ozores, a quem chama Soares, molher do dito Dom Gomes Pires Maceyra.

Estes forão os que se sepultarão em Caruoeyro, & os de quem temos mais clara noticia, alem doutros muytos, que escolherão nelle sepultura...

APÊNDICE IX

EXTRACTOS DE TESTAMENTOS CONSERVADOS EM DURRÃES E COM IMPORTÂNCIA PARA A HISTÓRIA DA FREGUESIA

A — Inventário dos bens de António Peixoto (Séc. XVIII)

Da freguesia de Dorrays (sic).

... Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1730 annos aos vinte dias do mez de Janeiro do do anno e setra c ficesse enventário por lhe ficarem Filhos menores do dito Defunto Antonio Peyxoto. Faleceo aos doze dias do mesmo mes e Anno...

Bêns Móveis

Item um Balsete de castanho com duas gavetas e suas Fichaduras em Bom uzo que foy posto e avaliado pelos louvados em dois mil e coatro sentos Reys.

Item uma caixa de castanho com fichadura sem cadiado que foy posta e avaliada pelos louvados em novecentos e cecenta Reys.

Item outra cayxa de castanho com Fichadura bem uzada que levava 25 Alq̃.s. Foy posta em quatrocentos Reys.

Item outra cayxa de castanho com Fichadura velha que levava 38 razas. Foy posta em 0\$400.

Item uma arqua de pes sem corbetoura que levava 80 razas foy posta em 2\$400.

Item uma cayxa de pinho que está nos meunhos com Fichadura que levava 15 razas. Foy posta em 0\$400.

Item outra caixa de castanho que está na azenha, sem fichadura que levava 30 razas. Foy posta em 1\$200.

Item coatro tamboretes uzados de castanho que foram postos em duzentos Reis.

Item uma gramalheira, umas foucinhas, um ferro do monte, um tonel, uma pipa, dois barris, uma dorna, 45 meadas de linho, duas saias de baeta, 12 carros de esterco, postos em 1200 Reys.

Bêns de Raiz

Item disse que possuia a metade do asento e casas donde vivia o defunto que consta de casas terra e vinha e quinteyro e a metade de cinco moinhos que estam dentro do mesmo acento que sam foreyros ao convento de Carvoeyro, de que se paga penção que tudo foy posto e avaliado pellos louvados abatida a penção em duzentos e vinte e cinco mil reis — 225\$000.

Item disse que pessuhia duas Azenhas. E uma alveyra e outra negreyra por baixo do mesmo acento, com seu sercuito à volta com sua vinha e horta chamado dos Velhos de herdade dizima a Deos que foram postas e avaliadas pellos louvados em quinhentos e cecenta mil reis — 560\$000.

Item disse que possuia uma piquena terra labradia e mato e vinha no lugar do Rio desta dita freguesia. É herdade dizima a Deus e foy posta pelos louvados ... 22\$000.

Item disse que possuia uma leyra de terra nas Lamas...

Item ... duas inçoas pegado às mesmas azenhas...

Item...

.

Item disse que possuia quatro carvalhos no Souto da possa de Novais...

Item...

Item...

(original em poder do Snr. Joaquim N. O. Maciel).

B — Transcrição actual de outros testamentos:

1. Do Doutor Manoel Cardoso Soares:

No ano de 1749, o Doutor Manoel Cardoso Soares fez testamento em que declara que dentro da quinta onde vive tem um campo chamado a «Dona», dízimo a Deus, e no fundo da quinta um pedaço de deveza que parte com o seu prazo, de que é directo Senhor e Abade de S. Fins de Tamel, e nele deixa dezasseis missas cada ano enquanto o mundo durar:

4 ao Santíssimo Sacramento

4 a Nossa Senhora

4 a S. Vicente

4 a S. Lourenço

Todas ditas na Igreja de Dorraens. Mais declara que no Campo de Senra (?) chamado de Tregosa (?) tem uma testa de largura de uma grade pelo meio, dízima a Deus. Como consta do mesmo prazo, nela deixa uma missa cada ano de esmola de seis vinténs dita em a capela de Santo António do Monte e enquanto ela durar e se pelo tempo adiante se arruinar, será dita nesta Igreja. (Arquivo Paroquial, Livro dos Testamentos, fl 36 v.).

2. Do Capitão António Bernardino Leite, no seu Testamento feito em 24 de Abril de 1813:

... Declaro que sou Senhor e possuidor de um praso de que é directa Senhora a Igreja desta freguesia que houve por compra e se compõe das casas, quinta em que vivo e várias pertenças a qual nomeio no dito meu filho Joaquim José Leite meu testamenteiro com a reserva do usufruto, digo, com a reserva e condição do usofruto do dito praso, minha mulher Maria Josefa de Abreu será senhora do usofruto do mesmo praso enquanto viva for... (Arquivo Paroquial, Livro dos Testamentos, fl. 99).

APÊNDICE X

1129, Julho, 1 — CARTA DE COUTO DO MOSTEIRO DE CARVOEIRO (88)

(T. T. Reg. Afonso II, fl. 64 *)

In nomine Sancte et Individue Trinitatis Patris et Filii et Spiritus Sancti Trinitas indivisa que nunquam erit finienda sed permanens per infinita seculorum secula amen. Idcirco ego inclitus infans domnus Alfonsus bone memorie magni Adefonsi imperatoris Ispanie nepos comitis

⁽⁸⁸⁾ Rui Pinto de Azevedo, *Documentos Medievais Portugueses, Documentos Régios*, Doc. n.º 100, Lisboa, 1958, p. 124 s.

Em quase todos os reinados, os Monges de Carvoeiro solicitaram a Confirmação da Carta de Couto concedida por D. Afonso Henriques, para manter o seu domínio sobre Durrães e Carvoeiro. Transcrevemos já a confirmação de D. Afonso II. Em

Enrici et regine Tarasie filius atque Deo auxiliante Portugalensium princeps. In honore domini nostri Ihesu Christi et Beate Marie semper Virginis omniumque sanctorum pro remedio anime mee ac parentum meorum pro te etiam Sarraceno Ossoriz atque pro uno bono equo et una lorica obtima facio tibi cautum ad illud monasterium de Carbonario. Habet namque terminos per arcam de Alvela et inde per Vivvanes deinc Affolatos quomodo dividit Dorranes et Vilar et inde per Vermui deinc inter Arefi et Fragoso et inde per ubi dividit Sancta Logricia et Dorranes et inde per Valegon deinde quomodo dividit Congustum et Rial et inde ad illam ermitam de Sancto Mamete et inde venit per Agudelo deinde venit a Fornelos et inde per illam hermitam de Sancto Salvatore deinde vero inde Portellam et Carbonario deinde inter Carbonario et Capararios et inde ad illam arcam ubi primitur (a) incohavimus. Et si aliquis homo tam de propinguis quam de extraneis ad hoc factum nostrum irrumpendum venerit quod fieri non credo abbati et monachis illius monasterii vel qui vocem illorum pulsaverit D solidos componat et regie potestati quod libet iudicium (b) precipit et in super sit excomunicatus et a liminibus Sancte Matre Ecclesie segregatus et cum Iuda traditore in palacio gehenne habeat habitaculum. Facta carta donationis et firmitatis die primo Kalendarum Iulij sub Era M.C.LX.aVII.a Ego infans domnus Alfonsus hanc cartam propria manu roboro.

Qui presentes fuerunt:

Pelagius Braccarensis archiepiscopus conf., Ermigius Moniz curie dapifer conf., Laurentius alferaz conf., Petrus Pai conf., Fernandus Captivus conf., Pelagius ts., Egas ts., Petrus ts., Petrus Cancellarius infantis notuit.

Ego Alfonsus II^{us} Dei gratia Port (ugalensis) rex una cum uxore mea regina domna Urraca et filiis nostris infantibus domno S(ancio) et domno Alfonso et domno Fernando et domna Alionor cartam illam cauti quam avus meus rex domnus in hac carta verbo ad verbum continetur roboro et confirmo vobis Menendo Suarij abbati eiusdem monasterij cunctisque sucessoribus vestris, et cautum ipsum pro ut avus meus illud fecit ego illud vobis concedo et confirmo per presentem paginam quam precipi fieri et meo sigilo plumbeo communiri que fuit facta apud Vimaranes VI.º Kalendas Iunij Era M.ª CC.ª L.ª VII.ª Ego vero et uxor mea necnon et filij nostri supra nominati qui hanc cartam confirmationis fieri precipimus

diversos manuscritos vimos, pelo menos, as Confirmações a esta Carta de Couto concedida por D. Afonso V, D. João II, D. João III, D. João IV. Na Biblioteca Nacional de Lisboa, Divisão de Reservados, Mss. (Cx.) 73, Doc. 51, podemos ler o seguinte: Confirmação da Carta trasladada ao Abbade e mais religiosos do Mosteiro de S.ta Maria de Carvoeiro, da ordem de S. Bento, pela qual V. Mag.de lhe confirma o Couto do referido mosteiro, q. lhe fez D. Affonso Henriques, etc. 1665. O documento, em pergaminho, tem a assinatura do Rei D. Afonso VI.

Por seu lado, os livros que nos restam do Mosteiro de Carvoeiro transcrevem também a Carta de Couto e as suas posteriores confirmações. Veja-se o Maço n.º 96, de Sentenças, fls. 65 a 70 v., do Convento de Carvoeiro, no Arquivo Distrital de Braga.

coram subscriptis eam roboravimus et in ea hec signa apponi fecimus. Qui affuerunt: Domnus M(artinus) Iohannis signifer domni regis conf., Domnus P(etrus) Iohannis maior domus curie conf., Domnus G(unsalvus) Menendiz conf., Domnus Egidius Valasquiz conf., Domnus Garsia Menendiz conf., Domnus Rodericus Menendiz conf., Domnus Valascus Menendiz conf., Domnus P(etrus) Garsie conf., Domnus Martinus Petri conf., Domnus Poncius Alfonsi conf., Domnus Lopus Alfonsi conf., Domnus S(tephanus) Bracarensis archiepiscopus conf., Domnus P(etrus) Colimbriensis episcopus conf., Domnus S(uarius) Ulixbonensis episcopus conf., Domnus S(uarius) Elborensis episcopus conf., Domnus Pelagius Lamecensis episcopus conf., Domnus Bartolomeus Visensis episcopus conf., Domnus M(artinus) Egitaniensis episcopus conf., Magister P(elagius) cantor Portugalensis ts., Petrus Garsie ts., Martinus Petri ts., Petrus Petri ts., Vicensius Menendiz ts., Iohanninus ts., Gunsalvus Menendi Cancellarius — Dominicus Petri scripsit.

(a) e (b) — 'sic', por primitus e liber, respectivamente.

1129, Julho, 1 — CARTA DE COUTO DO MOSTEIRO DE CARVOEIRO (Tradução)

(Torre do Tombo, Reg. Afonso II, fl. 64*)

Em nome da Sancta e Indivídua Trindade Pai, Filho e Espírito Santo, Trindade indivisa que nunca acabará, mas permanece pelos séculos sem fim, amen. Eu, o inclito infante Dom Afonso, neto de Afonso Magno, Imperador de Boa Memória de Espanha, e filho do Conde Henrique e da Rainha Teresa e, com o auxílio de Deus, Príncipe de Portugal. Em honra de Nosso Senhor Jesus Cristo e da Bem Aventurada sempre Virgem Maria e de todos os Santos, para remédio da minha alma e dos meus pais, e por ti Sarrazino Ozores, em troca de um bom cavalo e uma boa armadura, faço a ti couto àquele Mosteiro de Carvoeiro. Os seus termos são pela Arca de Alvela e daí por Vivvanes até Affolatos como se divide Dorranes e Vilar e daí por Vermui até por entre Arefi e Fragoso e daí por onde se divide Santa Logricia e Dorranes e daí por Valegon e depois como se divide Congustum e Rial e daí àquela ermida de São Mamede e daí vem por Agudelo e depois vem a Fornelos e daí pela ermida de São Salvador e ainda pela Portela e Carbonario e depois entre Carbonario e Capararios e daí àquela arca onde primeiro começámos. E se algum homem, seja dos vizinhos, seja dos estranhos, se levantar contra esta nossa determinação, o que eu não creio, pague ao abade e aos monges daquele mosteiro ou aos seus representantes 500 soldos e responda perante a autoridade régia e, além disso, seja excomungado e expulso dos limites da Santa Madre Igreja e habite com Judas traidor no palácio da Gehena. Feita a carta da Doação e confirmada no primeiro dia de Julho de 1129. Eu, infante D. Afonso, assino esta carta com a minha própria mão.

Estiveram presentes:

Pelágio, Arcebispo de Braga, Ermígio Moniz, Dápifer da Cúria, Lourenço, Alferes, Pedro Pais, Fernando Cativo, Pelágio, Pedro, Pedro Chanceler do Infante escreveu.

* *

Eu Afonso II por graça de Deus Rei de Portugal, com a minha esposa Dona Urraca e os nossos filhos os infantes Dom Sancho, Dom Afonso e Dom Fernando e Dona Leonor, confirmo e corroboro a vós Mendo Suares, abade do mosteiro de Carbonario e a todos os vossos sucessores a carta daquele couto que o meu avô de excelentíssima memória o Rei Dom Afonso fez ao mesmo mosteiro, cujo teor se contém verbo a verbo nesta carta e o mesmo couto que o meu avô vos concedeu eu próprio vo-lo confirmo e concedo pelo presente documento que resolvi fazer e com o meu selo de chumbo o corroboro. Feito em Guimarães 6 de Junho de 1219. Com efeito, eu e minha esposa, assim como os nossos filhos supra nomeados que assinamos esta carta, promulgámo-la diante das seguintes assinaturas e nela fizemos gravar estes sinais ++++++. Estiveram presentes: D. Martinho João, signifer do rei, D. Pedro João Mordomo da Cúria, D. Gonçalo Mendes, D. Egídio Vasques, D. Garsia Mendes, D. Rodrigo Mendes, D. Vasco Mendes, D. Pedro Garsia, D. Martinho Peres, D. Pôncio Afonses, D. Lopo Afonses, D. Estêvão, Arcebispo de Braga, D. Pedro, Bispo de Coimbra, D. Soeiro, bispo de Lisboa, D. Soeiro, bispo de Évora, D. Paio, bispo de Lamego, D. Bartolomeu bispo de Viseu, D. Martinho, bispo Egitaniense, Mestre Pelágio, cantor Portucalense, Pedro Garsia, Martinho Peres, Pedro Peres, Vicente Mendes, Joanino, Gonçalo Mendes, Chanceler — Domingos Peres escreveu.

COUTOS CONFINANTES COM O DE CARVOEIRO

1127, Dezembro, 4 — Extracto da CARTA DE COUTO DE S. VICENTE DE FRAGOSO (89)

......... Et ego facio per terminum quo mihi placet et directum quomodo dividet de Cardos et deinde per terminum de Arefy et deinde per terminum de Quintiaes et deinde per terminum de Feroçam et deinde quomodo dividet per illum terminum de Palmi et per inter ambas foces et vadit per trans flumen ad Rivulo Sicco et per terminum antiquum quem vocitant Carraria et venit ad Cardos. Hec est terminatio de Sancti Vincencij de Fragoso.......

N. B. A palavra Arefy também aparece escrita em outro documento (B) do seguinte modo: 'Arrefi'.

⁽⁸⁹⁾ R. Pinto de Azevedo, op. cit., doc. n.º 86.

1134, Fevereiro — CARTA DE COUTO DA IGREJA DE CAPAREIROS A FAVOR DA SÉ DE BRAGA (90)

In nomine Patris et Filij et Spiritus Sancti. Ego infans domnus Alfonsus bone memorie magni Adefonsi imperatoris Hyspanie nepos comitis Enrici et regine Tarasie filius cautum facio Deo et Sancte Marie Bracarensi et vobis archiepiscopo domno Pelagio ad ipsam ecclesiam de Capareiros pro remedio anime mee et parentum meorum. Et est cautum per hos terminos a foce de Vaiga per ipsum fluvium usque ad terminos de illa aldeia et inde ad illum fogum et inde per cacumine montium et inde per illum cautum de Carbonario et inde per ipsum fluvium de Nevia usque ad foze de Veiga ubi primitus incoavimus. Si autem aliquis homo venerit tam de extraneis quam de propinquis.......

APÊNDICE XI

DOCUMENTOS DO MOSTEIRO DE CARVOEIRO AINDA EXISTENTES (91)

Arquivo Distrital de Braga:

- 1. LIVROS DE RECIBO de 1583 a 1833, ambos inclusive, Livros n.ºs 1 a 80.
- 2. TOMBOS 1, sem data, vol. II Livro n.º 81.
- 3. DEPÓSITO de 1632 a 1816, ambos inclusive, Livros n.ºs 82 a 89.
- 4. LIVROS VARIOS:
 - Livro n.º 90 Livro das Visitas (1731-1733). Refere as visitas de Abade Geral. Quando o consultámos, em 1977, estava bem conservado.
 - Livro n.º 91 Livro das Audiências (1756-1777). Contém pormenores interessantes do dia-a-dia do Couto. Pena que a metade superior do livro esteja já toda comida pela traça.
 - Livro n.º 92 Livro de descargo do recibo (1786-1788).
 - Livro n.º 93 Livro de descargo do recibo (1795-1797).
 - Livro n.º 94— Livro de descargo do recibo (sem data).
 - Maço n.º 95 Papéis vários (14 documentos).
 - Maço n.º 96 Sentenças.
 - Maço n.º 97 13 documentos: Índice dos prazos (Séc. XIX).
 - Fragmento do Índice do Cartório.
 - Fragmentos do Índice dos livros de prazos.
 - Maço n.º 98 Maço de prazos (Sécs. XVII-XVIII).

⁽⁹⁰⁾ R. Pinto de Azevedo, op. cit., doc. n.º 138.

⁽⁹¹⁾ Para os documentos existentes em Braga, valemo-nos de José Mattoso, Inventário dos Fundos de Antigos Mosteiros Beneditinos existentes no Arquivo Distrital de Braga, Braga, 1967. Sep. da Rev. Bracara Augusta (Braga) XX (1967) 53-54.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo:

Quando em 1978 consultamos a Relação dos Livros e Documentos vindos da Repartição de Fazenda de Viana do Castelo (em 5/5/1890), verificamos que a Torre do Tombo contém também bastantes livros do antigo Convento de Carvoeiro. Os Docs. vão do n.º 166 ao n.º 248 e ocupam o Compartimento n.º 1, Estantes 12 a 16. Do conjunto de 83 Livros existentes consideramos nomeadamente os n.º 206, 207, 208, 209 e 210, respeitantes aos Tombos de Casas e Herdades (desde 1543) e o Livro n.º 234, de Sentenças (1603-1637). A maioria dos Livros são de prazos e de Vedorias.

EXTRACTOS DE ALGUNS DOCUMENTOS, OU RESUMO DOS MESMOS

Arquivo Distrital de Braga:

Maço n.º 95 (Papéis vários). Documento n.º 57: Referente à Querela de D. Abade do Mosteiro com Manoel José da Cunha, filho de Suzana Maria da Cunha, do Morgadio de Malta, Durrães, acerca do pagamento de lutuoza por morte da mãe e herança. Venceu o Morgado de Malta.

Livro n.º 91 (Livro das Audiências), sem indicação do fólio, nem data, por estar comida pelo caruncho a parte superior do mesmo: Pessoas da freguesia de Durrães que são condenadas por não irem limpar e fazer as poças de Arêfe:

João Gonçalves, de Durraens, foi condenado em qui.tos reis — 500. António Figueiras, o mesmo — 500.

António da Silva, o mesmo — 500.

José Guerra, por fugir do Rego foi condenado no mesmo — 500.

Manuel Moré (?) por não acabar a limpeza do Rego foi condenado em trezentos reis.

Noutras audiências há também condenações, como por exemplo: «Nesta audiência se queixou Domingos Gomes de Carvalho que huas ovelhas de Josefa Souza viúva andão desapastoreadas. Fazendo dano e que no lugar de tras o Mosteiro lhe comerão hum painço. Aqui esteve presente? Josefa Souza não negou nem allegou defesa attendivel pera não ser condenada. Por isso a condeno em reis 200». Também não podemos indicar o número do fólio deste documento, porque todo o Livro n.º 91 tem a parte superior destruída pela traça.

Arquivo da Torre do Tombo:

Livro n.º 279: «Conforme ao Tombo das Terras fl. 64 avia neste lugar chamado porto de Rial, dous moinhos, do qual lugar, moinhos e casas foy feito prazo a A.º enes de irêa no anno de 1536, sendo commendatário Fr. Ant.º de Sá... Depois ouve esta fazenda por compra Pero Dïz e sua

molher Mª molra a surda, e desfizerão os moinhos e fizerão hũa azenha; Este pº dïz vendeo esta fazenda a Gº Miz o qual conforme ao l.º de descargo do Rº fol. 60 pagava vinte e seis alqs. e meio de meado e duas galinhas; Gº Miz tem hũa filha chamada Cª Miz que casou cõ Fr.co Vicente; E Fr.co Vicente casou hũa filha com Manoel Carvalho, e sogro e genro falecerão em hũ anno, casou depois a Vª de Manoel Carvalho com D.os Glz alfayate. E outra filha que ficou de Fr.co Vicente casou com D.os o Surdo. E os seus cunhados ambos partirão esta azenha pelo meo á somanas, faleceo a molher do D.os Aº e ficarão lhe filhos, fez o mosteiro prazo desta azenha aos sobreditos cunhados como adiante se dirá.

D.s Glz alfayate E Molro de Rial

Ha prazo feito no anno de 1627 a D.os Glz e a sua molher Mª miz em

1ª e 2ª Vida hu filho ou filha (— fl. 279 v. —) em 3ª da metade da azenha
de Rial, e suas pertenças e orta co pensão de quatorze alqs., e quarto de

1ª e 2ª Vida hu filho ou filha (— fl. 279 v. —) em 3ª da metade da azenha
de Rial, e suas pertenças e orta co pensão de quatorze alqs., e quarto de

1ª e 2ª Vida hu filho ou filha (— fl. 279 v. —) em 3ª da metade da azenha
de Rial, e suas pertenças e orta co pensão de quatorze alqs., e quarto de

2ª vida hu filho ou filha (— fl. 279 v. —) em 3ª da metade da azenha
de Rial, e suas pertenças e orta co pensão de quatorze alqs., e quarto de

2ª vida hu filho ou filha (— fl. 279 v. —) em 3ª da metade da azenha
de Rial, e suas pertenças e orta co pensão de quatorze alqs., e quarto de

2ª vida hu filho ou filha (— fl. 279 v. —) em 3ª da metade da azenha
de Rial, e suas pertenças e orta co pensão de quatorze alqs., e quarto de

2ª vida hu filho ou filha (— fl. 279 v. —) em 3ª da metade da azenha
de Rial, e suas pertenças e orta co pensão de quatorze alqs., e quarto de

2ª vida hu filho ou filha (— fl. 279 v. —) em 3ª da metade da azenha
de Rial, e suas pertenças e orta co pensão de quatorze alqs., e quarto de

2ª vida hu filho ou filha (— fl. 279 v. —) em 3ª da metade da azenha
de Rial, e suas pertenças e orta co pensão de quatorze alqs., e quarto de

2ª vida hu filho ou filha (— fl. 279 v. —) em 3ª da metade da azenha
de Rial, e suas pertenças e orta co pensão de quatorze alqs., e quarto de

2ª vida hu filho ou filha (— fl. 279 v. —) em 3ª da metade da azenha
de Rial, e suas pertenças e orta co pensão de quatorze alqs., e quarto de

2ª vida hu filho ou filha (— fl. 279 v. —) em 3ª da metade da azenha
de Rial, e suas pertenças e orta co pensão de quatorze alqs., e quarto de

2ª vida hu filho ou filha (— fl. 279 v. —) em 3ª da metade da azenha
de Rial, e suas pertenças e orta co pensão de quatorze alqs., e quarto de

2ª vida hu filho ou filha (— fl. 279 v. —) em 3ª da metade da azenha
de Rial, e suas perten

Meado quatorze alqrs e quarto. Hũa galinha. Hũ frango. Milho pella correte alqr. e meo».

Livro n.º 209, fl. 285: «... a Manoel da Cunha e a sua molher em 1.ª e 2.ª vida fº ou fª em 3ª da azenha e folão que está nesta freg.ª na estrada de Viana de que paga quatro algrs. de meado, oitenta rs. e dous frangos...». Fl. 165 e 165 v. — Padela, Vacaria e Agros. Fl. 256: Algares. Fl. 262: Cortinhal, etc. Livro n.º 210: fl. 1, refere as Lamas, as Senras, etc. (ano de 1560).

fl. 7, diz que «L.ço Glz. Cabano, de Doraes, paga pela bouça das Poldras deste casal (Casalinho) tres algrs. de meado, hũa galinha, dez molhos de palha e ovos seis»...

Outros documentos referentes ao Mosteiro de Carvoeiro e existentes na Torre do Tombo: Ano de 1778 — Ms. 109 — n.º 1.

1779 — Ms. 116 — n.° 69. 1780 — Ms. 127 — n.° 12. 1786 — Ms. 167 — n.° 86. 1792 — Ms. 229 — n.° 15. 1793 — Ms. 236 — n.° 37. 1794 — Ms. 242 — n.° 118. 1778 — Ms. 113 — n.° 5.

Original encontrado numa casa de Durrães sobre os prazos a pagar (92)

ROL DAS PENÇOINS QUE SOU OBRIGADO A PAGAR AO MOSTEIRO DE CARVOEIRO

A terra da caniça paga 33 rs. em dinheiro foi emprazada Antonio da Costa.

a leira na agrinha medido pela conventual alqueire e meio e medido pela abaçial huma maquia D.ro 12 rs.

Palha huma copa. Foi cabeça de prazo Fran.co Meira e mulher.

o prazo que foi emprazado a Maria da Costa Vª huma leira nagrinha do pito amais tres leiras de mato na louza e huma leira de terra na senra e outra leira no lugar de miranda estas leiras que forão emprazadas a Maria da costa Vª: pagão de penção demiado milho alvo e centeio quatro alqueires e çinco maquias e meia huma galinha dous frangos e trinta rs. em dinheiro onze ovos e sete copas e tres quartos de palha painça medido pela Raza abaçial.

APÉNDICE XII

DECLARAÇÃO E CONFRONTAÇÃO DOS LIMITES DA FREGUESIA DE S. LOURENÇO DE DURRÃES ANEXA DE S. PEDRO FINS DE TAMEL

«Aos treze dias do Mês de Outubro de mil e oitocentos e três anos nesta freguesia de S. Lourenço de Durrães aonde eu escrivão vim com o Doutor António José Morais, Juis deste tombo, e Juís de fora com Alçada na vila de Barcelos, e seu termo por sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor que Deus guarde para efeito de fazer averiguar e confrontar os limites desta dita freguesia, e sendo presente o actual Abade de freguesia de S. Pedro Fins de Tamel à qual é anexa esta dita freguesia e estando presentes informadores e homens velhos de são consciência passou ele Ministro a fazer esta averiguação e confrontação pelo que informaram o dito Abade e mais pessoas que é o seguinte:

Principia o limite desta referida freguesia ao pé do Rio Neiva no sítio de Lourido que confronta com a freguesia de Tregosa e daí corre em direitura ao sítio de Lage onde se acha um marco: e daí vai à torre velha que está dentro da mata ou deveza da quinta de Cardoso: e daí corre direitura ao Lugar do Monte que de fora da dita quinta onde se acha um marco no sítio onde chamam Oiteiro Meão e daí vai ao alto do Monte onde chamam Vermoim e neste sítio se acha uma cruz feita a pico e confina este limite até aqui com a freguesia de Tregosa, e daí corre em direitura ao Penedo da Raposa aonde se acha um marco e confina com a freguesia de Fragoso e daqui vai ter ao sítio dos Salgueirinhos aonde se acha um

⁽⁹²⁾ O manuscrito tem à margem a data de 1642, mas deve ser apenas do princípio do séc. XIX. Essa data parece referir o início do emprazamento.

marco e confina com a freguesia de Santa Lucrécia de Aguiar e finaliza no sítio da Lousa onde outro sim se acha um marco confinando também neste sítio com a dita freguesia de Santa Lucrécia de Aguiar e depois divide o Rio Neiva, até o sítio de Lourido aonde principia o dito limite.

E nesta forma houve ele dito Ministro esta averiguação confrontação por bem feita e não houve dúvida nem encontro algum e assinaram comigo António José Gonçalves e Sousa escrivão deste Tombo o escrevi.

António José Morais

O Abade

JOAQUIM GOMES CERQUEIRA

NOTA DE JOAQUIM O. MACIEL À DECLARAÇÃO DOS LIMITES DE DURRÃES

In Lírio do Neiva — n.º 34 — Fevereiro de 59

Na cópia dos limites de Durrães que acima vai transcrita verifica-se que o actual Alto de Marmorim era designado por Alto de Vermoim e quanto à cruz feita a pico, diziam pessoas idosas que o penedo onde a cruz estava gravada foi cortado para esteios bem como o Penedo do Forcado no Alto das Fontaínhas e havia também quem dissesse ser este segundo penedo muito conhecido tanto em Portugal como no Brasil.

No Penedo da Raposa, Salgueirinhos e Lousa existe um marco pequeno com as iniciais S. L. na face voltada para a freguesia de Aguiar. No Outeiro Meão, Lousa e Vinhela existe um marco alto, do Convento de Carvoeiro, com a data de 1666 em qualquer deles.

As avaliações matriciais efectuadas no século passado não respeitaram os limites da Freguesia, porque há bouças de Fragoso que a maior parte do terreno pertence a Durrães e o mesmo acontece com as bouças de Durrães no sítio da Parinheira.

APÊNDICE XIII

AUTO DA BÊNÇÃO DA PRIMEIRA PEDRA PARA A NOVA IGREJA DA FREGUESIA DE DURRÃES

(tradução literal do latim)

«No dia 21 do mês de Junho do ano do Senhor de 1959, ano da benção solene do Monumento a Cristo Rei levantado junto da cidade de Lisboa, no Pontificado de Sua Santidade João XXIII, Pontífice Máximo da Santa Igreja; e sendo Supremo Chefe da Nação Portuguesa, Sua Excelência o Senhor Contra-Almirante Américo Tomás — O Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Senhor D. Francisco Maria da Silva, Bispo Titular de Telmisso e Auxiliar de Diocese de Braga, com delegação de S. Ex.^a Rev.^{ma} o Senhor D. António Bento Martins Júnior, Arcebispo de Braga, Primaz das Espanhas, e assis-

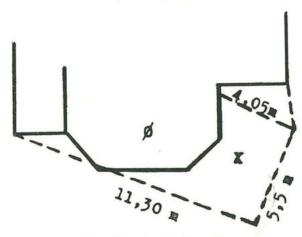
tente ao Sólido Pontifício, na presença de numeroso clero, autoridades civis do lugar e enorme concurso de povo benzeu solenemente a Primeira Pedra da Nova Igreja de S. Lourenço de Durrães que vai ser construída com as esmolas dos fiéis.

Permita Deus Omnipotente e Sempiterno que este novo templo dedicado ao seu Santíssimo Nome veja em breva o seu desejado fim.

Como testemunho e comprovação desta soleníssima benção foi lavrado o presente Auto que vai ser assinado por S. Ex.ª Rev.^{ma} o Senhor Bispo de Telmisso, clero e muitos dos circunstantes que a ela assistiram.»

Este auto, em latim, foi posto dentro da primeira pedra, juntamente com algumas moedas correntes.

LOCALIZAÇÃO DO ALTAR DA IGREJA VELHA EM RELAÇÃO AO DA NOVA



A Nova Igreja de Durrães foi inaugurada em 16 de Junho de 1963. Foi seu obreiro o actual Pároco, Rev. Padre José Martins Mendes.

Para uma descrição da antiga Igreja, leia-se TEOTÓNIO DA FON-SECA, O Concelho de Barcelos Aquém e Além-Cávado, I, Barcelos, 1948, p. 223-227.

APÉNDICE XIV

ALGUNS APONTAMENTOS DE JOAQUIM N. O. MACIEL SOBRE DURRÃES

A — Apelidos de Famílias de Durrães, indicativos das respectivas terras de origem.

Abreu — Palme e Balugães.

Alves — Capareiros, Mujães e Fragoso.

Araújos — Quintiães.

Bandeiras — Capareiros.

Barbosas — Quintiães e Aguiar.

Caridade - Vitorino de Piães.

Carneiros — Marinhas.

Castros — Cossourado e Aguiar.

Cruz - Poiares, Quintiães e Carvoeiro.

Cunhas — Carvoeiro.

Dias — Tibães e Mujães.

Farias — Cossourado e Gondomar.

Gomes — Arcozelo e Tregosa.

Gonçalves — Navió, Mujães e Tregosa.

Grilos — Balugães. Guerras — Poiares.

Leites — Vila do Conde e Tregosa.

Limas — Deocriste e Geraz do Lima.

Machados — Carvoeiro e Tregosa.

Martins — Carvoeiro e Tregosa.

Monteiros — Arcozelo, S. Veríssimo de Tamel, Aguiar.

Motas — Carvoeiro.

Neivas — Carvoeiro e Fragoso.

Novais — Balugães.

Pereiras — Silveiros, Tregosa e Portela Suzã.

Pinheiros — Fragoso. Pintos — Carvoeiro.

Pires - Mujães, Marinhas.

Ramalhos — Fragoso.

Ramos — Capareiros, Tregosa.

Reis — Alvarães, Capareiros.

Rochas — SubPortela, Mujães.

Rodrigues — Vila de Punhe, Quintiães, Portela, Piães.

Santos — Guimarães.

Silvas — Capareiros, Aguiar.

Sobreiros — Nogueira.

Sousas — Capareiros, Lijó, Quintiães.

Vieiras — Nogueira.

B — Lugares habitados de Durrães:

Apeadeiro Igreja
Campo Lages
Campo do Forno Monte
Castelos Novais
Carvalhinhos Riboeira
Cruz Rio
Cruzeiro Souto

Cincos Souto de Vilar

Espinheiro Subvilar Fonte de Egra Vilar Fojo Sertão.

C — Nomes de Sítios, Terras e Lugares da freguesia:

Bouça do Longo Campo da Luz Arefe Bouça da Gata Calcada do Maciel Amial Azenha Nova Corticas Calcada de Cima Cincos Apeadeiro Carrasco Castanheiral Cabrita Azenha dos Velhos Azenha dos Frades Costa do Pinheiro Corredoura Barbosas Carreira Grossa Castelos Bufareira Coutada Corujeira Costa de Vilar Boucinha Chelo Chamusca Campo Boucas Chão das Neves Bouca do Rio Campinho Chão de Arêfe Campados Bouça da Cerca Chão de Eiró Chuinho Bouca da Pomba Chaves Campo Carunho Bouça do Cabeço Cruz Carvalhinhos Bouça da Giesta Cruzeiro Cachada Bouca do Carrasco Cachadinha Campo do Forno Bouca dos Chãos Caminho Novo Casal Bouça Redonda Lage Subalongo Poça Nova Cortelho da Erva Cortelho Preguica Lage do Rato Poça Velha Linhar Poça do Aldrego Cortelho do Rato Laranjeira Poça da Cotorela Cotorela Lameiro Rio Dona. Real Devesa Basta Lamas Lousa Retorta Devesa Castanha Novais Regueira Devesa da Cruz Nogueira Raminhos Devesa do Campo Olival Santo António Escadinha Outeiro São Miguel-o-Anjo Espinheiro Outeiro Meão Senhor do Lírio Fonte da Vila Fonte da Várzea Outeiro de Vilar Souto Souto de Vilar Fonte Major Penedo da Raposa Soutinho Parinheira. Fonte de Agra Penedo do Forcado Senra. Fonte de Mana Senra de Vilar Fontainhas Pesqueira Salgueirinhos Fojo Paincal Subvilar Palames Ferreiras Sertão Forja Pereiras Subalongo Frades Ponte Nova Trás-de-Arêfe Grilo Ponte de Real Trocas Gramil Pinheiral Pau da Cabeca Trigal Grijão Paúl da Nogueira Várzea Igreja Vilar Pomar de Luz Lírio

Lourido Poço das Bouças Vinhela Longo Poço da Loba Vivenda Lages Poça das Tábuas Vale Melhorado.

D - Elevações do Monte de Arêfe:

Alto de Marmorim, pertencente a Durrães, Fragoso e Tregosa.

Alto do Penedo da Raposa, pertencente a Durrães, Fragoso e Tregosa.

Alto dos Mouros, limites com Tregosa.

Alto do Pau da Cabeça, ou Cabeço da Arêfe.

Alto dos Salgueirinhos, limites com Aguiar.

Alto da Carreira Grossa, limites com Aguiar.

Alto dos Castelos, limites com Aguiar.

Alto do Outeiro Meão, limites com Tregosa.

Alto de Carrasco, na Chão da Arêfe.

Alto de Santo António.

Alto do Penedo do Forcado.

Alto do Soutinho, ou Côto de João Gonçalves.

Alto das Fontainhas, ou Outeiro de Vilar.

Alto da Bufareira, na Corujeira.

Alto do Senhor do Lírio.

APĒNDICE XV

ARQUIVO PAROQUIAL DE DURRÃES

No Arquivo Paroquial há dois livros que, pela sua antiguidade e interesse, convém citar, podendo mesmo ser objecto de estudos posteriores. Por agora, limitar-nos-emos a uma notícia dos mesmos.

1.º Livro: Livro das Vesitações, 1687.

Contém 142 fls. O primeiro documento é datado de 5 de Julho de 1687. O último, de 28 de Fevereiro de 1829. Conteúdo: Actas das Visitações, nomeadamente do Cónego Mestre-Escola, em cujo benefício a Paróquia estava integrada. Contém igualmente Pastorais e outros documentos eclesiásticos, inventários da Fábrica da Capela-Mor, etc.

Como exemplo e para elucidação, transcrevemos, do fl. 2, datado de 29 de Abril de 1690, o seguinte texto de uma Visitação:

«...Fiz a procissão dos defuntos, visitei os santos óleos e pia baptismal, aprovando no espiritual e no temporal ordenei o seguinte: o Rev. Pároco em tudo cumpra e guarde e faça cumprir e guardar a seus fregueses os cap.los das vesitações pasadas que não estiveram revogados ou satisfeitos sob as penas e censuras delles...»

2. Livro: Livro dos Testamentos, 1723.

Iniciado em 1723. Último testamento datado de 1844. Termina com um documento-acta da colocação das cruzes da Via Sacra na Igreja, em 1888, no fl. 148 v., o último que se encontra escrito, apesar de ter numerados 201 fls. Faltam os fls. 111 a 116 e 130 a 147, mas parece não haver diferença no texto. As folhas teriam sido arrancadas quando em branco ou então houve lapso na paginação. Idênticas falhas aparecem nos últimos fólios, que se encontram em branco.

- Fl. 1 «Cometemos ao Pe. João Lopes nosso capelão numerar e rubricar este Livro que há-de servir p^a nelle se escreverem os Testamentos das pessoas que falecerem na freg^a de S. Lourenço de Dorraens. Lhe fará encerramento no fim com declaração das folhas que contém. Braga, 17 de Fevereiro de 1723.»
- Fls. 1-2 Testamento de Maria Alv.res viuva que ficou de Domingos Carvalho do lugar de Dorrais. 1718.
- Fls. 2-4 Testamento de Gregório Rodrigues viuvo que ficou de Nataria Peixota. 1723. (Natália Peixota, n.º 6 do Apêndice I).
- Fl. 4-4 V Testamento de Maria Martins, mulher que foi de Domingos Martins do Espinheiro desta frega de Sam Lourenço de Dorrais. 1723.
- Fls. 4v -5v Testamento que fez Joham Cardoso morador que foi nesta freguesia de Sam Lourenço de Dorrais. 1722.
- Fls. 5v-7v Testamento de Jeronima Vellosa. 1723. (Falta, por lapso, o fl. 6).
- Fls. 7v-8 Testamento de Gregorio Glz solteiro, do lugar do Foio. 1726.
- Fls. 8v-9v Testamento de João Carvalho, do lugar de Dorrais. 1726.
- Fls. 9v-10 Testamento de Maria Martins Roxa, do lugar do Foio. 1727.
- Fls. 10v-14— Testamento de Domingos da Costa, do lugar de Dorrais. 1727.
- Fls. 14-15 Escritura de doaçam q. fes Luis Carvalho. 1729.
- Fls. 15v-16 Testamento por escritura que fes Angella da Silva solteira assistente dentro da portaria de comunidade do Salvador desta Sidade de Braga. 1727.
- Fl. 16v Testamento que fes Isabel da quinta solteira. 1731.
- Fl. 17 Testamento que fez Maria Rodrigues solteira. 1733.
- Fl. 17v Testamento de Vintura Soares. 1733.
- Fls. 17v-19 Testamento de Domingas Carvalha. 1734.
- Fls. 19-20v Testamento de Domingos Alv.res. 1734.
- Fl. 21-21v Testamento de Paulla, solteira, filha de Gregório Rodrigues. 1735.
- Fls. 21v-22 Testamento de Anna Gomes viuva. 1735.
- Fl. 22-22v Testamento de Maria Martins, solteira. 1736.
- Fls. 22v-23 Testamento de António Martins. 1727.
- Fls. 23v-24v Testamento que fes António Alves vº do lugar dos Castellos. 1740.
- Fls. 26-29 Testamento que fes o Pe. Domingos Cardoso de Menezes vigário que foi desta frega. 1741.

- Fls. 25-26 Testamento que fes Mª Luíza vª do lugar de Dorraens. 1740.
- Fls. 29v-30v Testamento que fes Cezília Carvalha solteira do lugar dos Castellos desta freg^a. 1742.
- Fls. 30v-32v Testamento que fes Manoel da Costa desta frega do lugar de Novaes. 1742.
- Fls. 32v-34 Testamento que fes Domingos Carvalho natural desta frg^a... e morador na freg^a de Santa Maria de Tregosa. 1744.
- Fls. 34-35v Testamento que fes Antónia Carvalha viuva do lugar de Dorraens. 1740.
- Fls. 35v-36 Testamento de Domingos Correa Martins solteiro. 1746.
- Fls. 36-40— Testamento que fes o Doutor M.el Cardoso Soares da frega de S. Lourenço de Dorraens, termo da Villa de Barcelos. 1749.
- Fls. 40-41 Testamento de Sylvestre Carvalho. 1750.
- Fls. 41-42 Testamento que fes Rosa Martins do lugar do Fojo. 1751.
- Fls. 42-43 Testamento que fes Francisca Cardosa. 1752.
- Fls. 43-44 Testamento que fes Domingas Alves, solteira. 1752.
- Fls. 45-46 Testamento que fes Fran.co Pra Velho do lugar de Villar. 1756.
- Fls. 46v-48 Testamento que fes Domingos Martins, do Espinheiro. 1757.
- Fls. 48-51 Testamento que fes Adega Pra. 1758.
- Fls. 51v-53 Testamentos que fizerão Ago.nho Gonçalves e sua irmãn Anna. 1758.
- Fls. 53-54v Testamento que fes Ago.nho Glz. solteiro do lugar do Souto. 1759.
- Fls. 54v-55v Testamento que fes Maria Correa. 1761.
- Fls. 55v-56v Testamento que fes Paulla Correa viuva de M.el Dias delgado. 1761.
- Fls. 56v-57 Testamento que fes João Afonço. 1763.
- Fl. 57-57v Testamento que fes... (ilegível, devido à humidade)... 1764.
- Fl. 58-58v Testamento de Thereza M^a(?) (mulher de João da Costa). 1765.
- Fls. 58v-59v Testamento de Isabel Alves criada que foi de Bento Pereira de Azevedo. 1766.
- Fls. 59v-60 Testamento que fes Maria Barbosa, mulher de Diogo Peixoto. 1770.
- Fls. 60-61v Testamento que fes Donna Antónia de Abreu Barbosa, mulher de Bento Pra de Azevedo. 1771.
- Fls. 62-65v Despozição que fes Bento Pra de Azevedo para dar comprimento ao testamento com que faleçeo sua mulher D. Antónia... 1771.
- Fls. 65v-66 Testamento de Maria de Faria Maris v^a que ficou de Fran.co Pr^a Velho desta freg^a da quinta de Villar. Em 1765. *Treslado*: 1773.
- Fls. 66v-67 Testamento de João Alves. 1777.
- Fls. 67-68 Testamento de Custódia Maria va do lugar do Rio. 1780.
- Fls. 68-69 Testamento com que faleceo Maria José Pra da quinta de Villar, solteira. 1780.
- Fls. 69-70 Testamento de João da Cunha, solteiro. 1784.

- Fls. 70-71 Testamento de Antónia Souza. 1785.
- Fls. 71-73 Testamento com que faleceu Francisca Carvalha veuva de Francisco da Costa desta freg^a de Dorraens, falecida em 14 de Abril de 1787.
- Fls. 73-75 Testamento com que faleçeo Francisca Rodrigues mulher de Manoel Fernandes do Rio, desta freguesia de Durraens, em o primeiro de Outubro de 1788.
- Fl. 75-75v Testamento com que faleceo Maria Maciel veuva do lugar do Rio..... aos 4 de Abril de 1789.
- Fls. 76-77v Testamento com que faleceo Manoel Glz. Furtado, solteiro. 1788.
- Fls. 77v-79 Testamento de Rosa Meira mulher de Manoel de Miranda. 1790.
- Fl. 79-79v Cópia do testamento com que faleceo Quitéria Carvalha Sa desta frega do lugar do Fojo aos 15 de Setembro de 1790.
- Fls. 80-82 Testamento com que faleceo o Rev. Pe. João de Carvalho desta frega aos 6 de Dezembro de 1791.
- Fls. 82-83 Testamento com que faleceo Maria Barba va de B.to Rodrigues aos 5 de Mayo de 1790.
- Fls. 83-84 Testº de Gerónimo da Costa. 1793.
- Fls. 84-85v Testº de Agostº Martins do lugar do Fojo. 1794.
- Fl. 86-86v Testo com que faleceo Ma Pereira va de João Avz (?) do lugar do Cruzeiro. 1795.
- Fl. 86v-88 Test° com que faleceo Suzana Mª Isabel de Faria da q.ta de Villar, aos 10 dias de Fevereiro de 1796.
- Fls. 88v-89 Testo com que faleceo João Fig.as aos 5 dias do mes de Dezembro do anno de 1799.
- Fls. 89-90 Test^o de Domingos Rodrigues falecido aos 20 de M. de 1800. 1794.
- Fls. 90-91 Test° com que faleceo João Barbosa veuvo aos 19 de M. de 1800.
- Fls. 91-92v Testº com que faleceo Thereza Franc.ca vª de Geronimo da Costa desta fregª de Dorraens aos 20 de Setembro de 1800.
- Fl. 92v Test° com que faleceo João Soares Machado aos 18 de Junho de 1802.
- Fls. 93-94 Test° com que faleceo Maria Rodrigues solteira do... Fojo em 1805.
- Fls. 94-96 Test° com que faleceo Manoel Joaquim da Cunha, solteiro, da quinta de Malta aos três dias do mês de Janeiro de 1808.
- Fls. 96v-98v Testo com que faleceo Francisca Cardosa. 1784.
- Fls. 98v-101v Testamento com que faleceo António Bernardino Leitte desta freguesia de Sam Lourenço de Durrais. 1813.
- Fls. 101v-102v Testo com que faleceo Maria Rodrigues va. 1814.
- Fls. 102v-104 Testº com que faleceo Maria Fernandes viúva que ficou de João Figueiras. 1818.
- Fls. 104-105v Testº de Domingos Fernandes de Durraens. 1816.

- Fls. 105-106v Testº de António Peixoto. 1807.
- Fls. 106v-108 Testº de Domingos Francisco e sua mulher. 1816.
- Fl. 108-108v Testamento vocal que fes Agostinho Fran.co Marques Meleciano do Regim.to de Barcellos, estando destacado na praça de Valença onde faleçeo. 1822.
- Fls. 108-118 (Não há paginação dos fls. 111 a 116). Testº de Anna Peixota viuva que ficou de Manoel Martins de Carvalho do lugar das Lages. 1824.
- Fls. 119-123 Testamento com que faleceo Manoel da Costa. 1825.
- Fls. 123-124 Test° com que faleceo Antónia Figueiras viuva de José Maria. 1823.
- Fl. 124-124v Testº de Custódia Alves viuva de Rafael Gonçalves. 1829.
- Fls. 125-126v Testo d'António Maciel. 1832.
- Fls. 126v-128v Test^o de Maria Pereira viuva de José Alves do Cruzeiro. 1835.
- Fls. 128v-129v Tistamento com que falleceo Maria Josefa d'Abreu viuva d'António Bernardino Leitte ... no dia 5 de Maio de 1835.
- Fls. 129v-148v (Do fl. 129v passa logo ao fl. 148). Testamento de Francisco Peixoto fallecido no dia 19 de Novembro de 1844.
- Fl. 148v Acta da colocação das Cruzes da Via-Sacra. 28 de Março de 1888.
- Fl. 201v «Tem este livro cento e hũa meyas folhas que vão rubricadas com o meu sobrenome Lopes, Braga 19 de Fevereiro de 1723. o Pe. João Lopes.»

APÊNDICE XVI

TRADIÇÕES POPULARES, SUPERSTIÇÕES, ETC.

1. Para saber o dia mais chuvoso do ano:

Para se saber qual o mês mais chuvoso do novo ano, nas Têmporas do Natal arranjam-se 12 tigelas e põe-se em cada uma delas uma casca de cebola, à noite. Cada tijela representará o nome de um mês. Na manhã seguinte, a cebola que tiver largado mais água indica, na respectiva tigela, o mês mais chuvoso do próximo ano.

- 2. «Maganíficas» (93) que se recitam para afastar as trovoadas:
 - A S. Jerónimo, Santa Bárbara Virgem, Afastai as trovoadas, que andam desalmadas. Levai-as para os montes maninhos, Onde não haja pão nem vinho,

⁽⁹³⁾ Deturpação popular do termo litúrgico *Magnificat*. Este formulário encontra-se em todo o País, até no Algarve, como mais ou menos variantes. Comparem-se estas duas versões com aquela, mais longa, que J. Leite de Vasconcelos recolheu em Durrães e vem publicada na Etnografia Portuguesa, V, 1967, p. 268.

Nem bafinho de criança, Nem mulher de parto. Santos ventos, Santos fortes. Miserere nobis.

B— Onde vais, Santa Barbarinha Virgem?
Vou aplacar a trovoada,
Que anda desalmada.
Vou mandá-la para os montes maninhos,
Onde não haja pão nem vinho,
Nem bafinho de criança,
Nem mulher de parto.
Santos ventos, Santos fortes,
Miserere nobis.

3. Padre Nosso Pequenino (94):

Padre nosso pequenino,
Sete livros a rezar,
Sete candeias a alumiar.
Nosso Senhor é meu Padrinho,
Nossa Senhora é minha Madrinha,
Que me pôs a Cruz na testa
(Pra) que o demónio não me empeça
Nem de noite nem de dia
Nem ao toque do meio dia.
Já os galos cantam,
Já os anjos se alevantam,
Já o Senhor subiu à Cruz,
Para sempre, Amém, Jesus.

4. Modo de talhar o bicho:

Eu te talho, bicho, bichão Aranha, aranhão, Bicho de toda a nação.

Padre Nosso Pequenino,
Tem a chave do Menino,
Quem lhe deu, quem lha daria?
S. Pedro e Santa Maria.
Correu monte, correu fonte,
E o pecado não me encontre,
Nem de noite nem de dia.
Já os galos pretos cantam,
Já os anjos se alevantam,
Já o Senhor subiu à Cruz,
Para sempre, Amén, Jesus

⁽⁹⁴⁾ Não sabemos até que ponto esta versão é a mais corrente e a mais original, uma vez que existem outras na localidade. Compare-se com a que recolhemos na zona serrana do Sotavento Algarvio:

Em louvor de São silvestre, Tudo faça, tudo preste, Em louvor de Nosso Senhor, Que é o verdadeiro Mestre.

5. Coser o pé aberto:

Põe-se uma chocolateira com água a ferver. A água é deitada num sopeiro. Depois de se debruçar a chocolateira vazia sobre a água, colocam-se sobre o fundo daquela umas tesouras e um pente cruzados. Em seguida, põe-se o pé em cima de tudo. Pega-se num novelo e uma agulha com linha enfiada, mas separada daquele, e enquanto se passa a agulha por baixo do pé e por cima do novelo, 9 vezes, uma pessoa diz:

-Eu que coso?

A pessoa doente diz:

- Pé aberto ou desfiado.

E a outra pessoa:

— É isso mesmo que eu coso, em poder de Deus e da Virgem Maria, tudo quanto fazia tudo me abessia (95). Assim seja eu uma Avé Maria.

Todos os presentes rezam a Avé Maria e Santa Maria, em particular, nove vezes. Se a água do sopeiro subir para a chocolateira, ou borrete, é pé aberto e continua-se a mesma cerimónia. Se não subir, não vale a pena. Se subir, repete-se a operação 3 vezes, em três dias. (Segundo uma mulher de Durrães, que ditou esta descrição ao Autor, em 4/9/69).

Superstições ligadas à criança:

Quando uma mulher tem um filho, ao tirar a primeira camisinha que o bebé vestiu, deverá guardá-la sem a lavar. Se um dia adoecer, é porque foi mau olhado. Nessa altura, deve-se pôr a camisinha a ferver numa panela até que a pessoa que a tolheu venha aflitiva bater à porta, pedindo para não ferverem mais a camisa, prometendo que a criança sara em pouco tempo e não mais lhe acontecerá mais algum mal. (Registada pelo Autor em 31/8/69).

Após o nascimento do bebé, a mulher deverá vestir uma camisa suja do marido. Os lençois da cama da mãe serão também já utilizados noutra cama, por lavar. Isto até que a mãe já esteja boa e se possa levantar.

Não é bom pôr as tesouras no cabelo das crianças, nem pente, antes dos dois anos, pois a criança correrá o risco de ficar muda.

As unhas das crianças também só deverão ser cortadas, até aos dois anos, com os dentes da mãe.

A mãe não deverá beber com a criança ao peito. Se isto acontecer,

⁽⁹⁵⁾ Abessia — Palavra indicativa da antiguidade desta fórmula. A palavra arcaica abêsso (não confundir com avêsso), significava mal ou maldade desejada ou feita a outrem.

a criança terá de ir ao mar tomar as sete ondas ou beber água de Missa Nova.

A água do banho das crianças será deitada em qualquer sítio, menos ao relento da noite.

As roupinhas dos bebés, para secar, não se devem virar do avesso, porque não é bom.

Ao lavar os cueirinhos dos bebés, não se deve bater com eles no lavadouro, porque causa dores às crianças.

Quando se está sentado à mesa, nunca se deve passar um bebé por cima da mesa para o colo de outra pessoa.

Não se devem deixar beijar duas crianças com menos de dois anos, pois uma poderá ficar muda.

Os dentes caídos devem ser deitados para cima do forno, senão não voltam a nascer.

As crianças que começam a demonstrar tendência para o roubo, deverão comer um arroz de ratinhos tenros.

Para que as crianças a quem os ratos levaram o cordão umbilical não venham a ser ladrões, deverá pedir-se às suas madrinhas, quando atingem os 3-4 anos, que lhes façam um bolo num tacho, de farinha milha fervida com azeite. A criança comerá o que lhe apetecer e o resto será deitado a um cão.

Se uma criança parecer muda, terá de ir ao colo da madrinha, por todas as portas da freguesia, pedir uma esmolinha.

Uma mulher grávida não deve:

- pôr uma corda à cintura, pois a criança nascerá aleijada.
- trazer uma chave à cintura, pois a criança nascerá com lábio rachado.
- cheirar uma flor, pois a criança trará uma flor na cara.

7. Outras superstições:

Se duas pessoas beberem ao mesmo tempo, morre primeiro o que primeiro acabar de beber.

Se alguém beber os restos de outros copos, ficará a conhecer os segredos das pessoas que os beberam.

As vacas não deverão comer folhas de figueira, nem aspirar o seu fumo, pois o leite pode secar-lhes.

Se uma vaca estiver dando leite e outro animal fêmea o provar, diminui o leite daquela e aumenta o deste.

São sinais de morte: — um chapéu em cima da cama.

- um guarda chuva aberto dentro de casa.
- umas tesouras abertas.
- galo que canta de noite.
- galinha que canta de galo.
- o piar do mocho.

Na noite de Natal, deverá ficar aceso toda a noite o cepo de Natal

e a comida não deverá ser levantada das mesas, para as alminhas se virem aquecer e alimentar.

Quando as crianças saem de noite, deverão levar a proteger a cabeça alguma peça de vestuário do pai ou do padrinho (%).

8. Crenças nas bruxas:

Certas camadas da sociedade ozoranense justificam a existência das bruxas, contando histórias que dizem verídicas. Citaremos duas:

A — Madrinha e afilhada dormiam na mesma cama. A primeira saía todas as noites e benzia a afilhada, para ela não acordar. Mas um dia esta acordou e insistiu para ir com a madrinha, que acabou por aquiescer, dizendo-lhe: — Vais, mas não digas o nome de Jesus, mas apenas Ju. Caso contrário, ficarás lá.

Foram então para muito longe, para casa de um padre, e meteram-se na adega, abrindo as torneiras das pipas de vinho e bebendo, juntamente com outras feiticeiras. A afilhada, estupefacta, não se conteve que não exclamasse: — Ai Jesus, que se perde tanto vinho!

A madrinha dela imediatamente lhe disse: — Ai tu disseste Ju? Pois, então, vamos nós e ficas tu! E saíram pelo buraco da fechadura e a pobre rapariga ficou presa, tendo sido encontrada no dia seguinte pela criada do Abade, a quem explicou o sucedido e assim se soube.

B—O Ti Zé Castro costumava ir de madrugada cortar as águas de lima para as suas terras. Uma vez, pelas duas horas da manhã, ia por um caminho fora e viu no monte de Carvoeiro as luzinhas das bruxas que iam para a dança. Ao ver o espectáculo, disse:—Ah! diabos, vinde para cá que vos racho com esta sachola!

O Ti Zé foi, regou e regressou a casa. Mas ao chegar ao portal, que deixara apenas encostado, viu que o mesmo estava trancado com uma enorme vara de pinho verde...

9. Situações concretas na actualidade:

Há pessoas em Durrães que continuam a utilizar o bruxo ou bruxa como solução para os seus problemas. Determinado homem, sentindo-se mal, foi à bruxa. Ela disse-lhe que tinha três espíritos. Para eles sairem, a mulher teria de ouvir cerca de 100 missas e ir fazer uma romaria de joelhos a uma capela, dando três voltas à mesma. (Caso contado ao autor em 1976).

Outro caso: Um rapazito adoeceu. Foi levado a um bruxo. Este disse que foi uma mulher que lhe *botou* o mau olhado. Para sarar, a família dele tinha que ir buscar ao cemitério terra tirada de sete campas de sete homens machos (sic). Essa terra seria colocada num caco com brasas acesas à porta da mulher que deitara o mau olhado. Assim fizeram e a criança sarou... (Caso contado ao autor em 16 de Maio de 1976).

^(%) Para outras superstições em Durrães, veja-se o trabalho de Luís Pinheiro citado na nota n.º 1.

APÊNDICE XVII

LITERATURA ORAL POPULAR

1. Janeiras e Reis:

As Janeiras não se cantam Nem aos Reis nem aos Fidalgos. Mas nós vimo-las cantar, Por ser ano melhor ano. Melhor ano na saúde, Descontando no pecado. A pombinha vai correndo, Vai correndo à porfia. A ver quem chega primeiro, Aos pés da Virgem Maria. Já lá vão as três Marias, De noite, pelo luar, À procura de Jesus, Nunca o puderam achar! Foram dar com ele em Roma, Revestido num altar. Com um cálix de ouro na mão. Três anjinhos a ajudar E outros três a alumiar! Oh! que missa tão alegre, Que até ao Céu vai chegar.

Reis:

Os Três Reis do Oriente
Tiveram sonho profundo.
Sonharam que era nascido
O Libertador do Mundo.
Foram a casa de Herodes,
Para os bem encaminhar.
Herodes, como malvado,
Tratou de os enganar.
Guiados por uma Estrela
Com Ele logo foram dar.
Todos três lhe ofereceram
Ouro, Mirra e Incenso.
Não lhe ofereceram mais nada,
Pois Ele era o Deus Imenso.

Outros Reis:

Ó da casa, ó gente nobre, Cantareis e ouvireis (bis). Da parte do Oriente, São chegados os Três Reis (bis).

Reis que do Oriente vindes, Jesus Cristo adorar (bis). À busca do Rei Herodes, Para os bem encaminhar (bis). Herodes como malvado Tratou de os enganar (bis) Os Reis como eram santos, Seguiram o seu destino. (bis) Guiados por uma Estrela Foram dar ao Deus Menino (bis) Todos três lhe ofereceram Ouro, Mirra e Incenso, (bis) Não lhe ofereceram mais nada, Porque Ele era o Deus Imenso. (bis) A estrela foi abaixada Por cima duma cabana. (bis) A cabana era pequena, Não cabiam todos três. (bis) Mesmo assim o adoraram Cada um por sua vez. (bis) Glória seja dada ao Padre, Ao Filho seja também. (bis) Glória ao Espírito Santo, Para todo o sempre, Amém. (bis).

2. Quadras de conteúdo vário:

O defunto, a quem passa pelo cemitério:

Ō irmão, que vais passando, Não te enojes de me ver. Que como tu já eu fui, Como eu tu hás-de ser.

Ao deitar:

Pela vossa Conceição, O Maria Imaculada, Tornai bem puro o meu corpo, Minha alma santificada.

Ao levantar:

Meu Jesus, misericórdia, Por Vós espero ser vosso. Maria, sede comigo, Pois sem Vós eu nada posso.

O que resta das poesias de João dos Santos Neiva, o Jagodes:

Adeus, ó fonte da Vila, Onde sempre vou beber. Tens umas letras na pedra, Pra ninguém as entender! (97).

Quadras utilizadas em canções nos trabalhos do campo. Umas originais, outras de origem variada e mais ou menos conhecidas:

Debaixo da Ponte Nova Andam *truitas* a nadar. Debaixo do burro anda, Quem se ri do meu cantar!

> O Castelo de Viana, Bota bandeiras de luto, Foi-se meu amor embora, Tenho pena, choro muito.

O cravo tem vinte folhas, A rosa tem vinte e uma. O cravo anda em demanda Por a rosa ter mais uma.

> Minha Mãe é minha amiga, Quando coze dá-me bolo. Quando se zanga comigo Dá-me com a pá do forno.

Graças a Deus para sempre, Já ouvi a tua voz. Que a tinhas escondida, Dentro da casca da noz.

> Quem a mim ouvir cantar, Que dirá e tem razão. Que eu estou muito contente, Sabe Deus minha paixão.

A rosa para ser rosa, Há-de ser de Alexandria. E a mulher pra ser mulher, Deve-se chamar Maria.

> José amo, José quero, José trago no sentido. Por tua causa, José, Trago o meu sono perdido.

O F Q N S M E O F S T M A S D T V

que escondem a quadra:

Ö Fonte que nunca secas,
 Murmurando enternecida,
 Ö Fonte, se tu matasses,
 A sede de toda a vida.

⁽⁹⁷⁾ Referência às seguintes iniciais que se encontram no rochedo da Fonte da Vila, desde a década de 1920, da autoria do Prof. Daniel Maciel:

APÊNDICE XVIII

ASPECTOS DA FESTA EM DURRÃES

Já nos referimos, no texto, a um ou outro aspecto da festa religiosa. Algumas palavras, aqui, sobre a festa profana. Esta não encontrou em Durrães grandes possibilidades de desenvolvimento, porque a autoridade eclesiástica viu nela uma forma de diversão não recomendável, por se tornarem possíveis certas liberdades. A dança, por exemplo, é uma expressão cultural que o povo não conhece nem pratica, ao contrário do que acontece com freguesias do Alto Minho, que se tornaram conhecidas em Portugal e no estrangeiro pelas suas manifestações coreográficas. Este aspecto negativo tem sido contrabalançado pela acção positiva dos últimos párocos em fomentar e ajudar os grupos cénicos, alguns dos quais se tornaram célebres na região, como o Grupo Dramático LÍRIO DO NEIVA.

Mesmo assim, em relação às actividades económicas, na altura de certas colheitas, ainda se desenvolveu em Durrães um certo tipo de festa, nomeadamente nas desfolhadas, espadeladas e malhadas.

Um documento do Séc. XIX, ainda antes do Liberalismo, e existente em Durrães, dá-nos conta de que já então as pessoas festejavam certos acontecimentos ligados à economia rural, a ponto de o pároco se ver obrigado a proibir os grandes ajuntamentos nocturnos que então ocorriam. Diz o documento: «Proibemos os seroens e adjuntos nocturnos de ambos os sexos nas fiadas, espadeladas e esfolhadas com penas cominadas na Pastoral do Sereníssimo Snr. D. Gaspar, de Feliz Memória. Ficam proibidos os adjuntos no Cruzeiro e adro, antes, depois e ao tempo dos Ofícios Divinos, sob pena de 50 reis, que aplico para a cera do SS. Sacramento... Ao Juiz da freguezia para executar o giro que é costume. Durrães, 21 de Agosto de 1831. O Vigário, Joaquim José de Barros Neiva».

Os condicionalismos actuais e as transformações de que já nos demos conta no texto vão fazendo com que estas manifestações rareiem cada vez mais. As «fiadas» e espadeladas já desapareceram. As desfolhadas ainda mantêm, aqui e ali, o seu aspecto festivo. As malhadas, principalmente as do centeio, também já desapareceram como expressão de alegria colectiva. Por isso a nossa descrição se destina essencialmente a conservar para o futuro alguns elementos do que eram estas manifestações em Durrães até há uns vinte, trinta anos. Se elas hoje ainda aparecem, são muito limitadas no tempo e no espaço.

Quando havia uma espadelada as pessoas animavam-se bastante. Ouvia-se dizer: — Hoje é a espadelada na casa de fulano. E tudo lá aparecia, à noite. Outras vezes a rapaziada nova mascarava-se e iam procurar onde se desenrolavam as operações, orientando-se pelo som das canções que ecoavam na freguesia. Os mascarados eram parte essencial das espadeladas, bem como das desfolhadas. Faziam partidas e rondavam as rapa-

rigas que pretendiam. Sem revelar a sua identidade, ajudavam as moças nos trabalhos e colaboravam nas canções. Os cantos eram comuns: O ramo, ó lindo ramo... Navio que vais à vela... O oliveira da serra... Trai-trai, olaré trai-trai... Lá vai o João pelintrão. Cantava-se também ao desafio ou cantigas mais ou menos originais, como:

O de trás da laranjeira, Bem te podes ir embora. O meu pai não vai prà cama, Eu não posso ir lá fora.

As espadeladas duravam até à uma hora da madrugada, ou mais, no fim das quais se serviam castanhas cozidas ou assadas, com uma boa pinga. À falta de castanhas, boa sardinha com uma pitadita de sal, para puxar, como se costumava dizer.

As malhadas do milho eram bastante simples. Normalmente eram feitas de madrugada e por gente da casa. As malhadas do centeio é que se revestiam de maior importância, pois umas famílias ajudavam-se às outras e depois pagavam-se mutuamente esses favores. Os malhadores reuniam-se sempre à noite, nos meses de Julho, para fugir ao calor. Até à uma hora da noite iam dormir para cima do centeio, com mantas, porque o centeio aquecido debulhava melhor. Mas, em vez de dormir e descansar, o pessoal punha-se na brincadeira. À uma hora da madrugada começava o trabalho. Na eira, iluminada com candeias e lampiões ou, nos últimos tempos, com luz eléctrica trazida por uma gambiarra, seis a oito homens dividiam-se em dois grupos, um de um lado, outro de outro. O centeio era colocado numa fila, no meio da eira e começava a malha. Criava-se então rivalidade entre os grupos de malhadores, procurando dar cada qual com mais força. O som dos malhos era tão intenso que ecoava nas quebradas dos montes circundantes. Alguns lavradores, para que as suas malhadas ficassem memoráveis e fossem as mais famosas, mandavam construir as eiras com um cântaro com o fundo para o ar na parte central das mesmas, imediatamente sob o pavimento cimentado, ou então com um falso, para que o som dos malhos chegasse o mais longe possível. A competição atingia o máximo e animava participantes directos e coadjuvantes. Aqueles que perdessem ficavam com a anha. Isto durava toda a madrugada e os trabalhos da eira continuavam pelo dia fora. Aí pelas quatro horas da manhã servia-se a primeira refeição, a enchiadeira, com bacalhau frito, acompanhado de batatas também fritas. Ou então, batatas à espanhola com bolinhos de bacalhau. As oito horas, o primeiro almoço, boa refeição constituída por sopa de feijão branco e batatas com bacalhau regado com bom azeite. Algumas casas mais ricas serviam até cabrito ou vitelo. À uma hora da tarde, o segundo almoço, com arroz de frango, carne de vaca guizada com batata e, como sempre, bom vinho verde tinto da casa a acompanhar. Os trabalhos eram ainda interrompidos com uma boa merenda e, ao escurecer, o pessoal que tinha vindo ajudar voltava a suas

casas levando muitas vezes, principalmente os malhadores mais novos, uns raminhos de alfádega com cravos oferecidos pelas moças da casa, e que eram conservados durante muito tempo em pequenas jarras, como lembrança das malhadas.

Podemos ligar o desaparecimento destes comportamentos à progressiva emigração, não esquecendo que a sua ausência contribui para um distanciamento entre os vários grupos locais, a que nos referimos já. Era grande a despesa efectuada nestas ocasiões, mas ela justificava-se perfeitamente no contexto então existente.

APÉNDICE XIX

PATRIMÓNIO HISTÓRICO-RELIGIOSO-CULTURAL

Reservámos este Apêndice para tocarmos em dois aspectos que não podem ser esquecidos ao falar de Durrães.

O primeiro, refere-se à antiga Igreja de Durrães, que começou a ser demolida em 23 de Junho de 1959, para dar lugar a nova construção, mais de acordo com as necessidades actuais da freguesia. Exceptuando a talha de alguns altares, não dispunha de outros valores que justificassem a sua conservação juntamente com uma Igreja Nova que precisava do mesmo local para ser construída, segundo as pessoas ao tempo responsáveis pelo projecto.

A demolição poucos indícios revelou de antigos edifícios que tivessem existido no local, segundo nos constou. Apenas uma pequena pedra com uma inscrição já anteriormente visível na parede exterior da Igreja Velha, e hoje existente no novo adro, tem suscitado um certo interesse pelo seu possível significado.

A inscrição parece estar truncada, o que nos levaria a crer que existiu, pelo menos, outra pedra com o resto. Mas não se compreende como conservaram apenas essa pedra na parede da Igreja Velha, quando o texto nela gravado parece coevo da reconstrução da mesma, em data desconhecida, mas que não é anterior ao Séc. XVI.

Por outro lado, consta que alguém tentou, na altura da demolição, aprofundar as letras com um cinzel, o que poderia ter deturpado uma ou outra. A inscrição, tal qual se pode ler, é a seguinte:

MOSRQ DO.MÕTE E DIZIM A DEOS

Não se trata, como é evidente, de texto em latim, como se tem pretendido interpretar. A grafia é do tipo do Séc. XVI. A primeira linha parece exigir uma ou mais palavras anteriores. As restantes linhas, só poderão ter a seguinte leitura: ... Do MÕTE É DIZIMA DEOS. A pedra parece ser um documento que os construtores ou restauradores da Igreja Velha sentiram a necessidade de pôr bem visível, como indicativo de que determinado direito relativo ao Monte de Durrães era nessa altura dízimo a Deus, ou seja, tinha sido objecto de arrendamento ou emprazamento em tempos passados, mas a sua propriedade continuava a estar ligada à Igreja, que deveria receber o respectivo foro.

O segundo aspecto, refere-se às Capelas e Cruzeiros de Durrães. Na resposta dada pelo Vigário da Paróquia ao Questionário feito às freguesias no reinado de D. José I, em 1758 (98), lê-se que a esta terra «tem duas capelas, uma no lugar de S. António; outra no lugar do Fojo, de S. Miguel Anjo. Estas são administradas pelo mesmo povo. À capela de S. António, no seu dia vêm procissões e clamores a ela das freguesias de Carvoeiro e Fragoso».

A capela de Santo António desapareceu completamente. Os seus alicerces estão soterrados, tornando difícil a sua localização exacta. A de S. Miguel, sobreveio-lhe a ruína, mas os ozoranenses em boa hora a reedificaram, tendo sido inaugurada em 1 de Outubro de 1978(99).

No que respeita aos cruzeiros, desapareceram os das capelas de S. Miguel e de S.to António. O pedestal deste último, derradeiro testemunho da próxima localização da capela, foi tombado para uma cova do caminho por um buldozzer que andou a aplainar o estradão do monte.

Há a referir os dois cruzeiros paroquiais, remontando o mais antigo ao Séc. XVI, mandado levantar pelo Abade João Maciel. O mais recente, com cerca de trinta anos, está centrado no lindo miradouro de Durrães, a que se chama também Largo do Cruzeiro.

Por último, o Cruzeiro do Senhor do Lírio, património comum da freguesia desde tempos imemoriais, mas que se encontra vedado actualmente ao público por ter sido construído um muro à volta das propriedades que o circundam. Última etapa de um Calvário de que se conserva apenas uma Cruz junto ao Cruzeiro Paroquial antigo, o Senhor do Lírio está no coração de todos os Ozoranenses, que anseiam pelo dia em que este local de veneração dos seus maiores lhes seja restituído, como é de justiça. Em 1940, cento e seis pessoas, representando todas as famílias de Durrães, assinaram um pedido de reabertura do recinto do Cruzeiro do Senhor do Lírio. O documento original com as assinaturas ainda existe, a lembrar que os ozoranenses não desistem daquilo que lhes pertence e querem transmitir aos vindouros o património que os seus antepassados lhes legaram.

⁽⁹⁸⁾ Torre do Tombo, Memórias Paroquiais, Livro 13-32-191.

⁽⁹⁹⁾ Leiam-se as notas n.º 56 e n.º 66.

APÉNDICE XX

ORIGEM DO NOME DE DURRÃES

A evolução dos nomes de lugar assenta, geralmente, numa raiz historicamente distanciada. Essa evolução diferencia-se mais ou menos mediante o confronto de vários factores.

No caso das localidades do Norte de Portugal, essa fenomenologia do nome está ligada nomeadamente à Reconquista e Repovoamento dos séculos IX-XI. O avanço dos cristãos para o Sul, aproveitando as desordens interiores do invasor árabe, dá azo à tomada de posse das terras que antigamente haviam pertencido à Espanha visigótica.

O direito de «presúria» efectua-se, com efeito, progressivamente, distribuindo-se por uma hierarquia senhorial, sem esquecer as agregações monásticas, que tanto contribuíram para um são e profícuo repovoamento. Ao direito de «presúria» segue-se, muitas vezes, a ligação do nome do «possessor» à toponímia das terras a ele sujeitas.

Nesta conjuntura, entre as várias localidades que seguiram essa regra, e nomeadamente citamos Guimarães, de Vímara, Alvarães, de Álvaro, etc., aparece-nos também Durrães.

A primeira referência histórica à localidade é-nos patenteada num rolo de pergaminho existente no Arquivo Distrital de Braga (100). Esse rolo conserva uma cópia em letra carolina do Censual de Braga, do Séc. XI (entre 1085 e 1099). Mandado realizar pelo Bispo D. Pedro, é uma primeira tentativa estatística sobre a situação da diocese, uma vez coroada de êxito a Reconquista do Noroeste da Península (101).

Esse documento, que contém grande número das actuais freguesias de entre Lima e Ave, refere-se a Durrães, nos seguintes termos: *De Sancto Laurenti de Zloranes*».

Esta forma única deixará de aparecer na documentação posterior, como podemos verificar:

Séc. XI — De Sancto Laurenti de Zloranes (102).

1129 — Quomodo dividit Dorranes (103).

1320 — Sancti Laurencii de Durrãaes (104).

1528 — S. Lourenço de Dorrãaees (105).

⁽¹⁰⁰⁾ Arquivo Distrital de Braga, Gav. 1.ª das Igrejas, n.º 1.

⁽¹⁰¹⁾ Estudo completo e autorizado do P. Avelino de Jesus da Costa, O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga, Coimbra, 1959, 2 Volumes.

⁽¹⁰²⁾ Ver nota n.º 100.

⁽¹⁰³⁾ Carta de Couto do Mosteiro de Carvoeiro. Vid. Apêndice X.

⁽¹⁰⁴⁾ Catálogo das Igrejas, de Fortunato de Almeida. Transcrição já mais moderna.

⁽¹⁰⁵⁾ Livro de Beneficios e Comendas, Arquivo Distrital de Braga, Papeis das Igrejas, n.º 16.

1535 — Dorraens (106).

1548 — Sam Lourenço de Doraes (107).

1706 — S. Lourenço de Dorrães, & Dorlães, como vulgarmente lhe chamão (108).

Como vemos, modos diferentes de escrever coexistem e se repetem, parecendo até haver regressos mais ou menos desculpáveis. Com efeito, ainda hoje deparamos com pessoas escrevendo o topónimo de maneira diferente: Dorrães, a penúltima forma na linha da evolução e, por sinal, a mais correcta, Durrais, Dorães, Durraens, etc., o que se explica pelo desconhecimento da terra e, a maior parte das vezes, por ignorância ortográfica.

Com uma forma de difícil achado etimológico, houve quem, atendendo à forma Dorlães, explicasse o termo como a sequência natural do nome de uma quinta pertencente a um tal—e imaginário—Senhor Dorla (109). Solução simplista que não respeita nem atende aos antecedentes linguístico-históricos. Outras soluções não iam muito mais além.

A referência do Censual, atrás citado, veio trazer mais luz sobre o assunto. O termo **Zloranes**, embora alatinado, vem revelar uma onomatologia patronímica subjacente, aplicada, no caso, a um nome de lugar. Este fenómeno, que subsiste em alguns prédios rurais do domínio romano, dá-se mais acentuadamente a quando do repovoamento dos sécs. IX-XI, conforme já referimos, e em referência a esses prédios rurais que advieram ao patrono, por força do direito de presúria (110).

É possível que Durrães haja tido vários possessores. Sabemos, porém, que um tal Sarrazino Ozores ou Ossoriz era possuidor da localidade nos começos do Séc. XII. A Carta de Couto de 1 de Julho de 1129, assinada por D. Afonso Henriques, nomeia-o como senhor das terras que a partir de então formaram o Couto de Carvoeiro. Sarrazino Ozores, por seu lado, era filho de D. Ozório Velloso, Conde de Cabreyra, neto de Ramiro II, a ter em conta a informação fidedigna do P. António Carvalho da Costa na sua Corografia Portuguesa (111), e está sepultado no Convento de Carvoeiro, segundo testemunho de vários autores (112). É natural que estas terras pertencessem já ao Pai de Sarrazino Ozores, D. Ozório. A relação

⁽¹⁰⁶⁾ Documento da Instituição do Morgado de Malta, em Durrães, datado de 7 de Janeiro de 1535.

⁽¹⁰⁷⁾ Tombo de Durrães, de 9 de Fevereiro de 1548, Arquivo Distrital de Braga, Caixa 242, Doc. n.º 1.

⁽¹⁰⁸⁾ P. António Carvalho da Costa, Corografia Portuguesa, I, Lisboa, 1706, p. 302.

⁽¹⁰⁹⁾ Ernesto de Amorim Magalhães, Barcelos, do Passado, no Presente, Barcelos, 1958, p. 292.

⁽¹¹⁰⁾ Joseph M. Piel, Nomes de «possessores» latino-cristãos na toponímia asturo-galaico-portuguesa, in Biblos (Coimbra) XXIII (1947).

⁽¹¹¹⁾ P. António Carvalho da Costa, op. cit., p. 309.

⁽¹¹²⁾ P. António Carvalho da Costa, id. Pinho Leal, em *Portugal Antigo e Moderno*, II, Palavra Carbona, Lisboa, 1874, p. 104, é da mesma opinião. Leia-se

delas com esta família é corroborada pelo facto de também estar sepultado no Convento de Carvoeiro o cunhado de D. Sarrazino, D. Gomes Pires, casado com Dona Maria Ozores, segundo lemos na Benedictina Lusitana. Daí um certo conhecimento das terras então integradas no Couto de Carvoeiro como terras de Ozório ou de Ozores, que na forma alatinada da época daria à localidade o nome de Ozoranis ou Ozoranes.

Evoluções estereotipadas num período de formação de linguagem justificariam o aparecimento, por epêntese, do L intermediário, seguido da aférese do O inicial. E assim nos aparece o topónimo Zloranes, que mais não é do que uma deturpação popular da forma alatinada do patronímico atrás citado. A deturpação continuou, como lei de menor esforço, com a queda do grupo fonético ZL, a fim de possibilitar a contracção com a preposição determinativa: S. Lourenço de (Zl)oranes, S. Lourenço d'oranes, Dorranes, Dorrães, Durrães.

Assim se formou, a nosso ver, o nome de Durrães. A ligação efectuada entre o termo actual e o padroado local antigo parece ser totalmente compatível. Parece mesmo evidente a sincronia entre o patronímico e o toponímico, apesar de revelar uma diacronia exagerada. Todavia, a raiz não se perdeu da base inicial.

O termo reconstituído Ozoranis ou Ozoranes levou-nos a utilizar o vocábulo Ozoranenses sempre que nos referimos aos habitantes de Durrães, por nos parecer o mais correcto.

Escrevemos este texto já em 1971. De então para cá, descobrimos que Luís Pinheiro havia mantido correspondência com Xavier Fernandes, do Jornal de Notícias, sobre este assunto. Xavier Fernandes, na sua coluna intitulada Português para todos, respondeu às cartas de Luís Pinheiro, no Jornal de Notícias de 23 de Abril de 1956 e de 17 de Outubro de 1958. No primeiro, apontava para a necessidade de encontrar referências históricas. Entretanto, Luís Pinheiro tinha conhecimento do Censual de Braga, onde leu Lloranes. O segundo artigo do Jornal de Notícias vem dizer que se estava no caminho certo, mas nada de concreto se poderia ainda concluir. Na nossa óptica, faltou a Luís Pinheiro a leitura feita pelo Doutor Avelino de J. da Costa — Zloranes e não Lloranes — e a sua relacionação com os possessores de Durrães durante a Reconquista.

também o que diz a *Benedictina Lusitana*, no texto que transcrevemos em Apêndice VIII.

É interessante ver a Lenda da Miragaia ou de Gaia, nascida dos amores do Rei Ramiro II com uma princesa árabe. D. Ozório Velloso seria neto deste casal e D. Sarrazino Ozores bisneto. A Lenda de Gaia tem duas versões nos Nobiliários, sendo a 1.ª conservada no II Livro das Linhagens, Scriptores, I, 180-181 e estando a 2.ª coligida no IV Livro de Linhagens, Scriptores, I, 274-277, Portugaliae Monumenta Historica, 1856 e ss. Almeida Garrett, in Miragaia, Romanceiro, I, 181-211, tem uma óptima apresentação do tema.

BIBLIOGRAFIA

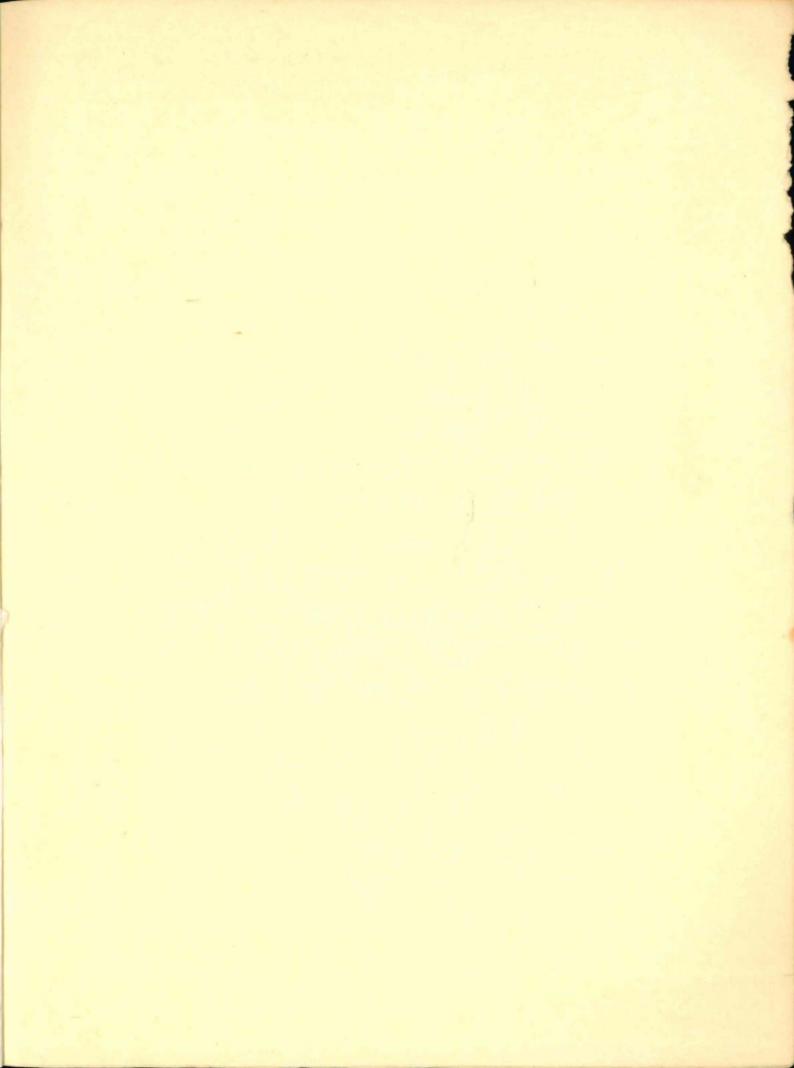
- E. DE AMORIM FERNANDES, Barcelos, do Passado, no Presente, Barcelos, 1958.
- A. BORGES COELHO, Comunas ou Concelhos, Lisboa, 1973.
- J. CAMPOS FERREIRA, A propriedade rústica em Portugal, Lisboa, 1915.
- P. A. CARVALHO DA COSTA, Corografia Portuguesa, I, Lisboa, 1706.
- C. E. R. M. Sobre o Feudalismo, Trad. de Maria de Fátima Martins Pereira, Lisboa, 1973.
- A. DE J. DA COSTA, O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga, Coimbra, 1959, 2 volumes.
- P. M. DA CUNHA SERRA, Contribuição para o estudo do povoamento do Noroeste Peninsular, Lisboa, 1962.
- J. DIAS, Vilarinho da Furna, Uma Aldeia Comunitária, Porto, 1948.
- B. ENES PEREIRA, Bibliografia Analítica de Etnografia Portuguesa, Lisboa, 1965.
- T. DA FONSECA, O Concelho de Barcelos Aquém e Além-Cávado, I, Barcelos, 1948.
- H. LAUTENSACH, Bibliografia geográfica de Portugal, Lisboa, 1948.
- C. MEILLASSOUX, Mulheres, Celeiros & Capitais, Trad. de António Figueiredo, Porto, 1977.
- P. MEREA, Ainda a concessão da Terra Portucalense, Coimbra, 1963.
- M. DE OLIVEIRA, As Paróquias rurais portuguesas Sua origem e formação, Lisboa, 1950.
- D. PERES, Como nasceu Portugal, Porto, 1967.
- L. PINHEIRO, Alguns aspectos etnográficos da Ribeira do Neiva, Porto, 1960.
- M. J. PINHEIRO MACIEL, Para uma visão histórica do Vale do Neiva, in O Rio Neiva, Monografia, Porto, 1978, pp. 105-140.
- R. PINTO DE AZEVEDO, Documentos Medievais Portugueses, Documentos Régios, Lisboa, 1958.
- A. SAMPAIO, Estudos d'Economia Rural do Minho, in Estudos Históricos e Económicos, II, Porto, 1923, Apêndice.
- A. SAMPAIO, As Villas do Norte de Portugal, Porto, 1903.
- J. SILVA LOURENÇO, Algumas considerações sobre o emprego das unidades de trabalho, gado e tracção na análise económica da exploração agrícola, Lisboa, 1961.
- J. SILVA MARTINS, Estruturas Agrárias em Portugal Continental, Lisboa, 1973-75.
 2 Volumes.
- T. DE SOUSA SOARES, Reflexões sobre a origem e a formação de Portugal, in Revista Portuguesa de História (Coimbra) VII (1957).
- Fr. L. DE S. TOMAS, Benedictina Lusitana, II, Coimbra, 1651.
- M. G. VIANA, O problemo agrícola português considerado à luz da psicologia e da sociologia, Porto, 1948.



ÍNDICE

						Págs.
INTRODUÇÃO		•••	•••		•••	5
ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-GEOGRÁFIC	0					6
Situação Geográfica						6
Situação Histórica				•••		8
ECONOMIA OZORANENSE						12
No passado						12
No presente						15
Calendário agrícola						15
Recursos naturais comuns e sua aprop	riação	ind	ividu	al-grı	upal	17
Relações de produção e forças de tra	balho					22
Outras formas de economia						25
Canalização de excedentes						27
Conclusão sobre a economia ozoran	ense		·)	•••	•••	27
A SOCIEDADE OZORANENSE						28
Dominantes sociais						28
O factor religioso						29
O parentesco						34
A emigração						37
As Relações Sociais						41
CONCLUSÃO				•••		44
APÊNDICE I — Relacionação evolutiva do parente	sco en	n Dı	ırrães	S	•••	45
APÊNDICE II — Rol da água de Arêfe					•••	103
APÊNDICE III — Rol da água da Ponte da Vila		•••	•••	•••		117
APÊNDICE IV — Rol da água de Fonte de Egra						118
APÊNDICE V — Rol da água da Fontaínha						120
APÊNDICE VI — Rol da água de Vilar						121

APÊNDICE VII — Tombo da Igreja de Durrães, de 1548	122
APENDICE VIII — Extracto da Benedictina Lusitana sobre o Convento de Carvoeiro	125
APÊNDICE IX — Extractos de testamentos conservados em Durrães e com importância para a história da freguesia	128
APÊNDICE X — Carta de Couto do Mosteiro de Carvoeiro e respectiva tradução. Coutos confinantes	130
APÊNDICE XI — Documentos do Mosteiro de Carvoeiro ainda existentes	134
APÊNDICE XII — Declaração dos limites da freguesia, em 1803	137
APÊNDICE XIII — Auto da bênção da primeira pedra da nova Igreja de Durrães	138
APÊNDICE XIV — Alguns apontamentos de Joaquim N. O. Maciel sobre Durrães	139
APÊNDICE XV — Arquivo Paroquial de Durrães	142
APÊNDICE XVI — Tradições populares, superstições, etc	146
APÊNDICE XVII — Literatura oral popular	151
APÊNDICE XVIII — Aspectos da festa em Durrães	154
APÊNDICE XIX — Património histórico-religioso-cultural	156
APÊNDICE XX — Origem do nome de Durrães	158
BIBLIOGRAFIA	161





Monografia de Durrães